

ESCOLA E CIDADE
ZONA ESCOLAR DO CALHABÉ



Mabely Simão Moreira
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Sob orientação do Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz
Departamento de Arquitectura, FCTUC
Fevereiro 2014

ESCOLA E CIDADE
ZONA ESCOLAR DO CALHABÉ

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Ao professor Gonçalo Canto Moniz pela disponibilidade, orientação e conhecimento transmitido.

À Françoise Le-Cuff do Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência,

À Sofia Reis da Parque Escolar, E.P.E.,

Ao arquitecto António Monteiro da Plarq,

À Ana Carvalho,

...por toda a disponibilidade e ajuda.

À Câmara Municipal de Coimbra, à Parque Escolar E.P.E. e à Plarq, pelos documentos facultados.

Ao dArq por ter sido a minha segunda casa e família nos últimos anos.

Em especial

porque sem eles nada seria possível,

Aos meus pais pela educação, pelo carinho, força e optimismo inabaláveis que atravessam oceanos,

À minha irmã pela amizade, companheirismo e apoio,

Ao Marcelo pela força e compreensão, por ser o meu porto de abrigo,

À minha avó pela ajuda e preocupação,

...pelo AMOR

RESUMO

A escola, enquanto equipamento público, assume um importante papel na estruturação e desenvolvimento da Cidade. A construção escolar foi, ao longo da história, associada a importantes operações urbanísticas de abertura de arruamentos, construção de espaços públicos que se reflectem naturalmente na imagem local e na sua malha urbana. Pelo seu carácter social e cultural, assume-se como um equipamento gerador de centralidades.

Na sua evolução, o edifício escolar foi, influenciado por diversos factores pedagógicos, políticos, sociais e económicos, crescendo num sentido de maior democracia, permitindo uma maior permeabilidade e relacionamento com os alunos e com a sociedade.

A Zona Escolar do Calhabé, em Coimbra é exemplo de como o equipamento escolar se revela uma peça fundamental no planeamento e crescimento da cidade, construindo um importante núcleo escolar que cria uma identidade urbana e uma nova centralidade. Neste sentido, a Zona Escolar do Calhabé permite explorar duas escolas secundárias, com diferentes origens, as relações que estabelecem com a cidade e com a sociedade, e a forma como estas ligações se transformaram com o Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário.

ABSTRACT

The school, as public equipment, assumes an important role in the organization and development of the city. The school construction has been, throughout history, associated to important urban operations of street's opening and construction of public spaces which naturally reflects on the local image and its urban design. For its social and cultural feature, this equipment assumes itself as a creator of centralities.

In its evolution, the school building was influenced by several pedagogical, political, social and economic factors, growing with the aim of bigger democracy, allowing a bigger permeability and relationship with both students and society.

Calhabé's School Zone in Coimbra is an example of how the school equipment turns out to be an imperative piece in the city's planning and growth, building an important school core which creates an urban identity and new centrality. Concerning this, Calhabé's School Zone allows us to explore two secondary schools with different origins, the relations they establish both with the city and the society and how these connections transform themselves with the Secondary Schools' Modernization Programme.

SIGLAS E ABREVIATURAS

C.M.C - Câmara Municipal de Coimbra

CNO – Centro de Novas Oportunidades

JAEEES - Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário

JCETS – Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário

MOP - Ministério das Obras Públicas

PDM – Plano Director Municipal

P.E. - Parque Escolar, E.P.E.

PU – Plano de Urbanização

PMEES - Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I_ O EQUIPAMENTO ESCOLAR E A CIDADE	
1.1_ A Inserção Urbana nos Planos de Construção para o Ensino Liceal e Técnico	27
1.1.1_ Três Zonas Escolares, na Lisboa do Século XX	45
1.1.2_ Duas Zonas Escolares, no Porto do Século XX	53
1.1.3_ Conclusões	59
CAPÍTULO II_ A EXTENSÃO DA CIDADE DE COIMBRA E A CONSTRUÇÃO ESCOLAR	
2.1_ A Extensão Sudeste da Cidade, no Século XX	65
2.2_ O Ensino Liceal em Coimbra	75
2.2.1_ Liceu Feminino Infanta Dona Maria	77
O Conjunto Monumental	79
O Carácter Cenográfico	81
O Programa Liceal no Feminino	85
Considerações Finais	87
2.3_ O Ensino Técnico em Coimbra	89
2.3.1_ Escola Técnica Avelar Brotero	91
A Escola Técnica no Calhabé	95
Relação com a rua	99
O Programa Técnico	101
Considerações Finais	101
2.4_ Zona Escolar Do Calhabé	104
O “Deserto do Sahara”	107
A Praça do Estádio	111
CAPÍTULO III_ DA CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE À MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR	
3.1_ Consolidação da Cidade, do Calhabé à Solum	117
3.2_ A Unificação do Ensino Secundário e o Plano de Modernização	123
3.2.1_ Escola Secundária Infanta Dona Maria	131
A Cristalização do Pré-existente	131
A Dicotomia Frente/ Traseiras	133
A Abertura à Comunidade	135
Considerações Finais	137

3.2.2_ Escola Secundária Avelar Brotero	139
A Rotação do Edifício Escolar	139
Relação com a Praça	141
Autonomização do Corpo de Entrada	143
Considerações Finais	145
3.3_ Zona Escolar da Solum	147
O Bairro da Solum	149
A Praça das Escolas	151
CONCLUSÕES	157
BIBLIOGRAFIA	167
FONTE DAS FIGURAS	177
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, o edifício escolar assumiu um importante papel no crescimento e estruturação da urbe, estabelecendo ao longo do tempo diferentes relações com a cidade e com a sociedade. No caso do ensino secundário, no qual se centra o presente trabalho, estas relações constroem um longo processo de evolução e de transformação.

O edifício escolar monumental do início do século XX, encerrado para a cidade e “destinado a uma elite social”(Alegre 2009, p.167), transforma-se até se tornar o equipamento social dos anos 60, o “centro cívico” (Oliveira 2010, p.48) que se abre à comunidade. Estas transformações surgem como reflexo de diferentes formas de pensar o espaço escolar e a cidade, resultado de distintos contextos políticos, sociais, económicos e pedagógicos com consequências na inserção urbana dos edifícios e no programa escolar.

Numa fase inicial, os liceus previstos pelo primeiro plano de construções, para Lisboa e para o Porto, acompanharam e contribuíram para o processo de desenvolvimento e modernização que se vivia nas cidades no final do século XIX. A implantação de estes edifícios escolares reflecte, por um lado a preocupação de aproximar o equipamento à população e por outro a valorização das preocupações higienistas que definiam novos princípios para inserção urbana das escolas. Estes princípios propunham o afastamento dos espaços escolares dos antigos centros urbanos, associados à insalubridade, e a sua aproximação aos novos bairros, privilegiando implantações em terrenos elevados e secos, bem arejados e com boa exposição solar, privilegiando o contacto com espaços verdes.

Os liceus construídos na década de 30 integraram os planos de urbanização, que começavam a ser elaborados, e ocuparam as zonas de extensão das cidades. Assumindo-se como elementos geradores de urbanidade foram consolidando quarteirões, criando novos arruamentos, espaços públicos e bairros. A produção liceal desta década fica marcada por duas tendências, a primeira de expressão modernista, caracterizada por um período de experimentação, e a segunda de forte sentido nacionalista, símbolo do poder do Estado, como descreve Alegre (2010 p.230).

A crescente necessidade de novas instalações, geradas pelo crescimento exponencial da população escolar e pela expansão urbana das cidades, constituem um momento de mudança na construção escolar a partir dos anos 60. As escolas ocupam terrenos mais económicos, porém mais extensos, nas periferias e abandonam a monumentalidade, que caracterizou a produção escolar até então, em prol de uma arquitectura baseada na economia e rapidez da construção, da qual resulta a tipologia pavilhonar que marca a construção escolar até o final do século.

A realidade em que estes edifícios chegam ao início do século XXI, associada à necessidade de adaptá-los às novas exigências pedagógicas e sociais e a novo contexto urbano em que se encontram inseridos os espaços escolares, tornaram prioritário a criação de um plano de intervenções. O Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário surge em 2007 com o objectivo de requalificar as escolas, melhorando as suas infra-estruturas e reforçando a sua ligação à cidade e à comunidade.

A temática do ensino liceal, do ensino técnico e do Programa de Modernização da Parque Escolar têm sido ao longo dos últimos anos alvo de diversas investigações e publicações. Destacamos a *Arquitectura escolar: o edifício liceu em Portugal (1882-1978)* de Alegre, a *Arquitectura e instrução: o projecto moderno do liceu, 1836-1936* de Canto Moniz, e outros artigos relacionados com o Programa de Modernização, publicados por estes autores, *Os Liceus do Estado Novo: arquitectura, currículo e poder* de Marques e os trabalhos de Alfarela, *A Integração das Escolas Secundárias no Espaço Urbano: o caso dos liceus construídos na transição da Monarquia para a I República na cidade de Lisboa* e de Carvalho *A (Re)construção da Escola Técnica: sociedade, política e arquitectura* por constituírem uma base e apoio para a construção deste trabalho. No estudo da Solum e do Calhabé, partimos dos Planos de urbanização elaborados para a cidade entre a década de 40 e a actualidade orientados pelo livro de Lusitano Santos e por outros de trabalhos de investigação realizados sobre a cidade de Coimbra.

A presente investigação parte das anteriores para procurar compreender as influências que o edifício escolar, enquanto equipamento público, teve no planeamento e crescimento do espaço urbano em que se insere, assim como as influências que o desenvolvimento deste contexto urbano teve nas transformações que o espaço escolar foi sofrendo desde a sua construção até a grande intervenção do Plano de Modernização.

Procuramos também reflectir sobre a evolução do carácter público das escolas, através da análise dos seus espaços interiores não lectivos, que lhe permitem relacionar-se com a comunidade.

Nesta perspectiva, a investigação desenvolve-se a partir do estudo de duas escolas em Coimbra, a Escola Secundária Infanta Dona Maria (antigo liceu feminino) e da Escola Secundária Avelar Brotero (anterior escola técnica) que partilham a mesma área urbana na qual definem os limites de uma praça, criando um conjunto, com outros equipamentos de ensino, ao qual denominamos Zona Escolar do Calhabé. Este exemplo permite-nos também explorar de duas perspectivas diferentes as relações que estas escolas estabelecem com o envolvente e com o espaço público que partilham.

A construção do liceu Infanta Dona Maria, da Praça dos Heróis do Ultramar e do Estádio Municipal constituiu um conjunto monumental, no final dos anos 40,

complementado com a Escola Técnica Avelar Brotero, nos anos 50, e posteriormente com o Magistério Primário e respectiva escola primária. Este conjunto escolar serviu de motor de desenvolvimento urbano da cidade que se expandia para Sueste, orientada pelos Planos de Urbanização, participando no processo de desenvolvimento do subúrbio do Calhabé até se tornar um dos centros da cidade de Coimbra.

Pela sua implantação e pelo contexto urbano em que se inserem, estas escolas constituem um caso de estudo de grande interesse, enriquecido pelas diferentes vias de ensino que lhes deram origem e pela intervenção da Parque Escolar, EPE em ambas as escolas. Esta intervenção marca um segundo momento na história destas escolas e desta área da cidade que se encontrava já consolidada. Para além de requalificar as escolas, os projectos de modernização permitiram reinserir os edifícios escolares na nova realidade urbana que os envolvia, muito contrastante com aquela em que surgiram, e explorar maiores relações com a comunidade e com a cidade. Neste sentido interessa, também, perceber a forma como os projectos iniciais e os de modernização, das escolas, exploraram a relação urbana do edifício com o espaço público e com a comunidade.

De forma a perceber a evolução da tipologia do edifício escolar desde o liceu monumental à composição pavilhonar, e a forma como diferentes governos, situações económicas e sociais e diferentes formas de pensar a cidade, influenciaram a implantação da escola no espaço urbano, o primeiro capítulo do presente trabalho constitui uma abordagem histórica aos planos de construção do liceal e técnico.

Ainda nesta primeira abordagem, é feita uma análise à construção dos edifícios escolares de Lisboa e do Porto na viragem do século XIX. Por se considerar que estes liceus constituíram um primeiro momento em que a construção escolar é pensada a uma maior escala. A criação das zonas escolares nestas cidades obrigou a um pensamento global da cidade no sentido de construir uma rede escolar que permitisse aproximar os liceus à população. Na sua individualidade a análise dos projectos construídos neste plano permitirá explorar diferentes implantações, tipologias, relações com o espaço público e diferentes organizações do programa escolar que servirá de apoio à segunda parte do trabalho, na análise do caso de estudo.

A segunda parte do trabalho diz respeito ao caso de estudo, dividida em dois capítulos, correspondentes a dois grandes momentos na história das escolas, a sua construção, 1949 e 1958, e à modernização das suas instalações em 2007. Cada momento é analisado sobre três perspectivas, o planeamento da cidade, a construção escolar e por último, a zona escolar que surge como resultado dos anteriores.

Desta forma o segundo capítulo compreende-se entre a década de 40 e 60, correspondentes à expansão da cidade de Coimbra para Sudeste, à estruturação deste

subúrbio com os planos de urbanização de Gröer e Garrett e à construção dos edifícios escolares do Calhabé e conseqüente formação da zona escolar. É feita uma abordagem dos planos que incidiram sobre esta área seguida de uma análise das construções escolares iniciada numa contextualização histórica do ensino liceal e técnico na cidade, seguida do processo de construção escolar e de uma análise aos projectos iniciais centrada na sua implantação, nas relações que o edifício estabelece com a envolvente e com a rua e na distribuição do seu programa. O capítulo conclui-se com a construção da zona escolar, sob a perspectiva de perceber a realidade criada pelos planos urbanísticos e pela formação do conjunto monumental de equipamentos. Que relações estabelece este núcleo, com a cidade, com a sua envolvente e que relações internas são criadas entre os equipamentos e o espaço público, em torno do qual se organizam?

O terceiro capítulo corresponde a uma realidade temporal muito próxima da actualidade que compreende a nível urbano a consolidação da Solum e à sua afirmação enquanto novo centro, na estrutura policêntrica da cidade. No ensino, o período que decorre entre a 1970 e 2009 foi marcado pela unificação do ensino secundário, o Liceu e a Escola Técnica passam a denominar-se Escolas Secundárias na procura de um equilíbrio entre o saber e o fazer, e pela intervenção nas escolas no âmbito do Programa de Modernização. Neste capítulo são inicialmente abordados os planos que contribuíram para a consolidação da Solum e os projectos elaborados entre 2003 e 2005 que, apesar de pontuais, tiveram grandes influências na afirmação desta área enquanto centro urbano atractivo. Segue-se uma análise crítica aos projectos de modernização, numa análise que vai além das polémicas geradas em torno deste processo e se centra na transformação do espaço escolar e as suas conseqüências na implantação, na relação que o edifício estabelece com o envolvente e na distribuição do novo programa das escolas, com ênfase aos espaços não lectivos que, com o plano, se abrem à comunidade e possibilitam o seu funcionamento autónomo, fora do período lectivo.

A grande transformação desta área desde os anos 70 e a intervenção nos espaços escolares reflecte-se naturalmente zona escolar. Em suma, neste capítulo tentamos perceber que nova realidade é esta da Solum e de que forma se reflectiu no conjunto de equipamentos, no carácter da praça e que relações se estabelecem actualmente na Zona Escolar e fora dela. Compreender se actualmente, ao inverso do que se verificou no século XX, não terá sido a cidade a contribuir e influenciar a construção escolar.

CAPÍTULO I

_____ O EQUIPAMENTO ESCOLAR E A CIDADE

1 _ A INSERÇÃO URBANA NOS PLANOS DE CONSTRUÇÃO PARA O ENSINO LICEAL E TÉCNICO

O reconhecimento das necessidades específicas que a prática lectiva exigia, de um espaço próprio, funcional e autónomo de outros serviços, e a definição de uma tipologia de edifício público para o espaço escolar, conforme refere Alegre (2010, p.2) decorre no século XIX no período que Markus (1993, p.XIX) caracteriza como de “explosão tipológica”, de criação de novas tipologias de edifícios públicos enquanto necessidade de responder a diferentes programas funcionais – fábricas, hospitais, estações e pavilhões de exposições, entre outros exemplos. Neste contexto surgem ao longo do século diversas experiências no âmbito das construções escolares associadas a projectos sociais e pedagógicos mais ou menos utópicos que se prolongaram até ao século XX. A introdução de novos paradigmas, ao longo do tempo, deu origem a projectos variados como a construção de escolas junto aos núcleos fabris segundo destaca Alegre (2010 p.2) com o objectivo de acolher as crianças durante o período laboral dos pais e ainda a construção das escolas ao ar livre, uma proposta pedagógica que surge no âmbito das preocupações higienistas.

Em Portugal, a revolução liberal de 1820 e a expulsão das ordens religiosas pelo Marquês de Pombal, no ano de 1834, coloca nas mãos do Estado a responsabilidade pela educação, pela organização de um modelo de instrução laico, gratuito e obrigatório, que substituiu o ensino clássico, teológico por um ensino moderno “capaz de gerar a sociedade do futuro industrial, democrata e urbana” (Ó, 2009 p.21).

No ano de 1836 é publicada a reforma de Passos Manuel, que fica conhecida pela criação do Lyceu em Portugal (inspirado no modelo republicano francês, o Lycée), a qual define a criação de um liceu para cada capital de distrito e dois para Lisboa, num total de dezassete, que concentrariam as aulas espalhadas pelo país.

Os lyceus ocupariam edifícios públicos pré-existentes, conventos extintos e antigos colégios jesuítas que com a extinção das ordens religiosas passaram a receber vários programas públicos para além dos liceus, representando a solução mais adequada para um país com fracos recursos e num contexto político instável como Portugal. “Consciente da importância estruturadora de este equipamento na cidade e da necessidade de garantir os princípios higienistas, Passos Manuel define que “os Lyceus serão estabelecidos em edifícios públicos, bem situados e saudáveis, e, quanto poder ser, apropriados à boa ordem e economia das aulas, em cada uma das capitães dos Districtos Administrativos será destinado e preparado para aquele fim o edifício publico que for conveniente” (Alegre 2011 p.169).



Fig. 1 | Liceu de Aveiro e Praça da República

O primeiro projecto de um Lyceu foi o do liceu de Aveiro que pela precariedade das suas instalações foi contemplado com a construção de um edifício que partilharia com a Biblioteca Municipal. O novo edifício localizado no centro da cidade, na Praça do Município é alinhado com o Teatro de forma a regularizar o traçado da praça, a pedido da Camara Municipal de Aveiro, como descreve Moniz (2003, p.49), desenhando o espaço público e a cidade com a construção dos seus equipamentos [Fig. 1].

A reforma de Passos Manuel não foi completamente concretizada, existia um grande desfasamento entre o que era previsto pelo plano e a realidade vivida pelos liceus. Parte dos edifícios onde se instalaram os liceus encontravam-se devolutos, não garantiam as condições necessárias à prática lectiva e isto junto à falta de condições financeiras para a construção de novas instalações ditaram o incumprimento das exigências previstas pela legislação.

“A modernidade que Passos Manuel já reclamava para o ensino liceal só em 1905 encontra condições pedagógicas e arquitectónicas para se concretizar” (Moniz 2003, p.74). É durante a vigência da reforma de 1905 que se dá o impulso para construção dos edifícios liceais, de forma a responder às novas exigências programáticas e higienistas instituídas por esta reforma.

É durante esta reforma e o governo de João Franco que se dá início a operação de construção dos liceus de Lisboa e do Porto. O aumento da população escolar e o crescimento de ambas as cidades pressupôs um pensamento global de planeamento para a localização das construções liceais, de forma a aproximá-las à população, como indicava o Decreto publicado em 1906. Neste contexto foram definidas três zonas escolares para a cidade de Lisboa, onde se construiriam o Liceu Camões (1909), o Liceu Passos Manuel (1910) e o Liceu Pedro Nunes (1911) e duas zonas escolares para a cidade do Porto, em cada zona foi construído um liceu central, o Liceu Rodrigues de Freitas (1932) e o Liceu Alexandre Herculano (1934). Este período constitui uma fase de grande interesse onde o edifício escolar e a cidade são pensados em conjunto. O equipamento escolar surge como uma ferramenta no planeamento da cidade.

Apesar da dificuldade em encontrar dentro da malha consolidada um terreno com capacidade para receber um equipamento desta dimensão, que respondesse ainda às preocupações higienistas, o Liceu Passos Manuel foi implantado no centro da cidade de Lisboa. Os liceus Camões e Pedro Nunes ocuparam terrenos nas novas áreas de expansão, estando a sua construção associada à abertura de novos arruamentos e à criação de uma zona escolar, no caso do último.

No Porto o projecto do Liceu Rodrigues de Freitas, de Marques da Silva, para a zona Ocidental da cidade, foi complementado com o desenho de uma praça, construída



Fig. 2 e 3| Liceu Beja | Liceu de Coimbra

na década de 30 sob o plano de reordenamento e embelezamento dos terrenos circundantes ao liceu e a Igreja de Cedofeita. À construção dos liceus do Porto foi associada a abertura de novos arruamentos que no caso do Liceu Rodrigues de Freitas permitiriam a ligação do liceu à Avenida da Boavista e posteriormente ao Liceu Feminino Carolina Michaelis, e no caso do Liceu Alexandre Herculano à construção de uma avenida de grande escala.

Este primeiro ciclo de construções, termina em 1926 com o golpe militar e é sucedido por um novo programa de construções. Neste contexto é criada a Junta Administrativa para o Empréstimo do Ensino Secundário (JAES), em 1928, para a gestão do empréstimo de 40 mil contos destinados à construção de novos liceus e à reparação dos liceus pré-existentes.

No início da década a Junta dos Quarenta Mil é responsável pela criação de concursos de arquitectura para os novos edifícios liceu, guiados por um programa-tipo elaborado pela própria Junta. Estes documentos referiam as condições do terreno e implantação do edifício, de iluminação e ventilação dos espaços, de limpeza, os materiais a aplicar nas novas construções entre outras indicações.

À fase de instabilidade política, de “gestação do Estado Novo, correspondem os 10 anos de arquitectura moderna em Portugal” (Moniz 2003, p.133). A construção liceal é nesta época marcada por um período de experimentação.

Foram abertos concursos para o liceu de Beja, Lamego e dois para Coimbra, um para o Liceu D. João III e outro para o Liceu Feminino Infanta Dona Maria, nos quais participaram, segundo Moniz (2003, p.149), nomes associados à “geração modernista”. Os edifícios escolares construídos neste plano integram os planos de urbanização das cidades afirmando-se como elementos estruturadores das novas áreas de expansão. É de isto exemplo o Liceu de Beja, [Fig.2] construído em 1934 com o projecto de Cristino Silva que em termos urbanos “estruturou e integrou na cidade uma nova zona, ocupada posteriormente por um conjunto de equipamentos escolares, desportivos e sociais: o Seminário Diocesano, a Estação Rodoviária, o Mercado Municipal, a Escola primária n.º 1 e a Escola Industrial e Comercial, entre outros.” (Alegre 2010 p.67) e o Liceu D. João III [Fig.3] (posterior Liceu José Falcão) de 1936, da autoria de Carlos Ramos, que integrou uma zona de expansão do Plano de Étienne Gröer para a cidade de Coimbra.

Segundo Alegre (2010, p.230) os liceus da década de 30 são marcados por duas tendências, a primeira de expressão modernista, caracterizada por um período de experimentação, e a segunda de forte sentido nacionalista, símbolo do poder do Estado.

No final dos anos 30 é aprovado um programa de construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais, que vem dar continuidade à iniciativa de 1928, cujas

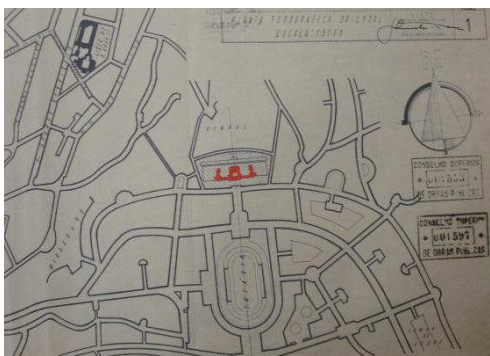


Fig. 4 e 5| Inserção urbana do Liceu Feminino Infanta Dona Maria, Coimbra

verbas se tinham esgotado em 1937. O plano previa a construção de treze novos liceus localizados nas novas áreas de crescimento das cidades, em zonas urbanísticas privilegiadas. Este plano de construções revela uma grande preocupação nas questões de ordem urbana e de implantação na cidade dos edifícios liceais que passam a integrar os novos Planos de Urbanização, que a legislação tornara obrigatório desde 1934. Os planos, por sua vez, deveriam reservar para os edifícios liceais uma área envolvente de protecção, à semelhança do que acontecia com outros equipamentos públicos, que contribuiria para acentuar o carácter monumental dos liceus e desta forma para a sua afirmação local e regional.

Estes liceus concentram-se, segundo Marques (2003,p.112), em áreas urbanas de cidades ou de vilas populosas sendo a sua localização determinada por três factores fundamentais, a decisão de situar o liceu em edifício próprio, a intenção de regular o crescimento dos aglomerados através do planeamento urbanístico, com a consequente adopção de legislação específica e pelo espírito que presidia a protecção e valorização dos edifícios públicos, exigindo uma inserção urbanística privilegiada.

Surge neste contexto o Liceu Infanta Dona Maria, construído sob projecto da JCETS, na zona de extensão Sudeste da cidade definida pelo Plano de Expansão e Embelezamento da cidade de Coimbra, de Étienne Gröer, na qual assume um papel de grande importância para o seu desenvolvimento [Fig.4 e 5]. Por constituir uma peça-chave do presente trabalho, a construção do liceu e a sua relação com os planos urbanísticos da cidade será posteriormente desenvolvida.

O crescimento do parque escolar originou várias disputas regionais quanto à implantação de novos liceus, como descreve Novoa (2003, p.62), estes equipamentos eram tidos como um sinal de prestígio e um polo de atracção regional, com importantes consequências económicas e sociais, de tal maneira que as autoridades locais desenvolveram diversas acções de defesa dos seus liceus, incluindo o compromisso de assumirem as despesas de funcionamento do mesmo. Esta situação teve início no século XIX e prolongou-se até o século XX onde “ Oliveira Salazar, logo depois de tomar posse como Ministro das Finanças, faz aprovar novo diploma que estabelece a possibilidade de, “nos concelhos de população superior a 30 000 habitantes”, poderem funcionar “liceus municipais, quando as câmaras assim o requeiram, responsabilizando-se por todos os encargos, tanto de pessoal como de material” (Decreto nº 15973, de 21 de Setembro 1928)” (Nóvoa 2003, p.60).

A arquitectura desenvolvida neste período reflecte os ideais nacionalistas do Regime que, segundo Pereira (1987 citado por Alegre 2009, p.260), procurava “expressar



Fig. 6 e 7 | Liceu Rainha D. Leonor | Liceu Padre António Vieira

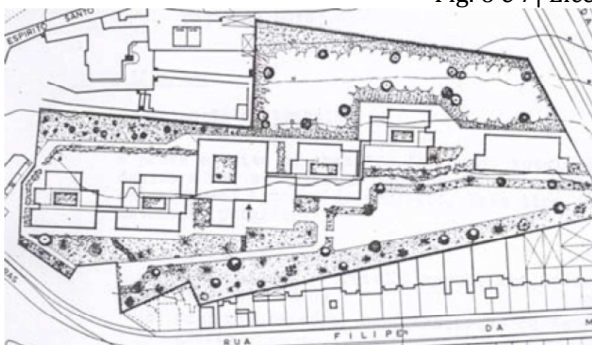


Fig. 8 e 9 | Liceu D. Pedro V | Liceu Garcia da Orta

o poder do Estado e inculcar nos cidadãos os valores da autoridade e da ordem” pela via monumental. A construção de edifícios escolares a partir do plano de 38, até a década de 60, fica marcada pela concentração na Junta de construções do Ensino Técnico e Secundário, que substituiu a JAES, de todo o processo de criação dos edifícios escolares, desde o projecto à construção e fiscalização, acabando com o sistema de entrega directa e com os concursos.

O aumento exponencial da população escolar levou, no final da década de 50, à necessidade de um novo plano de construção de estabelecimentos escolares, apesar das reformas do ensino técnico e liceal de 1947 e 1948 terem conseguido “apaziguar, durante algum tempo, a crescente procura do ensino liceal, direccionando os alunos ao longo de duas vias de ensino” (Oliveira 2010, p.37), os edifícios escolares públicos existentes não eram suficientes. O Governo reconhece a necessidade da construção de novos liceus, determinando através do Plano de 58 a criação de dezasseis novos edifícios liceais espalhados por todo o país. Porém o plano de construções que se previa de 8 anos prolongou-se por toda a década de 60 devido ao constante crescimento da população escolar e a consequente necessidade de novos equipamentos de ensino.

A maior parte dos projectos foi desenvolvida pela JCETS porém o grande volume de trabalhos obrigou a novas contratações e à atribuição de alguns projectos a outros arquitectos não pertencentes à Junta, A mesma razão levou à elaboração de vários Estudos Normalizados que visaram aumentar a produtividade e a economia das construções e diminuir o tempo de execução do projecto.

Os quatro estudos normalizados, realizados pela Junta, conduziram a diferentes tipologias que evoluíram desde a linear, dos liceus Rainha Dona Leonor e Padre António Vieira [Fig.6 e 7], para a pavilhonar nos liceus Garcia da Orta e Pedro V [Fig.8 e 9]. Esta solução permite uma maior economia construtiva, adaptabilidade aos terrenos de implantação e assim “como também com a abertura da instituição escola a toda a comunidade envolvente, permitindo autonomizar o funcionamento dos diversos espaços (espaços destinados à prática desportiva, biblioteca, espaços para exposições ou reuniões) para além do horário lectivo” (Oliveira 2010, p.53).

Os liceus construídos no contexto do Plano de 38 e no Plano de 58, apesar de projectados na maioria pela mesma entidade, a JCETS, assumem diferentes papéis perante a cidade e a comunidade. Os liceus de 38 procuravam com o seu carácter monumental “expressar o poder do Estado e inculcar nos cidadãos os valores da autoridade e da ordem” (Teotónio Pereira 1987 citado por Alegre 2010, p.83), por sua vez os liceus e escolas técnicas do Plano de 58 representavam uma “construção social” (Brandão em entrevista a

Oliveira 2010), onde a monumentalidade era abandonada em prol da economia das construções com o desafio de manter a qualidade espacial e material das escolas. Como refere o arquitecto, pertencente à JCETS, Augusto Brandão (em entrevista a Oliveira 2010) “cada dinheiro, cada escudo que eu poupar numa escola, sou capaz de fazer com que haja outra escola nova, e isso foi a grande filosofia desde o princípio”.

Com aumento da escolaridade obrigatória, conseqüente aumento da população escolar, nomeadamente liceal, e a necessidade de construção de edifícios escolares é desenvolvido pela JCETS em 1968, sob a coordenação da Arquitecta Maria do Carmo Matos, um estudo para a criação de um projeto-tipo adaptável à construção de liceus em diversas implantações.

O Plano de Fomento de 1968 ditou a construção de onze liceus em várias cidades do país, construídos sob os princípios económicos do projecto tipo elaborado pela Junta. O projeto-tipo estrutura-se sob uma tipologia pavilhonar, a partir de um conjunto de pavilhões autónomos, que permitiam uma melhor adaptação do edifício à topografia do terreno, a ligação dos vários pavilhões é feita através de galerias exteriores cobertas. Estes projectos apostam na polivalência dos espaços, de forma a que um espaço possa ter múltiplos usos inclusive pela comunidade, fora do horário de aulas. Este conceito de abertura da escola à comunidade é explorado novamente no programa de modernização da Parque Escolar E.P.E. em 2007.

Em termos urbanos estes liceus inseriram-se nas periferias, em terrenos mais compatíveis com a economia do projecto, a sua implantação vinha servir aglomerados populacionais que dada a sua dimensão ou distanciamento de outros equipamentos escolares, criavam lacunas que importavam colmatar, este facto contribuiu, segundo Alegre (2009, p.289) para a perda do valor simbólico do liceu desfazendo o carácter rígido e formal, a ele associado, “em consonância com o princípio de “democratização do ensino”, da igualdade de oportunidades e da educação ao alcance de todos, então em curso”.

No caso do ensino técnico o seu percurso foi paralelo ao do ensino liceal porém menos nobre na sua relação com a cidade. Dinamizado pela indústria e pelo comércio era vocacionado para o ensino do saber fazer e para a qualificação de mão-de-obra especializada, considerava-se destinado a uma classe baixa ou média baixa, que não aspirava o acesso aos estudos superiores ou que a estes não teria acesso.

Em Portugal o ensino técnico começa a dar os primeiros passos com as políticas do Marques de Pombal com a criação das Aulas de Comércio, de Náutica e de Desenho e Arquitectura Civil que serviam o interesse da burguesia contudo só no final do século XIX, este se alarga a todo o território do país com a criação de uma rede escolar sob o objectivo



Fig. 10 e 11| Escola Industrial Machado de Castro | Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa 38

de formar técnicos especializados capazes de promover o desenvolvimento tecnológico do país, neste contexto são criadas as Escolas de Desenho Industrial e as Escolas Industriais.

À semelhança do que acontecia no ensino liceal porém por um período mais prolongado, o ensino técnico funcionou sem instalações próprias. Numa fase inicial este tipo de ensino foi ministrado em instituições de assistência e caridade como a Real Casa Pia em Lisboa e as Oficinas de S, José no Porto, com o objectivo de preparar os jovens para a sua vida profissional. Posteriormente, com a criação da escola técnica, foram ocupadas instalações pré-existentis pouco apropriadas ao desenvolvimento das suas actividades, em regra geral arrendadas pelo Governo ou pelas Câmaras Municipais, tratavam-se de pequenas casas ou espaços em edifícios onde ao mesmo tempo funcionavam outros serviços.

O primeiro edifício construído de raiz para albergar uma escola de ensino técnico-profissional é inaugurado em 1888 em Alcântara. A Escola de Desenho Industrial de Marques de Pombal fora construída com o objectivo de habilitar profissionalmente os filhos dos operários do bairro. Estas mesmas instalações foram posteriormente adaptadas para a Escola Industrial de Fonseca Benevides que mais tarde se tornaria uma escola secundária.

No início do século XX foram construídas outras escolas entre as quais destaco a Escola de Machado de Castro, actual Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa [Fig. 10 e 11], construída numa zona de expansão da cidade de Lisboa, num terreno cedido pelo Liceu Pedro Nunes. A Escola Industrial integrou o projecto da zona escolar.

Como anteriormente descrito, no contexto do ensino liceal, em 1934 a JAEES é substituída pela Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário, a qual seria responsável pelo estudo e construção dos edifícios do ensino técnico e liceal. O fundo destinado às construções escolares foi esgotado na continuidade dos projectos iniciados na década de 30 e com os liceus previstos pelo plano de 38 para o ensino liceal, adiando os planos de expansão da rede de escolas técnicas. Só em 1947 com a Reforma e Estatuto do Ensino Técnico Profissional têm início os trabalhos da JCETS para o ensino técnico.

Este Plano surge numa altura em que as políticas do pós-guerra e a estratégia do Estado Novo viam no ensino técnico-profissional uma ferramenta importante para o desenvolvimento do país e da sua economia e uma forma de libertar os liceus da crescente procura que se fazia sentir. Neste sentido era fundamental o incremento das construções para os respectivos edifícios escolares, que se viriam a construir por todo o país.

À semelhança do que acontecera no Plano de 1938, do ensino liceal, e no sentido de acelerar o processo de concepção e construção dos edifícios a Junta recorre a

anteprojectos que através dos três planos de fomento possibilitaram a construção de cerca de 44 escolas até o fim da década de 60, que procuraram dar resposta ao aumento significativo da procura deste tipo de ensino.

Em relação à inserção urbana das escolas construídas de raiz nestes planos e segundo refere Carvalho (2013 p.91) o Relatório da Comissão discrimina a preocupação com a sustentabilidade das propostas no que refere às suas localizações, ao determinar que a sua implantação deve ter em conta princípios como a procura pela população local. Neste sentido, são analisadas a partir de inquéritos às indústrias, patronato e autarquias, as necessidades de formação e enriquecimento escolar de cada região. Assim sendo a implantação destas escolas teria como base as necessidades da região e a proximidade às áreas e construções que se relacionassem com o programa de cada escola.

No caso da Escola Industrial de Coimbra, cuja implantação e projecto serão posteriormente analisados, adiantamos que a sua construção estaria prevista pelo Plano de Extensão e Embelezamento da cidade de Coimbra, elaborado por Étienne de Gröer, junto à nova Zona Industrial que seria construída no âmbito do mesmo plano, à Norte da cidade, de forma a servir a população nocturna e sem obrigar a perdas de tempo entre as suas colocações e a Escola, segundo defendia Pélico (1948 citado por Carvalho 2013 p.107), porém a escola acabou por não ser construída nesta área, sendo deslocada para a zona Sudeste da cidade, num contexto urbano muito diferente do inicialmente previsto. À semelhança do que acabou por acontecer em Coimbra, as escolas técnicas foram, na maior parte dos casos construídas nas proximidades das instalações liceais, outro exemplo desta situação é a Escola-Técnica Machado de Castro, construída junto ao Liceu Pedro Nunes em Lisboa e o caso de Aveiro onde ambos os equipamentos escolares partilham a actual Rua 25 de Abril.

O início dos anos 70 marca um período de crise no ensino técnico. A construção da rede escolar técnico-profissional não se reflectiu no aumento da sua procura, e o próprio modelo, segundo descreve Carvalho (2013, p.123) é alvo de críticas por levar à prematura escolha de uma profissão em tão tenra idade e por se tornar limitadora no sentido da progressão nos estudos e da ascensão social. O ensino técnico é reformulado e reduzido, de forma a aproximar a sua estrutura curricular à do liceu, deste processo resulta a unificação do ensino técnico e liceal formando o ensino secundário unificado em 1974.

Esta união entre as duas vias de ensino reflecte os ideais de igualdade defendidos pela revolução e apelava ao “equilíbrio que nunca chegou a existir de um ensino do saber (conhecimento teórico) apoiado no saber fazer (conhecimento prático) ao alcance de todos” (Carvalho 2013, p.125). Posteriormente decorreram várias tentativas de reintroduzir o ensino técnico no sistema educativo que apesar dos incentivos revelou uma



Fig. 12| Escola Secundária de Benfica, Lisboa, Imagem do conjunto

fraca procura que pode ser interpretada como uma persistência da “diferenciação social” (Carvalho 2013, p.125) entre vias de ensino.

Após a unificação do ensino, durante um período de transição, constroem-se vários edifícios escolares como a Escola Secundária de Benfica que “apesar da denominação de escola secundária, baseou a sua concepção no programa de espaços do Projecto Normalizado para o liceu-tipo de 1968” (Alegre 2010, p.290), a tipologia e implantação afasta este liceu dos exemplos anteriores, afirmando-o como um elemento marcante na paisagem, readquirindo o valor simbólico atribuído ao edifício escolar no contexto urbano onde se insere [Fig. 12].

O projecto para a escola de Benfica integrava o Plano Ordenador da Zona Escolar da Quinta de Marrocos desenvolvidos por Hestnes Ferreira no pós-25 de Abril. A zona escolar da Quinta de Marrocos, à semelhança da zona escolar do Liceu Pedro Nunes, concentraria, num mesmo espaço, outros equipamentos de ensino como a Escola do Magistério Primário, duas pequenas escolas primárias, Escola Superior de Educação, uma escola preparatória assim como programas complementares como cantinas, campo desportivo, hortas pedagógicas e um parque público aberto a toda a população.

É neste contexto do pós-25 de Abril de 1974 que se realiza o maior esforço para a construção escolar, neste período foram construídos 77% das escolas hoje existentes, como descreve Rodrigues (2009, p.4), este crescimento só foi possível graças aos projectos-tipo, elaborados em 1968, baseados em sistemas de pré-fabricação e numa construção económica, muito diferente das construções escolares criadas antes de 74.

Construída a rede escolar do ensino secundário que, segundo os dados da Parque Escolar, é actualmente composta por 477 escolas públicas, só no ano de 2007 volta a surgir um plano de construções para o ensino secundário, desta vez dedicado à modernização dos edifícios escolares pré-existentes. A natural degradação das construções escolares, o constante crescimento da população escolar e o sucessivo aumento da escolaridade obrigatória, recentemente alargada até aos 18 anos, tornara então necessária a intervenção nas escolas secundárias de forma proporcionar-lhes melhores condições e adaptá-las a uma nova realidade urbana, social e pedagógica.

Como podemos concluir após a análise das construções escolares para o ensino liceal e para o técnico, são evidentes as diferenças a nível do programa assim como as relações que as suas instalações estabeleceram ao longo do tempo com a cidade. Em ambos os casos é visível a forma como diferentes contextos políticos, sociais e económicos se reflectiram na construção das suas instalações, influenciando desde a sua implantação aos seus materiais construtivos.

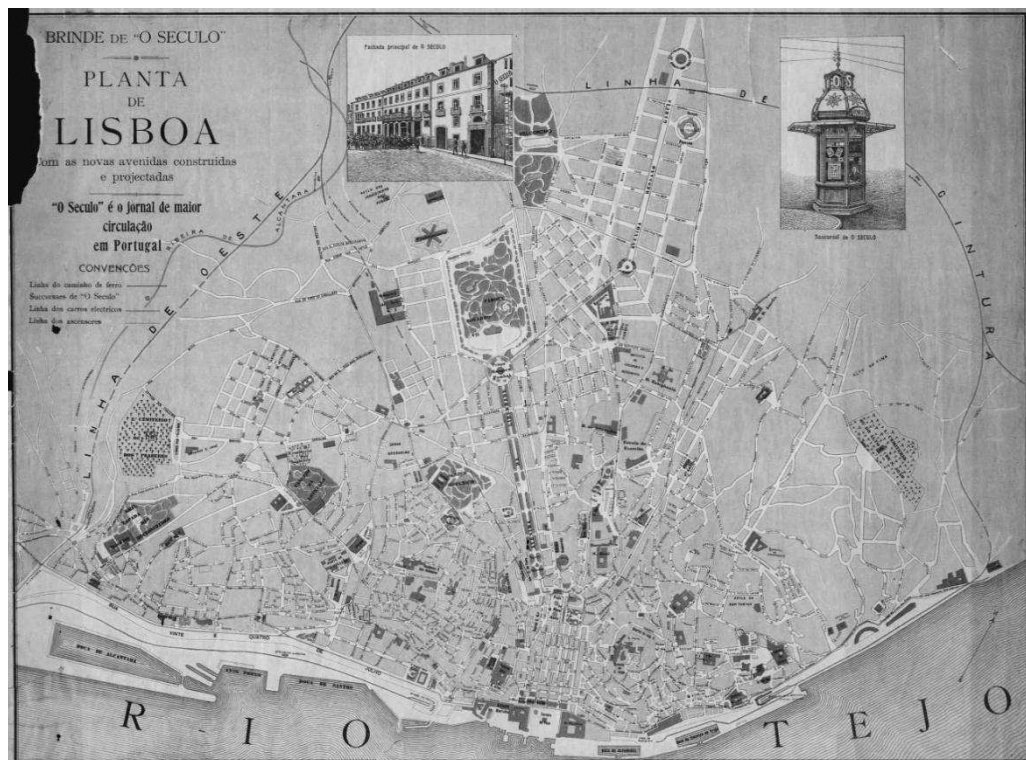


Fig.13 | Planta de Lisboa com as novas avenidas 1906

De uma forma geral a construção de edifícios escolares, quer liceais quer técnicos, esteve associada a transformações sua zona de implantação, com a abertura novos arruamentos e avenidas, construção de bairros e outros equipamentos, e conseqüente consolidação da zona na qual se inserem, este papel dos liceus é central para compreender a sua importância social e a forma como estes se inscrevem numa memória local e regional, como refere Novoa (2003, p.66).

1.1.1 _ TRÊS ZONAS ESCOLARES, NA LISBOA DO SÉCULO XX

Em 1837 funcionavam em Lisboa três estabelecimentos onde decorria o ensino secundário, organizados no centro, a Ocidente e a Oriente da cidade, os bairros do Bairro Alto, Rossio e S. João Nepomuceno. A organização dos estabelecimentos acaba por ter claras influências na futura distribuição dos edifícios liceais na cidade. Com a criação do Liceu Nacional de Lisboa, esta organização dos espaços de ensino na cidade, manteve-se, o liceu funcionou dividido em três polos até o início do século XX, altura em que estes polos se tornam independentes e geram os três liceus da capital.

É apenas no seguimento da reforma de 1905 e no governo de João Franco que se dá o impulso para a construção dos edifícios liceais de Lisboa e do Porto, numa altura em que a capital concretizava a modernidade há muito ansiada, de ruptura com a cidade romântica Pombalina. A abertura da Avenida da Liberdade em 1886 e das Avenidas Novas, de inspiração haussmanianna, construíra a imagem de uma Lisboa cosmopolita onde as avenidas eram “palco indispensável à convivencialidade burguesa” (Silva 1989 p.22).

Francisco Ressano Garcia, engenheiro da Câmara de Lisboa, foi uma peça chave neste progresso modernista de urbanização da cidade no qual procurou adaptar o modelo da cidade moderna de Paris à “realidade contida, morfologicamente irregular e provinciana, teimosamente apegada à tradição, de Lisboa” (Fernandes 1989 p.40) protagonizando um momento de grande fôlego urbanístico, rico de múltiplas dimensões, uma revolução urbana, como descreve o mesmo autor.

Os boulevards de Ressano Garcia eram para além de espaços de convívio e passeios, uma importante ferramenta no planeamento da Lisboa moderna, permitindo a articulação das novas zonas de expansão com o tecido sobrecarregado da cidade baixa, valorizando os terrenos adjacentes e incentivando a construção de novos bairros residenciais por iniciativa pública e privada.

É neste contexto de expansão e modernização da capital que são construídos vários equipamentos públicos, como mercados, maternidades, escolas primárias e liceus que funcionariam como motores do desenvolvimento e urbanidade. Neste processo participam os arquitectos José Luís Monteiro e Ventura Terra, responsáveis pelo projecto

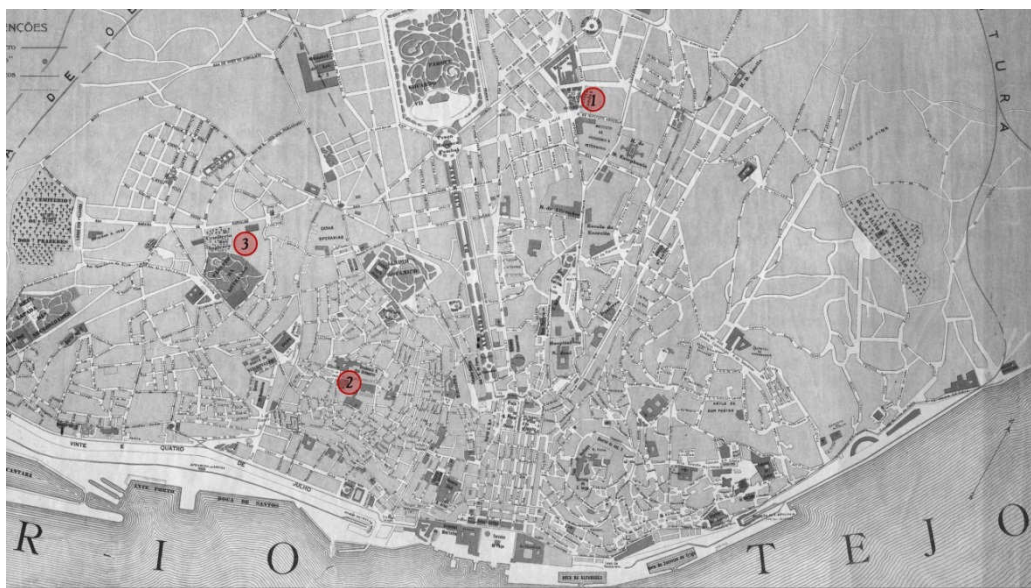


Fig.14| Zonas Escolares de Lisboa (1ª Zona Escolar Liceu de Camões; 2ª Zona Escolar Liceu Passos Manuel; 3ª Zona Escolar Liceu Pedro Nunes)

de vários equipamentos entre os quais destaco os projectos dos liceus construídos nesta altura, na cidade de Lisboa.

Decretada a construção dos liceus tornava-se necessário planear a organização da rede escolar na cidade, neste sentido a capital é dividida em três zonas escolares organizadas com base na distribuição dos antigos estabelecimentos de ensino que precederam a criação do Liceu Nacional [Fig. 14]. A primeira zona escolar abrangia a zona central da cidade e nela se implantaria o futuro Liceu Passos Manuel, a segunda dizia respeito a zona de extensão ocidental e receberia o Liceu Camões, e o ultimo compreendia a zona oriental, o Liceu Pedro Nunes.

A construção do primeiro edifício liceu em Lisboa, o Lyceu Central, posterior Liceu Passos Manuel, teve início em 1881. A selecção de um terreno no centro da cidade ficou a cargo de uma comissão nomeada para o efeito, à qual pertencia o arquitecto José Luís Monteiro que um ano depois apresenta um projecto para o liceu. A localização escolhida foi zona das cercas do Convento de Jesus e dos Paulistas, uma localização “um pouco difícil de compreender. Em primeiro lugar por ser um local acanhado e em segundo lugar por se estar numa fase em que a cidade de Lisboa se está a expandir com a abertura de novas avenidas”(Alfarela 2007, p.67) mas que se justificaria com a abertura de novos arruamentos que iriam permitir a sua ligação a vários pontos da cidade, nomeadamente a ligação do Palácio das Cortes ao Chiado. Estas novas ligações facilitariam o acesso, da população ao equipamento, porém, como descreve Alegre (2009, p.199) exceptuando a rua a norte do edifício liceu, (paralela à fachada principal) nenhuma destas ligações foi concretizada, registando-se ainda hoje a difícil acessibilidade a esta escola.

O projecto de Luiz Monteiro para o Liceu Nacional organizava-se numa planta trapezoidal, consequência da forma irregular do lote, servido de quatro pátios que respondiam as questões higienistas de ventilação e iluminação. O projecto foi alvo de diversas correcções a nível da implantação passando depois para as mãos de Raphael da Silva Casto e posteriormente para Rozendo Carvalheira que acaba por elaborar um novo projecto para o liceu, mantendo a estrutura espacial do projecto anterior, propondo a sua simplificação quer em termos espaciais quer em termos construtivos. Em 1889 a obra torna a ser interrompida e só em 1907 sob a “pressão directa de João Franco para que se concretizassem os três liceus de Lisboa, o projecto é apresentado e a obra reiniciada, sendo inaugurado em 1911 já na I República” Moniz (2003, p.84).

O projecto final, organiza-se sob uma planta quadrada e simétrica da qual se destaca o volume do ginásio que se alinha com o eixo de simetria que organiza o átrio de entrada, o refeitório e o recreio coberto, este mesmo eixo faz a separação dos dois recreios descobertos. As preocupações higienistas de iluminação e ventilação dos espaços foram

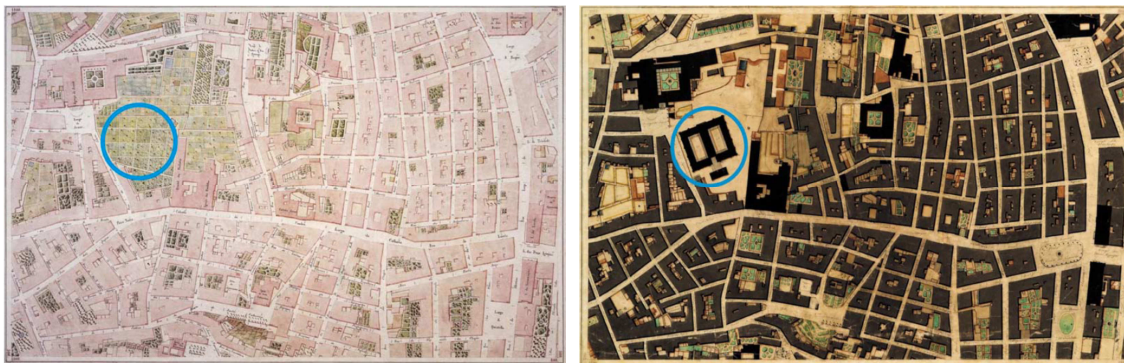


Fig. 15 e 16| Inserção urbana do Liceu Passos Manuel, final do século XIX | Início do séc. XX

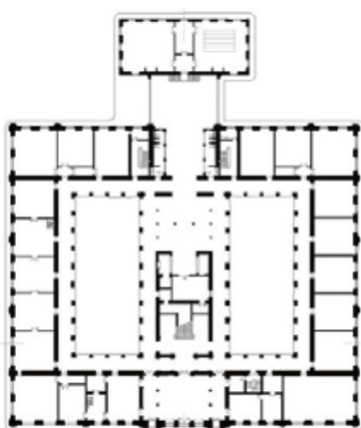


Fig. 17 e 18 |Planta rés-do-chão | Fachada principal Liceu Passos Manuel



Fig. 19 e 20| Inserção urbana do Liceu de Camões, final do século XIX| início do séc. XX

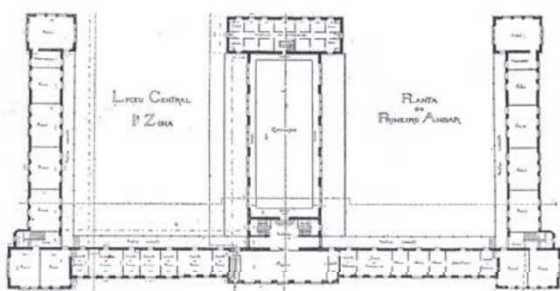


Fig. 21 e 22| Planta do rés-do-chão | Fachada principal Liceu de Camões

responsáveis pela reunião dos quatro pátios do projecto inicial em dois grandes pátios ligados entre si pelo recreio coberto, o programa da escola organiza-se em torno dos pátios.[Fig.17].

A fachada principal do liceu, [Fig.18] em tijolo aparente, é enriquecida pela decoração em alvenaria do corpo central do alçado que assume uma maior importância pelo desenho das pilastras, mísulas de apoio à varanda abalaustrada do andar nobre, cornija e cimalha de remate que coroa todo este corpo, como descreve Alegre (2009 p.201).

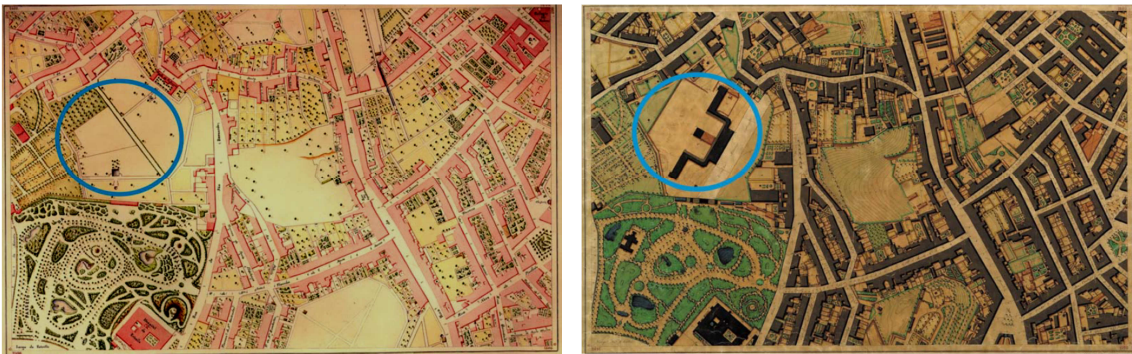
É a partir desta fachada, orientada a Norte, que se faz o acesso ao interior da escola. À cota de entrada desenvolve-se o vestíbulo e a partir deste, os espaços de recepção e administração da escola, no piso superior, a no centro da fachada encontra-se a sala de festas e reuniões seguida por um lado da sala de professores, por outro o gabinete do reitor e na continuidade destes as salas de desenho.

O edifício apresenta-se sob um forte carácter monumental, fechado sobre si mesmo e marcado pela adopção de novos materiais. A sua implantação, no centro da cidade pôs em causa os princípios higienistas em prol de uma maior relação do equipamento com a população e com o centro urbano. A malha muito consolidada da sua envolvente não permitiu que se concretizassem os novos arruamentos nem que se gerassem grandes transformações na área [Fig.15 -18].

No decorrer do processo de construção do Liceu Passos Manuel, João Franco autoriza o governo a adquirir um empréstimo para a aquisição do terreno e construção do liceu da 1ª Zona escolar, o Liceu de Camões. O liceu ocuparia um terreno no Largo do Matadouro Municipal, no primeiro troço das Avenidas Novas de Ressano Garcia, numa zona de expansão da cidade de Lisboa, num contexto urbano bem diferente do Liceu Passos Manuel [Fig.16]. Esta implantação reflecte a tendência do “afastamento dos edifícios liceu dos centros urbanos que se verificou no início do século xx, respondendo aos requisitos de ordem higienista, que deveriam garantir áreas abertas e salubres e permitir futuras ampliações”(Alegre 2010, p.211).

Apesar das críticas apontadas à implantação excêntrica, distante e de difícil acesso, como descreve Alfarela (2007, p.72), o liceu tornou-se um elemento estruturador do desenvolvimento urbano, contribuindo para a ocupação desta zona, consolidando o espaço público adjacente e orientando a futura construção do Bairro de Camões [Fig. 19 e 20].

O projecto do liceu de Camões é da autoria do arquitecto Ventura Terra que elabora também o projecto do Liceu Pedro Nunes, da 3ª zona escolar e o Liceu Feminino Maria Amália. O edifício do liceu organiza-se sob uma volumetria compacta de três grandes corpos transversais, de três pisos, ligados entre si numa tipologia em “E” que cria



<Fig. 23 e 24| Inserção urbana do Liceu Pedro Nunes, final do séc. XIX | início do séc. XX

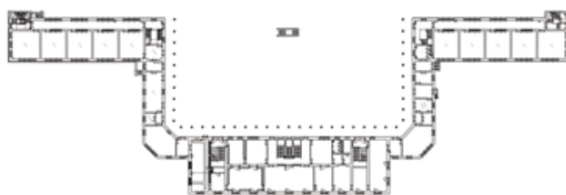


Fig. 25 e 26|Planta rés-do-chão; fachada principal do Liceu Pedro Nunes

dois pátios abertos, a Nascente, exponenciando a ventilação e iluminação dos seus espaços [Fig. 20 e 210]. O corpo central da composição, que faz a separação dos dois pátios recebe o ginásio que neste projecto se aproxima da fachada principal e se relaciona directamente com a zona de entrada, ao contrário do que se verifica no projecto do liceu Passos Manuel.

Na sua relação com o envolvente, o Liceu apresenta-se sob uma longa fachada, recuada em relação ao limite do lote que se encontra delimitado por um gradeamento, com a intenção de evitar as saídas para o exterior, criando dessa forma um espaço reservado e de pretendido afastamento em relação à área social envolvente, como descreve Silva (2002) citada por Alegre (2009 p.2013).

O corpo principal do edifício define o limite do antigo Largo do Matadouro em conjunto com o edifício do Matadouro que desenha o limite Norte da praça ajardinada. Por sua vez corpos secundários da Escola, onde se organizam as salas de aula, desenharam as ruas laterais

A fachada principal, de composição simétrica, é marcada por um corpo central de três pisos e pelos corpos que definem os ângulos do edifício. Apesar de contida no ornamento “como convém a um edifício escolar desta índole” (Alfarela 2007 p.51) esta destaca-se pelos altos vãos que iluminam os espaços lectivos. A entrada principal do Liceu faz-se através do corpo central, porém além desta entrada a escola possuía outras duas, uma de cada lado, que permitiam o acesso directo aos pátios e garantiam a separação dos espaços destinados a cada ciclo de ensino. À cota de entrada desenvolve-se o átrio da escola e a partir deste os serviços administrativos, num nível superior, ainda no corpo central, funciona o museu e no último piso a habitação do reitor. Para além destas dependências existem, ao longo dos dois pisos, outros espaços que recebem os serviços administrativos e o anfiteatro.

A construção do Liceu teve início em 1908 ficando concluído em Outubro do ano seguinte, a rapidez da sua execução e a sua economia tornaram-no uma referência, também a nível programático e tipológico o Liceu Camões serviu como modelo, como “protótipo”, (Moniz 2003, p.108), para a construção dos edifícios liceais de Marques da Silva no Porto e para os liceus modernos da década de 30.

Durante o processo de construção do Liceu Camões é elaborado o projecto do Liceu Pedro Nunes, para a terceira zona escolar de Lisboa. O liceu ocupou os terrenos da Quinta da Estrela para os quais estava prevista a construção de uma zona escolar, composta pelo liceu e por outros equipamentos de ensino, uma escola primária para os dois sexos, uma escola normal primária mista; e uma escola industrial, a Escola Machado de Castro [Fig.23 e 24]. As escolas primárias não foram construídas e os seus terrenos foram cedidos para a construção da Escola João de Deus e para a abertura da Avenida

Alvares Cabral, de acordo com a proposta de Ressano Garcia de 1907, como descreve Alegre (2010, p.216).

Neste projecto, Ventura Terra abandona os pátios, que caracterizam os projectos anteriormente descritos, e opta por uma implantação mais aberta próxima do que seria a tipologia pavilhonar, que permitiu uma melhor adaptação ao declive do terreno. O liceu organiza-se em três volumes lineares distribuídos paralelamente à nova avenida, articulados por elementos dispostos perpendicularmente, que fazem a ligação entre os corpos [Fig.22].

O corpo principal do conjunto, através do qual se faz o acesso ao interior do Liceu, encontra-se à cota da Avenida Álvares Cabral, estabelecendo uma relação directa com a rua, sem nenhuma vedação, espaço ou elemento de separação entre ambos, numa atitude muito contrastante à dos liceus anteriores [Fig.23]. Neste volume localiza-se o átrio de entrada, os serviços administrativos, a biblioteca e a sala de professores, no primeiro piso, o ginásio/ salão no segundo piso e dois ginásios e vestiários no terceiro piso.

Neste projecto o ginásio ocupa o corpo nobre do Liceu, em contacto com a avenida, conferindo uma grande expressão à sua fachada, o seu duplo pé direito permite a abertura de grandes vãos que iluminam o espaço interior, assumindo um grande protagonismo na composição, reflexo da importância dos princípios higienistas na construção do projecto escolar e do valor dado à prática de exercício físico.

1.1.2 _ DUAS ZONAS ESCOLARES, NO PORTO DO SÉCULO XX

O liceu Nacional do Porto, à semelhança do liceu de Lisboa, instalou-se em edifícios desocupados cujo uso se relacionava, de alguma forma, com a prática do ensino. O liceu ocupou durante muito tempo três salas do antigo edifício da Academia Marinha que partilhou com a Academia Politécnica, antes de percorrer diversos locais pela cidade. Perante esta instabilidade e na ausência de instalações próprias para o liceu, a Câmara do Porto reivindica, como descreve Moniz (2011, p.123) um direito semelhante ao do Lyceu Central de Lisboa cujo projecto estava desde 1881 a ser desenvolvido pelo arquitecto José Luiz Monteiro.

O projecto para o liceu do Porto surge numa altura em que o aumento populacional e a extensão do limite da cidade torna necessário, planear o crescimento urbano e reestruturar as áreas consolidadas, através da abertura, alargamento e prolongamento de ruas, de acordo com as preocupações sobre a saúde pública e a higienização dos centros urbanos. Seguiu-se assim o modelo haussmaniano que o engenheiro Ressano Garcia e o arquitecto José Luiz Monteiro introduziam nas novas Avenidas e no Plano de Melhoramentos da Capital (Moniz 2011, p.123), procurando adaptá-lo à realidade urbana



Fig.27 |Planta topográfica do Porto de Telles Ferreira 1892



Fig.28 | Zonas Escolares do Porto
(1ª Zona Escolar Liceu Rodrigues de Freitas e 2ª Zona Escolar Liceu Alexandre Herculano)

do Porto, que se revelaria pouco compatível com este tipo de plano.

Entre o final do século XIX e o início do século XX a cidade é alvo de uma reconfiguração urbana desencadeada pela chegada do caminho-de-ferro, pela abertura de grandes avenidas e de novos arruamentos que procuram estruturar a cidade e facilitar a ligação da zona Ocidental com a Oriental. É criada uma rede de saneamento, melhorada a rede de águas e de transportes, e constroem-se novos equipamentos públicos de grande interesse social e cultural, neste contexto que surge a Circunvalação, a Avenida dos Aliados que contribuiu para o desenvolvimento da cidade desde a cota baixa da Ribeira para a cota alta da cidade, a Avenida da Boavista, o Palácio de Cristal e o Palácio da Bolsa, e outros equipamentos como as estações de comboio, mercados, hospitais, escolas primárias e liceus que contribuem para o processo de desenvolvimento e modernização do Porto.

Em 1902 é encomendado o projecto para as novas instalações do Liceu Central ao arquitecto portuense Marques da Silva, uma figura incontornável na construção da cidade do Porto do século XX. O arquitecto portuense foi bolseiro na École Nationale des Beaux-Arts de Paris, onde toma contacto com os novos programas associados à cidade moderna, que explorará no Porto, oito anos depois. É autor de vários projectos de grande significado urbano como a Estação de São Bento, o Teatro de São João e os dois primeiros liceus da cidade, o liceu Alexandre Herculano e o Liceu Rodrigues de Freitas, através dos quais tenta contribuir para o desenvolvimento urbano e cultural que faltava ao Porto na viragem do século.

Marques da Silva elabora um projecto para o liceu na Rua do Triunfo, seguindo uma tipologia em quarteirão fechado inspirada em modelos franceses, porém os fundos para a construção do liceu não foram conseguidos e o projecto foi posteriormente abandonado. Em 1906, é decretada a criação de duas zonas escolares para a cidade do Porto e a construção de um Liceu Central para cada zona, pela mesma legislação que determina a criação das três zonas escolares de Lisboa. No caso do Porto a definição das duas zonas escolares prende-se com a divisão da cidade em duas zonas administrativas, a Zona Ocidental, e a Zona Oriental [Fig.28].

A construção do primeiro liceu do Porto, o Liceu Central Alexandre Herculano, da zona Oriental da cidade, decorre entre 1916 e 1931 e fica marcada pelo longo processo de definição da implantação que apenas fica decidida com a abertura de uma avenida de 35 metros, a Avenida Camilo, que ligaria o Campo 24 de Agosto à Rua de São Roque da Lameira, que como refere Providência (2001) deveria ser entendida como estruturante da expansão da parte oriental da cidade. Dada a dimensão de um edifício liceal, a sua importância material, os seus fins e qualidades estéticas, apenas uma avenida desta escala permitiria enquadrar este equipamento segundo descreve a memória descritiva do

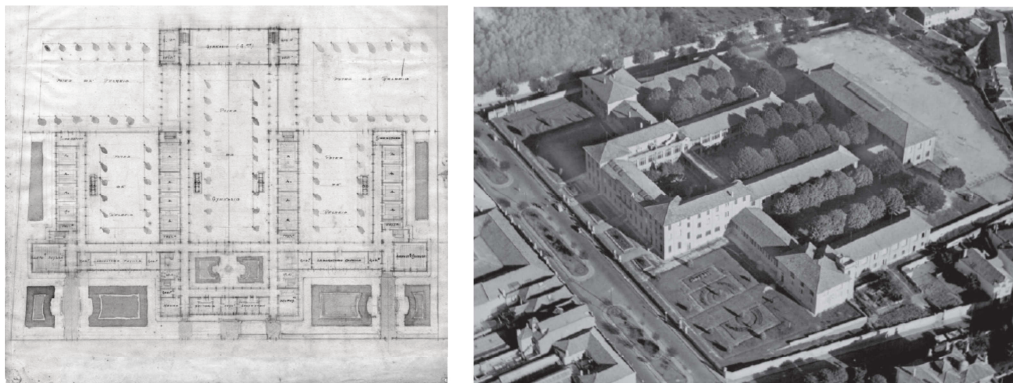


Fig. 29 e 30|Planta do 1º piso | Vista aérea do Liceu Alexandre Herculano

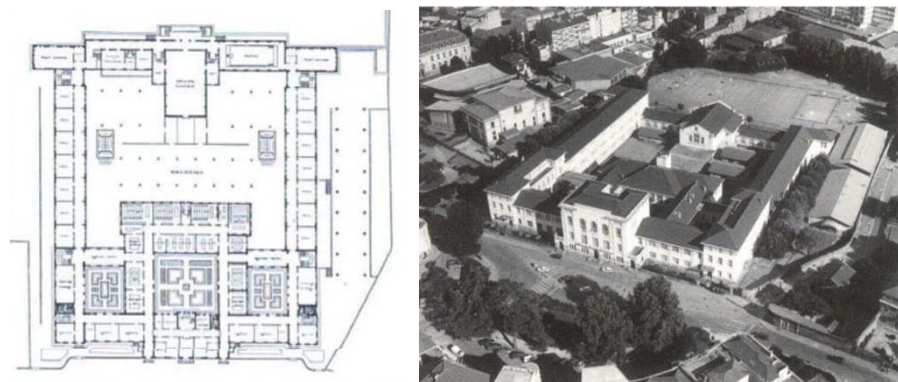


Fig 31 e 32|Planta do 1º piso | Vista aérea do Liceu Rodrigues de Freitas

projecto, citada por Moniz (2003, p.119), desta forma a construção do Liceu Oriental está intrinsecamente ligada a construção da Avenida Camilo.

No projecto para o Liceu Oriental, Marques da Silva opta por uma tipologia em “pente”, tendo como referencia modelos franceses, como o Lycée Lakanal, e nacionais, como o Liceu Camões de Ventura Terra. Esta implantação vira a fachada principal a Norte, paralelamente à Avenida e recuada em relação à mesma, com os pátios abertos a Sul de forma a introduzir uma maior luminosidade e ventilação nos espaços interiores, segundo requeriam as questões higienistas [Fig.29 e 30].

A fachada principal encontra-se recuada em relação à rua, criando um espaço de transição ajardinado entre ambas, salientando-se apenas um corpo central que se aproxima da avenida, a partir do qual se faz a entrada principal do liceu. No volume central da fachada organiza-se, no piso térreo, o átrio de entrada e os serviços administrativos, num nível superior o museu de história natural. Na continuidade destes espaços compõem a fachada principal os laboratórios de física e química e respectivos espaços de apoio. Perpendicularmente a este volume de entrada, organizam-se as salas de aula, viradas para os pátios de recreio e o ginásio que neste projecto ocupa o limite Sul do lote em contacto com o campo de jogos.

Em 1918 durante o processo de construção do Liceu Alexandre Herculano, decorre o concurso para a construção de um liceu para a zona Ocidental, ainda sem implantação definida, do qual resulta vencedora a proposta do arquitecto Marques da Silva. Na tentativa de ligar o liceu à zona moderna da cidade foi inicialmente testada a sua implantação num terreno arejado e isolado junto à nova avenida e à Praça da Boa Vista, porém esta implantação distanciaria o liceu da cidade consolidada, onde se concentrava a população. O liceu acaba por localizar-se junto à Igreja de Cedofeita numa implantação que lhe permite relacionar-se, ao mesmo tempo, com o novo eixo da cidade e com a área mais consolidada, segundo descreve Moniz (200X, p.127). A construção do Liceu Rodrigues de Freitas só teve início em 1927 com o apoio da Ditadura Militar e ficou concluído em 1932.

O projecto de Marques da Silva para o Liceu Rodrigues de Freitas, assenta numa planta quadrangular, compacta, de onde são subtraídos três pequenos pátios associados a espaços de administração e professores e um grande pátio principal com as funções de recreio [Fig.31]. O projecto do liceu previa a abertura de novos arruamentos que permitissem um melhor acesso ao edifício porem apenas o arruamento, perpendicular à Avenida da Boa Vista que faz a ligação do liceu à avenida e mais tarde permitiria a ligação ao Liceu Feminino Carolina Michaelis, veio efectivamente a ser construído.

Posteriormente, na década de 30 sob o Plano de Reordenamento e Embelezamento dos Terrenos Circundantes ao Liceu e à Igreja de Cedofeita a zona de entrada do liceu é complementada com o desenho de uma praça ajardinada.

O Alçado principal do Liceu fragmenta-se em cinco partes, das quais se destaca o volume central, mais alto, que avança em relação aos outros e permite o acesso ao interior da escola, os extremos do alçado são rematados por dois torreões, que recebem as residências particulares do reitor, do chefe de secretaria e do chefe de pessoal menor, construindo uma composição que se aproxima da do Liceu Camões em Lisboa [Fig.32]. À semelhança do que acontece no Liceu Alexandre Herculano, o corpo principal do Liceu recebe os programas administrativos no piso térreo e o museu, sala nobre e biblioteca nos pisos superiores, assim como as já referidas habitações particulares.

O Liceu Rodrigues de Freitas, tal como o Liceu Passos Manuel em Lisboa, insere-se numa área central da cidade, apesar de se encontrarem mais próximos da população, conforme previa a legislação, a sua implantação em áreas muito consolidadas apresentava grandes dificuldades na concretização dos arruamentos previstos pelos projectos devido à complexidade que representava a expropriação dos terrenos e aos meios económicos que estas requeriam. Contrariamente a esta situação a implantação do Liceu Alexandre Herculano numa área menos consolidada, em crescimento, permitiu associar a construção deste equipamento à abertura de novos eixos, ruas e avenidas, contribuindo para a estruturação e desenvolvimento desta zona da cidade.

1.1.3 _ CONCLUSÕES

A divisão das cidades de Lisboa e do Porto em zonas escolares, numa altura em que procuravam reestruturar-se urbana e culturalmente, obrigou a um pensamento global da cidade no sentido de construir uma rede escolar que permitisse aproximar os liceus à população como determinava o decreto-lei.

Cada zona englobava diversas freguesias que seriam servidas pelo liceu da respectiva zona. A selecção das áreas para a implantação dos liceus verificou duas situações em ambas as cidades, a inserção do edifício liceu no centro da cidade e a inserção de edifícios liceais nas áreas de expansão, sob uma perspectiva estratégica de desenvolvimento urbano.

Os liceus Passos Manuel em Lisboa e o Liceu Rodrigues de Freitas foram construídos no centro da cidade de Lisboa e do Porto, respectivamente, próximos da população e das zonas mais activas da cidade integrando uma malha já bastante consolidada. Nesta situação a abertura de novas vias, que ligariam vários pontos da cidade ao novo equipamento, encontra problemas na densa da malha do centro que dificultou e

impossibilitou a abertura de estes arruamentos, ficando por construir algumas ligações devido aos custos e às expropriações a que obrigava a sua construção.

A construção dos liceus de Camões e Pedro Nunes em Lisboa e o Alexandre Herculano no Porto foram inseridos em zonas de expansão urbana, segundo os ideais higienistas de implantação das construções escolares. A localização dos liceus nas zonas de expansão contribuiu para o desenvolvimento e estruturação destas áreas. A indefinição que algumas áreas apresentavam permitia uma maior intervenção ao contrário do que acontecia nas construções dos centros. Para além da abertura de novos arruamentos e avenidas, comum a todos os projectos destes liceus, estava também associada a construção de espaços públicos, bairros habitacionais, zonas escolares e outros equipamentos públicos. No caso do Liceu Pedro Nunes, este integra um projecto de maior escala, a construção de um polo dedicado ao ensino, demonstrando um pensamento global que vai para além do lote.

Na relação dos edifícios liceais com o envolvente e com a comunidade destacam-se os programas que fazem o filtro entre o espaço público e o espaço interior da escola, nos liceus de Lisboa e do Porto esta passagem é feita por espaços que, pelo seu programa, permitem alguma permeabilidade com a cidade, os espaços administrativos, as enfermarias, bibliotecas e museus. Nos casos de Lisboa verificamos que ao longo dos projectos, o ginásio foi assumindo maior importância, possivelmente como reflexo das preocupações higienistas, aproximando-se da fachada principal da escola. No Liceu Pedro Nunes o ginásio assumiu um grande protagonismo, ocupando o espaço central da fachada principal permitindo a abertura de grandes vãos, dado o pé direito deste espaço.

As fachadas principais destes liceus compõem-se a partir de um eixo de simetria, comum nos vários projectos estudados, e destacam-se na envolvente pela sua monumentalidade, apesar da sua composição racionalista imposta pela funcionalidade do programa e da depuração decorativa que se verifica nestes equipamentos.

É com estes projectos, dos liceus, que introduzem em Portugal o estilo institucional, uma arquitectura racionalista despida de ornamento, construída com as tecnologias dos materiais modernos, composta em função das suas necessidades programáticas e assumindo uma monumentalidade representativa do equipamento público.

CAPÍTULO II
A EXTENSÃO DA CIDADE DE COIMBRA
E A CONSTRUÇÃO ESCOLAR

2.1 _ A EXTENSÃO SUDESTE DA CIDADE, NO SÉCULO XX

No final do século XIX, a cidade de Coimbra começa a estruturar-se para fora dos limites da dicotomia da Alta e da Baixa. A abertura das novas avenidas, nomeadamente da Avenida Sá da Bandeira, de inspiração haussmanianna, despoletou a urbanização de novos terrenos, a construção de novos equipamentos, a melhoria da rede de transportes públicos e de saneamento e conseqüentemente a melhoria do ambiente urbano.

Segundo Ferreira (2007, p.69), o desenvolvimento da construção civil, associado ao progresso socioeconómico e ao aumento da população resulta no crescimento urbano da cidade de Coimbra. Em torno do núcleo central da cidade formaram-se novos bairros e a abertura de novos arruamentos direccionaram o desenvolvimento da urbe, Neste contexto a abertura da Avenida Júlio Henriques, em 1918, contribuiu para a urbanização da zona Este da cidade, para os bairros de S. José e Calhabé.

É no fim dos anos 30, sob o regime do Estado Novo, que devido à falta de especialistas nacionais, o Estado manda chamar técnicos estrangeiros para integrarem equipas na elaboração dos novos planos de urbanização para as cidades portuguesas, num “período de grande autoritarismo político, onde a cidade era a expressão do imaginário político e social” (Ferreira 2007, p.70). O urbanista francês Étienne de Gröer, um dos técnicos convidados pelo Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, é responsável pela criação de planos para várias cidades do país, entre os quais o Plano de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da cidade de Coimbra que constituiu uma base de linhas gerais na actuação e desenvolvimento da cidade.

Em Coimbra, esta “intenção salazarista de implementar em Portugal um maior controlo sobre o nível urbano, sobre a população e sobre o meio universitário” (Esteves 1994, p7) teve claras conseqüências. Durante os anos 40 a cidade sofreu drásticas transformações, como a demolição das habitações da alta para a construção do pólo universitário renovado, que deveria receber as diversas faculdades da Universidade de Coimbra, e a construção de vários bairros nos arredores da cidade pela necessidade de alojar as famílias que neste processo perderam as suas habitações.

O Plano de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da cidade de Coimbra foi aprovado, pela Câmara Municipal, no ano de 1945 e resulta da colaboração de Étienne Gröer com o arquitecto/urbanista português, David Moreira da Silva. Autores dos planos, de várias cidades em Portugal, e do ante-plano de Luanda (que elaboram também em conjunto), estes urbanistas tinham em comum a passagem pelo Instituto de Urbanismo de Paris enquanto professor e aluno respectivamente, e o interesse pelas teorias da cidade-jardim, desenvolvidas por Howard no final do século XIX, sob as quais constroem o plano

urbanístico de Coimbra.

Com base nos princípios do urbanismo moderno, Gröer defendia o zoneamento da cidade, com a definição de zonas industriais, comerciais e residenciais, de baixa densidade construtiva, conseguida através da construção de moradias unifamiliares em vez das “altas e densas” (Gröer 1949), que melhorariam a qualidade de vida das famílias, principalmente das crianças, e permitiriam diminuir os custos da construção.

O Plano de Gröer para a cidade de Coimbra, segundo Esteves (1994, p.5), assentava no conceito básico das cidades-jardim horizontais: uma cidade-mãe, rodeada pelas suas aldeias-satélite. A definição de estas aldeias teve como base pequenos núcleos pré-existentes próximos do centro urbano, actualmente conhecidos como Coselhas, Tovim, Chão do Bispo, Portela e Lajes. De forma a controlar desenvolvimento natural destas áreas e a possibilidade de dispersão, o plano delimitou um perímetro, definido por um raio de 250 m, a partir do qual não seriam autorizadas construções.

No núcleo urbano, são definidas cinco áreas de expansão residencial que se desenvolvem a Noroeste, Nordeste e Sudeste do Bairro Sá da Bandeira e em Santa Clara. É na zona de expansão a Sudeste, no subúrbio do Calhabé, que se desenvolve de forma mais activa a cidade neste período. Segundo Gröer (1949, p.61) este subúrbio serviria de “ponto de partida para a extensão Sudeste da cidade”, trata-se de uma zona marcadamente residencial que por estar “longe dos lugares de trabalho” (Gröer 1949, 63), ficaria destinada, pelo plano, à residência da classe média e abastada. Esta zona de extensão recebe, na sequência do plano de Gröer, importantes construções da cidade como o bairro operário Marechal Carmona, actual Bairro Norton de Matos, construído para combater a carência habitacional, agravada pela destruição de parte do tecido urbano residencial da alta para as obras da Universidade, a igreja de S. José, o Estádio Municipal, respectiva praça, e o Liceu Feminino.

O Estádio Municipal seria então construído numa zona relativamente plana do Calhabé e complementado com o desenho de uma praça, a Norte, que lhe serviria de “ampla e condigna entrada” (Gröer 1949, p.62) alinhada com o eixo central do campo. O terreno localizado a Norte da praça estava reservado, segundo definia o plano, para a construção de um equipamento público. Dadas as características do lote e a sua inserção urbana, De Gröer (1949, p.84) entende que a melhor aplicação a dar ao terreno é utilizá-lo para o novo Liceu Feminino, que ficaria bem situado numa encosta, banhada pelo sol e próximo da avenida por onde se preconizara a construção duma nova linha de eléctricos, para além disto reconhece que este edifício seria um motivo de atracção para o desenvolvimento deste bairro.

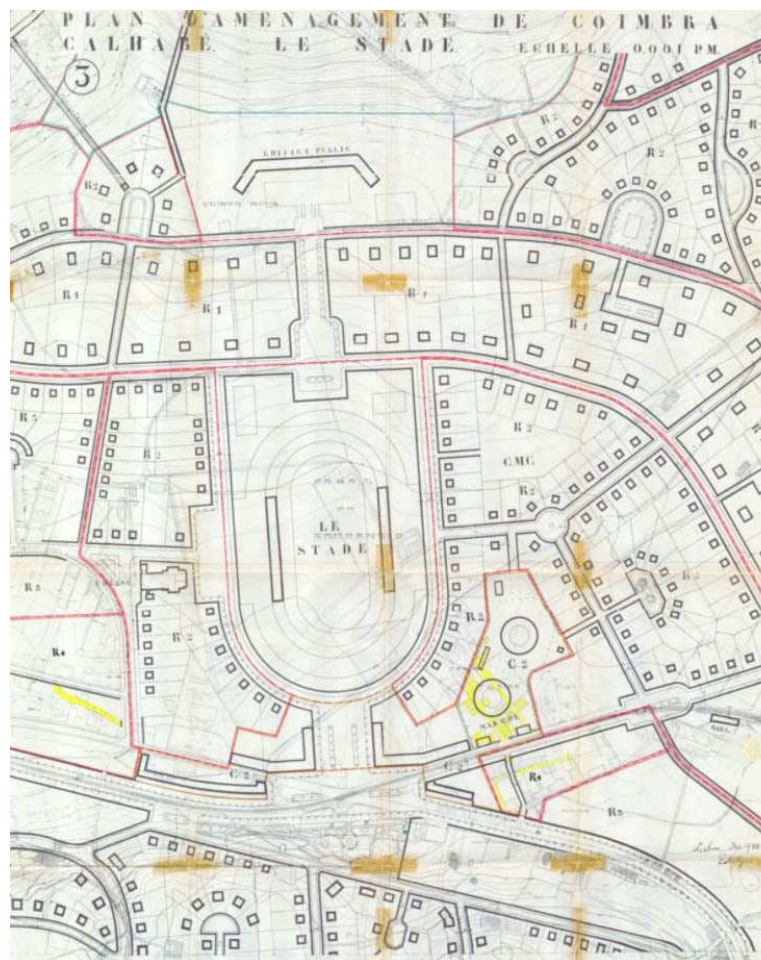


Fig. 34| Planta de Urbanização do Calhabé de Étienne de Gröer. 1940

Assim surge o Estádio Municipal, a praça, o Liceu Feminino no Calhabé e novos arruamentos que ligam os equipamentos ao Bairro Marechal Carmona e a outros pontos da cidade. Os terrenos, em torno do conjunto definido por estes equipamentos e pelo espaço público, seriam destinados à construção residencial do tipo R1 e R2, para a classe abastada e média respectivamente [Fig. 34]. Nestas zonas residenciais apenas seria autorizada a construção de habitações unifamiliares, uma por cada talhão, que resultassem numa ocupação de baixa densidade que permitisse conservar o “aspecto verdejante, tal qual é visto do Penedo da Saudade” (Gröer 1949, p.84).

Para além das várias zonas residenciais, o Plano de Urbanização, de Embelezamento e Extensão previu a construção de uma zona industrial, localizada “a Norte da cidade, ocupando os terrenos do Vale de Coselhas e a faixa entre a Estrada Nacional Porto-Lisboa, o Mondego e a nova estação central” (Santos 1983, p.35) na qual previa a construção da Escola Industrial e Comercial, que viria a ser posteriormente construída, por decisão da Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário, em terrenos mais salubres na Zona Sudeste da cidade. O local definido para receber a Escola Industrial seriam os terrenos do limite Poente do Bairro Norton de Matos porém, apesar de já ter sido elaborado o projecto para a escola, a dificuldade na expropriação e aquisição do terreno levou à inserção da escola industrial no conjunto de equipamentos do Calhabé.

Na década de 50 é solicitada, pela Câmara Municipal, a revisão do Plano de Gröer que se mostrara inadequado por ter partido de conceitos pouco compatíveis com a realidade da cidade. Foi na inadequação das teorias da cidade-jardim às características climáticas, geográficas e topográficas da cidade que se traduziu a inviabilidade da proposta, agravada pela incapacidade económica da população e do município que não poderiam sustentar a dispendiosa construção de moradias unifamiliares, segundo descreve Santos (1983, p.41).

A revisão foi elaborada pelo urbanista Almeida Garret, que fez uma extensa análise da cidade no sentido de definir prioridades de actuação que permitissem de resolver diversas fragilidades. Considera então prioritário o desenvolvimento de infra-estruturas essenciais, e de novas vias que permitissem melhorar as ligações entre a alta e a baixa da cidade assim como os acessos às zonas de extensão, a organização da cidade a partir do ordenamento racional do tecido urbano construído e da sua expansão, atendendo às condicionantes topográficas, como refere Simões (2001, p.40).

Apesar das alterações feitas ao antepiano, o Plano de Urbanização manteve a estrutura de zoneamento, definida por Gröer, à qual apenas acrescenta novas zonas, as portuárias, as ferroviárias e as desportivas. As zonas de extensão anteriormente

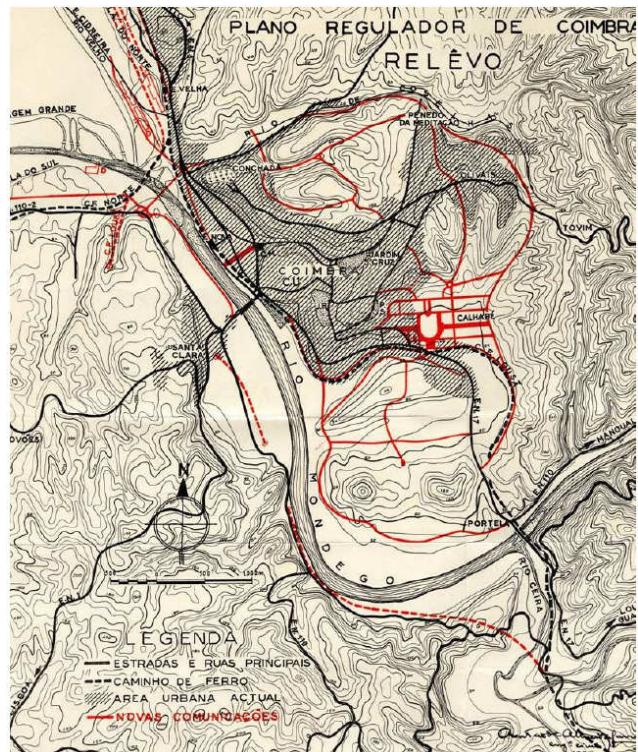


Fig. 35| Novas comunicações, Planta de relevo de Almeida Garrett, 1956

consideradas constituíram uma base as Unidades Residenciais que deveriam, no contexto deste novo planeamento, ser organizadas por planos de pormenor próprios.

Neste contexto surge o Plano de Urbanização da Unidade Residencial do Calhabé, “a única das Unidades de Residência que fazia parte do Plano Regulador de Almeida Garrett que foi de facto desenvolvida e construída” (Palhoto 2013, p.93). Segundo Garrett (1956, p.3) esta zona, do Calhabé, teria maior interesse que outras igualmente de extensão, por já aí se situarem elementos de vida escolar e desportivas respeitantes a toda a população de Coimbra.

No âmbito do plano, a densidade populacional desta zona é redimensionada, são projectadas zonas habitacionais destinadas a várias classes sociais e diversos equipamentos colectivos que complementariam os edifícios escolares e o Estádio Municipal, introduzindo uma maior densidade populacional para esta Unidade Residencial que contrasta com a imagem que De Gröer criara para o Calhabé de uma cidade-jardim horizontal. A construção do centro social, a Este do conjunto, do hotel, do centro de saúde, e do centro oficial acabaram por não acontecer e dos equipamentos previstos apenas as escolas e o centro comercial passa do Plano á realidade.

Dada a importância dos equipamentos que se concentrariam nesta zona e que receberiam população de toda a cidade, era prioritária a criação de “bons acessos e de dispositivos de trânsito apropriados às grandes afluências” (Garrett 1956, p.4). Neste sentido o plano propõe o alargamento de vias pré-existentes e traça um sistema de novas ruas e avenidas [Fig.35], como a Avenida Elísio de Moura, a Rua Infanta Dona Maria e a Avenida Dom João III.

Segundo refere Garrett (1955, p.93), aquando da elaboração do Plano, na zona escolar do Calhabé já se encontrava construído o Liceu Feminino Infanta Dona Maria (erguido no final dos anos 40), aguardava-se a construção da Escola Técnica Avelar Brotero, que se encontrava então instalado na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, e estudava-se o projecto do Magistério Primário para esta zona, que funcionava então na Rua Augusto Rocha, próximo ao Liceu José Falcão, como descreve Garrett Só no princípio da década de 60 o conjunto escolar ficava efectivamente completo, com a construção da Escola Primária nº10 junto ao Magistério Primário, que visava proporcionar estágios aos professores ali formados.

Com a implantação da Escola Técnica e do Magistério Primário, as zonas residenciais, previstas por De Gröer para os limites Este e Oeste da Praça, desaparecem e o espaço público acaba por assumir dimensões bem mais amplas que as inicialmente preconizadas [Fig.33].

No âmbito do Plano de Urbanização do Calhabé são elaborados dois estudos para

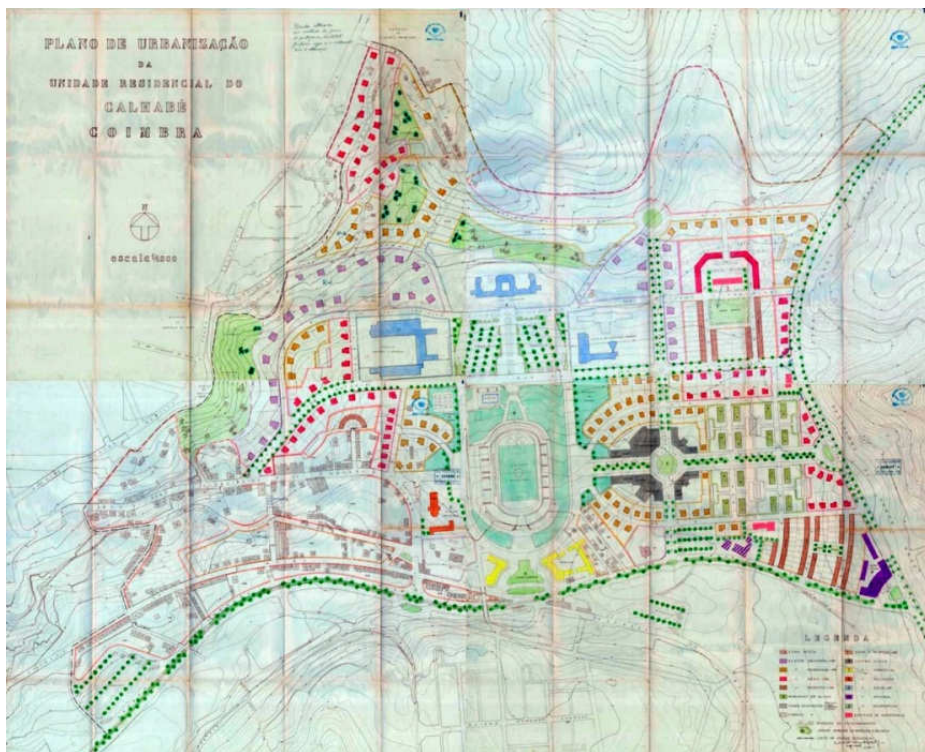


Fig. 36| Planta da Unidade Residencial do Calhabé de Almeida Garrett 1956

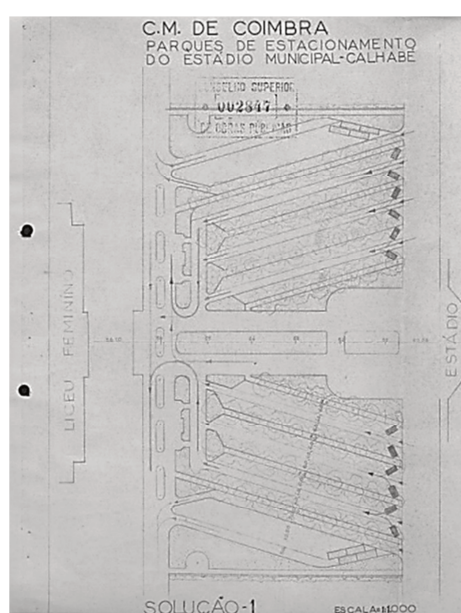
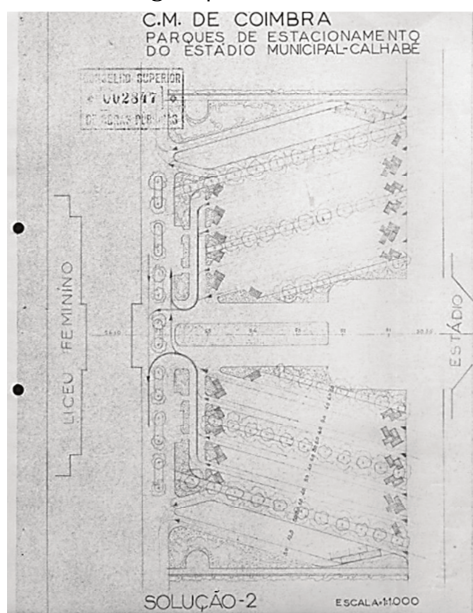


Fig. 37 e 38| Soluções 1 e 2 para o estacionamento do Estádio Municipal, Garrett 1956

transformar a Praça, num estacionamento ajardinado para o equipamento desportivo [Fig.37 e 38]. As duas soluções elaboradas procuraram rentabilizar ao máximo a área de estacionamento de forma poder acolher o maior número de carros nos dias de competição. Perdia-se o programa da praça, enquanto espaço de estar público e de lazer, e o espaço pedonal ficava reduzido a percursos ajardinados que conduziriam os peões à entrada do Estádio, sob a sombra de plátanos que “darão sombra e criarão cortinas aos ventos dominantes de Nordeste” (Garrett 1956, p.28). Apesar de nenhuma das propostas ter sido aplicada, é este o programa que a Praça passa a receber e que perdurará até 2005.

Almeida Garrett (1956, p.39) refere no plano, que a Unidade Residencial do Calhabé poderia vir a servir de exemplo a seguir por futuras unidades de expansão, levando a colocar nelas elementos vitalizadores como fez o Estado com as Escolas, em vez de espalhar por zonas já com vida organizada tais elementos, quantas vezes com forte sangria de construções e despesa e pouco proveito para a riqueza estética dos ambientes em que se colocam. Já anteriormente Gröer havia chamado a atenção no plano para as potencialidades que esta zona de expansão apresentava, porém a visão de ambos urbanistas para a mesma zona é bastante contrastante e isso reflecte-se nas propostas que ambos apresentam.

Sob diferentes posições e conceitos, foram os planos de Étienne De Gröer e de Almeida Garrett, que iniciaram e acompanharam o processo de projecto e construção do Calhabé e da zona escolar, entre os anos 40 e 60. É o Plano de Gröer que se encontra na génese do conjunto, com a construção da tríade Estádio, Praça, Liceu Feminino organizados sob um eixo compositivo que, em conjunto com a Igreja e o Bairro, contribuíram para a valorização e desenvolvimento desta área de extensão da cidade. A efectiva construção das instalações para a Escola Técnica e para o Magistério Primário, junto ao conjunto de equipamentos do Calhabé, acontece numa fase inicial do planeamento de Garrett no qual são também construídos importantes novos acessos automóveis e pedonais que serviam este conjunto e permitiam a sua relação com vários pontos da cidade.

Apesar de já construído, o conjunto equipamentos da zona escolar do Calhabé será, ao longo do tempo e no contexto de outros planos e projectos que sucedem o Plano de Urbanização de Garrett, alvo de várias intervenções que transformarão esta área e construirão a situação actual.



Fig. 39 e 40|Liceu D. João III, Coimbra

2.2 _ O ENSINO LICEAL EM COIMBRA

O decreto de Passos Manuel dita em 1836 a criação do que seriam os primeiros três liceus em Portugal: o Liceu de Lisboa, o Liceu de Coimbra e o Liceu do Porto. Em Coimbra o liceu ocupa as instalações do antigo Colégio das Artes até 1870 altura em que se instala no Colégio de São Bento, segundo Moniz (2008, n.d.) ambas as localizações se deveram à proximidade à Universidade, em especial com o Laboratório Chymico e com o Jardim Botânico onde se fazia o estudo das disciplinas de botânica, química, física, mineralogia e a zoologia.

Após a implantação da República o Liceu Central de Coimbra recebe o nome de Liceu José Falcão e passa a partilhar instalações com o Liceu Dr. Júlio Henriques, criado devido ao grande aumento da população escolar. Posteriormente a união destes dois liceus dá origem ao Liceu D. João III.

O primeiro edifício liceal de Coimbra resulta dos concursos realizados na década de 30 para os liceus de Beja, Lamego e Coimbra pela Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário. Do concurso para a elaboração do projecto para a edificação do edifício para o Liceu Nacional Dr. Júlio Henriques é seleccionada a proposta “Santa Cruz” da equipa Carlos Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes, ficando em segundo lugar o projecto *Labor* de Luís Cristino da Silva.

O projecto do liceu insere-se num conjunto de projectos modernistas produzidos entre 1926 e 1931 num momento de experimentação sobre os programas públicos no período de consolidação do Estado Novo.

Construído entre 1931 e 1936 o liceu integra uma nova área de expansão da cidade de Coimbra, numa zona marcadamente residencial composta por moradias e pequenos edifícios de habitação colectiva. O lote de acentuado declive localiza-se no alto da encosta do Jardim da Sereia é delimitado pela Avenida Afonso Henriques.

O projecto sofre alterações com o Plano de construções de 1938 com o objectivo de aumentar a sua capacidade de 16 turmas para 23, de forma a acolher também o Liceu José Falcão, as alterações feitas ao projecto levaram a que Jorge Segurado e Adelino Nunes abandonassem o projecto. O mesmo plano de construções é responsável pela construção do segundo liceu de Coimbra, destinado ao ensino feminino, na unidade residencial do Calhabé.

Com a unificação dos liceus o seu nome é “substituído pelo responsável pela introdução do ensino secundário em Coimbra, D. João III” (Moniz 2008, n.d.) passando depois do 25 de Abril, com a unificação do ensino secundário a denominar-se Escola Secundária José Falcão.



Fig. 41|Edifício nº111 da Avenida Sá da Bandeira

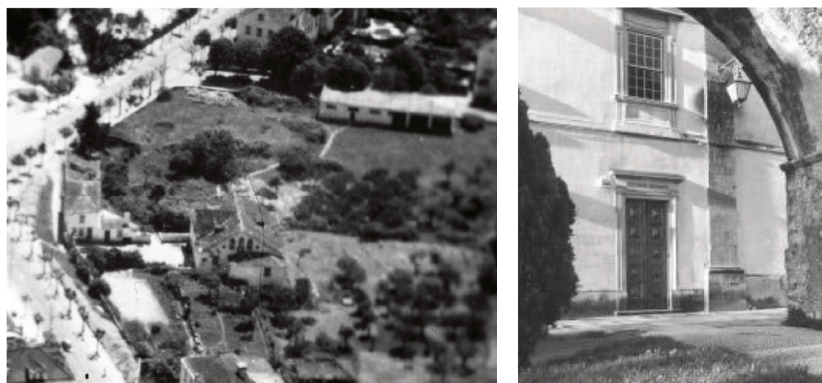


Fig. 42 e 43| Quinta da Rainha | Colégio de S. Bento

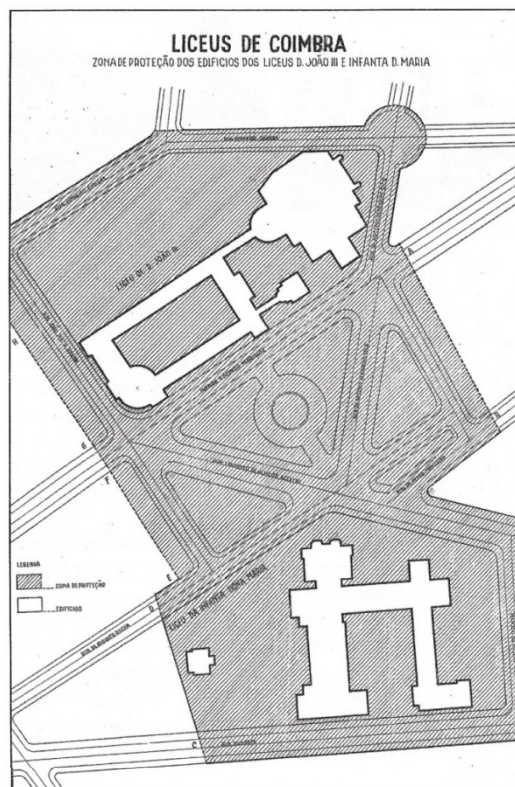


Fig. 44| Liceu Infanta Dona Maria, proposta dos arquitectos Carlos Ramos e Adelino Nunes

2.2.1 _ LICEU FEMININO INFANTA DONA MARIA

Em 1914 é decretada a criação de uma secção feminina no Liceu Central de Coimbra onde funcionariam as três primeiras classes de formação, porém com a posterior revogação do decreto as alunas passaram a ocupar o edifício número 111 da Avenida Sá da Bandeira [Fig.41]. Com a passagem das alunas da 4ª e 5ª classe do Liceu José Falcão para o número 111 em 1918 ficam reunidas as condições para a criação de um liceu nacional feminino que segundo Seabra (2003, p.204), era já há muito desejada pelos pais em geral que não viam com bons olhos a frequência das filhas no liceu masculino e pela cidade pois “não se compreendia que Coimbra, cidade universitária não tivesse um liceu feminino considerado imprescindível para a formação de uma mulher”.

O liceu Nacional Infanta Dona Maria abre portas em 1919 nas instalações da Avenida que rapidamente se tornam insuficientes tornando prioritária a aquisição de instalações. Neste contexto o liceu passa a ocupar a Quinta da Rainha situada junto ao liceu masculino [Fig.42].

Em 1931 a JAEES cria um concurso para a elaboração do projecto do edifício destinado à instalação do liceu feminino, nos terrenos da Quinta da Rainha, conhecem-se as propostas de Jorge Segurado e da equipa formada por Carlos Ramos, Adelino Nunes [Fig.44], autores, com Jorge Segurado, do projecto para o Liceu Falcão, cuja proposta desenhava uma praça desnivelada que procurava estabelecer relações entre ambos os liceus, estas propostas alcançaram respectivamente a 2ª e 3ª classificações. Também Marques da Silva elabora um projecto, em conjunto com Homero Ferreira e David Moreira cuja classificação é desconhecida devido às condições gerais do concurso apenas permitirem a divulgação das três primeiras classificações.

A proposta vencedora do concurso para o liceu feminino de Coimbra é do arquitecto Cristino Silva cujo projecto acaba por não ser construído pois, “assentou-se mais tarde que o local não pode servir para o efeito, visto estar muito próximo do liceu masculino” conforme registava o Diário de Coimbra de Abril (1943 citado por Seabra 2003, p.204). Posteriormente o terreno passa a ser ocupado pelo Centro de Assistência Maternal e Infantil de Bissaya Barreto com o projecto de Carlos Ramos. Sem instalações próprias o liceu feminino passa a funcionar, a partir de 1937 no colégio de S. Bento [Fig.43], junto aos Arcos do Jardim, onde permaneceria até a construção definitiva de um novo edifício.

A construção de um edifício liceal próprio para o Liceu Infanta Dona Maria só viria a acontecer com o Plano de Construções de 1938. Com a consolidação do Estado Novo “era de facto a altura certa para lançar um grande plano de construção e melhoramento dos

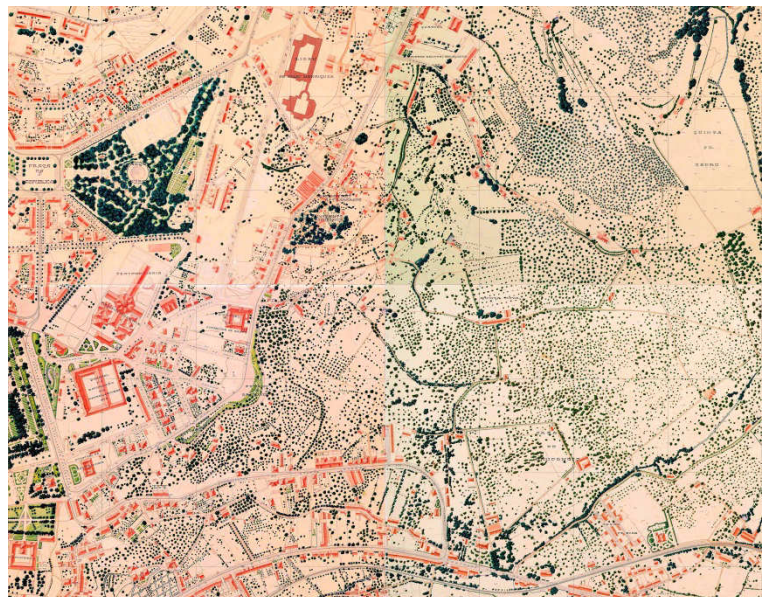


Fig. 47| Inserção urbana do Liceu Feminino Infanta Dona Maria, 1938

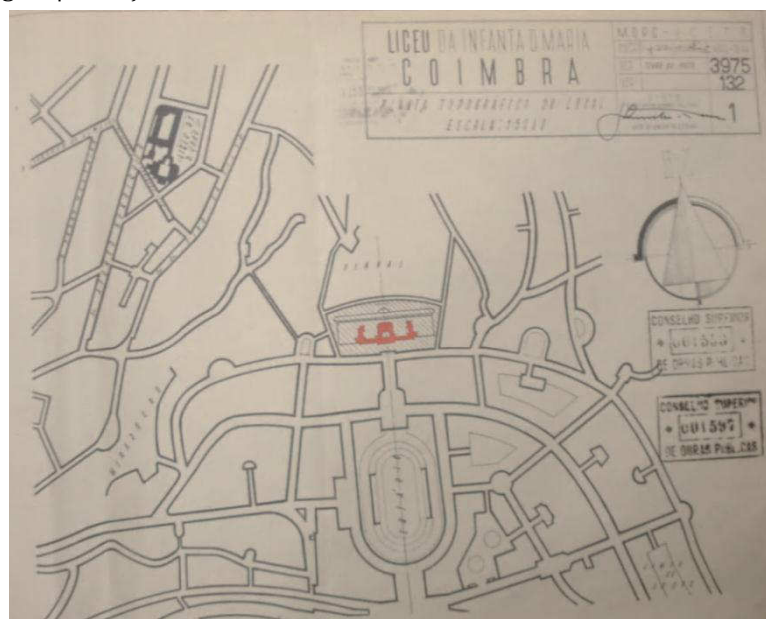


Fig. 48| Implantação do Liceu Feminino Infanta Dona Maria, relação com o liceu D. João III

liceus que consubstanciasse a ideia de portugalidade a juntar ao programa de “ressurgimento material” do país que a propaganda do Estado Novo media em termos de equipamentos públicos” (Marques 2003, p.69). É neste contexto político que surge o plano de 38 que previa a construção de 11 novos liceus e a realização de obras de ampliação e melhoramento em mais 13 liceus pré-existentes.

Para executar o plano é criada pelo MOP, em 1934, a Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário que substituiria a JAEES, extinta com o fim do empréstimo atribuído em 1928 para a construção de novos liceus. Ao contrário da JAEES a JCETS era responsável por todo o processo de produção arquitectónica dos edifícios escolares, desde o projecto à fiscalização. Este monopólio permitia ao Estado, o controlo absoluto das construções, com o objectivo de garantir a concretização dos objectivos de natureza política, económica e técnica e o prestígio das suas próprias realizações.

Em 1941 a Junta elabora um programa-tipo que estabelece a natureza e características dos serviços e espaços que devem constituir um liceu, definindo a sua localização, dimensão, materialidade, iluminação, exposição e acessibilidade procurando “com esta medida, não só a possibilidade de construir rapidamente uma rede de liceus nacionais mas fundamentalmente garantir a identidade da instituição e a divulgação da cultura nacionalista do Estado Novo” (Moniz 2003, p.185).

O projecto do Liceu Infanta Dona Maria foi inicialmente encomendado a um arquitecto exterior a Junta, devido à grande carga de trabalho, porém o projecto de Manuel Fernandes de Sá não satisfiz todas as condições impostas passando o projecto para as mãos de um arquitecto da Junta, o arquitecto Francisco Assis, que aproveitou o traçado geral da proposta anterior, bem agarrada ao terreno, para elaborar o projecto definitivo.

O CONJUNTO MONUMENTAL

A implantação do Liceu Feminino Infanta Dona Maria é representativa da importância dada pelo Regime Salazarista à inserção urbana dos equipamentos públicos, nomeadamente dos liceus, como meio de valorização simbólica da sua presença, segundo afirma Marques (2003, p.113) o Liceu projectava-se como um polo dominante de desenvolvimento urbano e um lugar privilegiado de investimento visual, social e cultural.

O liceu ocupou os terrenos da Quinta José Gavino, na área de expansão Sudeste da cidade, no “subúrbio do Calhabé” (Gröer 1949, p.61) conforme ficara definido no Plano de Gröer [Fig.47 - 48]. À semelhança do que acontecia com os liceus construídos pelos Planos de 30 e 38, a construção liceal acompanhou a elaboração dos planos urbanísticos e o crescimento da cidade.

A Escola definia com a praça e o Estádio Municipal, um conjunto monumental que seria complementado posteriormente com a Escola Técnica e o Magistério Primário.



Fig. 49| Relação do Liceu Feminino Infanta Dona Maria com o Estádio Municipal, início dos anos 50

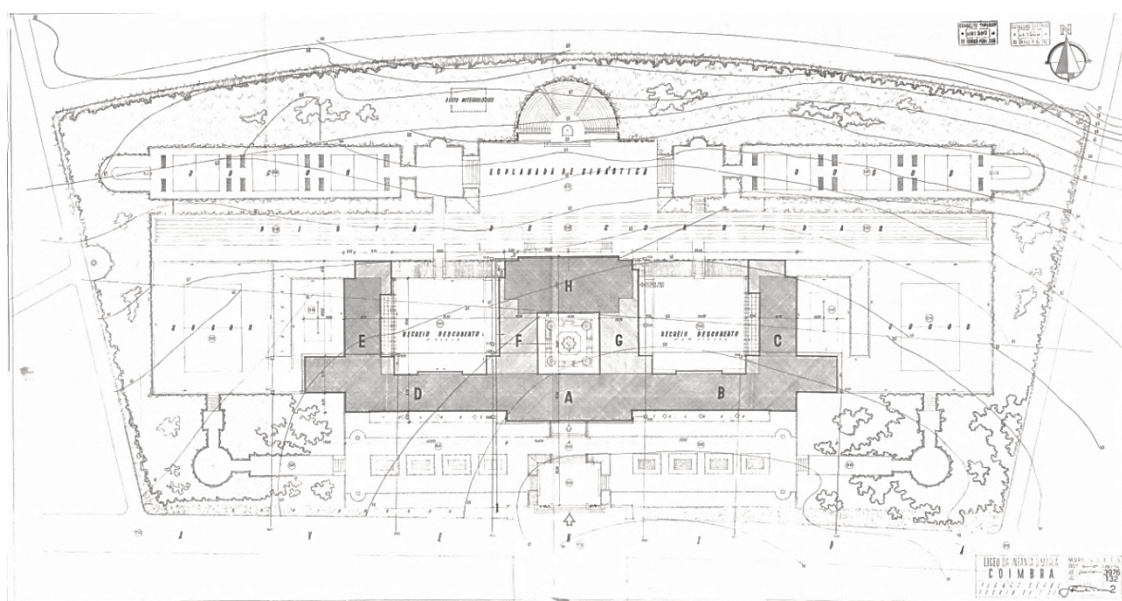


Fig. 50| Planta de Implantação, Liceu Feminino Infanta Dona Maria, 1944

Esta localização, conhecida, entre as alunas como o “deserto do Sahara”, não reuniu o agrado da população, principalmente dos encarregados de educação e dos docentes, como refere a reitora Dionysia Camões, (citada por Seabra 2003, p.206), a futura situação do liceu, num sítio ermo e com a vizinhança de um estádio de futebol, que estava projectado para as suas imediações, era motivo de preocupação.

Apesar do terreno para o liceu se encontrar, na época, um pouco afastado do centro urbano, com a execução do plano de urbanização, com investimento particular que se geraria e com o prolongamento da rede de transportes público esta zona, como refere a memória descritiva do Liceu, “passará a ser um ponto central da cidade de Coimbra” (MOP/ JCETS 1944), o que veio mais tarde a confirmar-se.

A escola implanta-se no lote alinhando o seu eixo de simetria com o eixo que organiza a composição urbanística da praça e o Estádio Municipal, recuado e elevado em relação à cota da rua criando um “efeito cenográfico” (Marques 2003, p.116) [Fig.49], comum a vários liceus construídos pelo mesmo plano de construções como o Liceu Sá da Bandeira em Santarém e o Liceu Carolina Michaëlis no Porto.

O edifício organiza-se numa composição longitudinal de dois pisos, a partir de um volume principal de entrada, do qual surgem simetricamente dois corpos longitudinais rematados nas pontas pelos recreios cobertos, que se dispõem perpendicularmente a estas alas, criando dois pátios abertos virados à encosta a Norte, destinados um para cada ciclo, e um pátio interior que ocupa o centro da composição [Fig.46].

O “conjunto é emoldurado por uma área ajardinada que separa o liceu dos limites do lote e da avenida que lhe dá acesso” (Seabra 2003, p.207), esta moldura ajardinada que envolve a escola, representa uma área bastante significativa do lote que é ainda delimitado por um muro e respectivo gradeamento, à semelhança do que acontece em outras escolas e equipamentos públicos. No limite Norte, e sob o mesmo ambiente ajardinado, desenvolvem-se os campos de jogos e um auditório exterior, alinhado com o volume do ginásio cujo alçado posterior lhe serve de cenário, e permite o acesso directo aos campos de jogos exteriores.

O CARÁCTER CENOGRÁFICO

A fachada principal do Liceu encontra-se virada a Sul, e como referido anteriormente constrói o alçado Norte da praça que então partilhava com o Estádio. O facto do Liceu se encontrar numa cota mais alta do que o resto do conjunto, devido à pendente do terreno, reforça o “carácter cenográfico” (Marques 2003, p.116) e monumental característicos da arquitectura do Regime.

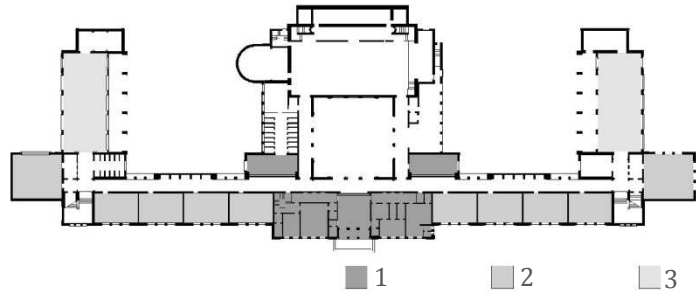


Fig. 49| Programa da Fachada Principal do Liceu Infanta Dona Maria, 1944
(1. Espaços administrativos; 2. Salas de aula; 3. Recreios cobertos)



Fig. 50| Fachada principal, Liceu Feminino Infanta Dona Maria, 1944



Fig. 51| Fachada principal, Liceu Feminino Infanta Dona Maria



Fig. 52| Entrada do Liceu Feminino Infanta Dona Maria



Fig. 53| Liceu Feminino Infanta Dona Maria

Nos edifícios construídos no Plano de 38, segundo descreve Marques (2003, p.119), o tratamento da fachada principal, revela-se como um dos processos mais importantes de valorização arquitectónica dos liceus, onde se encontram os elementos decorativos e simbólicos assim como os materiais construtivos mais nobres.

Como resultado da organização interna do programa, a fachada principal desconstrói-se em cinco secções, que se organizam simetricamente a partir do corpo central que se alinha com o eixo de composição dos equipamentos. O seu desenho resulta da repetição dos vãos das salas de aula e dos serviços administrativos, no corpo central complementado por elementos clássicos decorativos e simbólicos e materiais mais nobres que se concentram sobretudo no corpo central [Fig.50-51]. Este corpo é rematado por um frontão triangular, que posteriormente recebe um alto-relevo alusivo à Infanta D. Maria, e ornamentado por outros elementos do vocabulário clássico, designadamente as colunas e o pórtico [Fig.52].

A questão do aspecto exterior do liceu não era pacífica, as orientações do Governo não tinham uma execução linear, e conduziram a uma dualidade de interpretações dentro da própria JCETS, segundo descreve Marques (2003, p.120). Perante a composição do alçado principal, do projecto inicial, a Comissão de Revisão da JCETS escreve um parecer, onde destaca o excesso de ornamentação do corpo central e o desequilíbrio entre o tratamento dado a este corpo e aos corpos de aulas, referindo que “talvez pudesse ter sido tratado com mais simplicidade de maneira mais discreta e apropriada ao carácter das funções a que este edifício se destina” (MOP/ JCETS 1944, citado por Marques 2003, p.120). Porém no mesmo parecer a Comissão, confessa que as orientações dadas pelo Governo, que indicam não haver necessidade de qualquer luxo na construção, exceptuando (dentro de certos limites no exterior) os liceus de Lisboa, Porto e Coimbra, possam ter gerado diferentes de interpretações que inviabilizam um juízo objectivo.

Paralelamente à fachada principal desenvolve-se a Rua Infanta Dona Maria que permite o acesso ao Liceu que lhe dá o nome. Com o Plano de Garrett esta rua assume uma maior extensão e importância com a passagem dos transportes públicos que se aproximam das escolas permitindo a sua ligação à Alta e à Baixa da cidade.

Os espaços ajardinados e a escadaria que conduz ao corpo de entrada criam um filtro entre o ambiente da rua e o escolar, que em conjunto com a composição da fachada e com a escala do equipamento, acentuam o carácter monumental do edifício que se impõe sobre a cidade e sobre o peão. O Liceu Feminino de Coimbra torna-se um símbolo nesta área da cidade, reflexo do discurso do Regime, instituindo valores de ordem e disciplina através da sua implantação e relação com a comunidade.

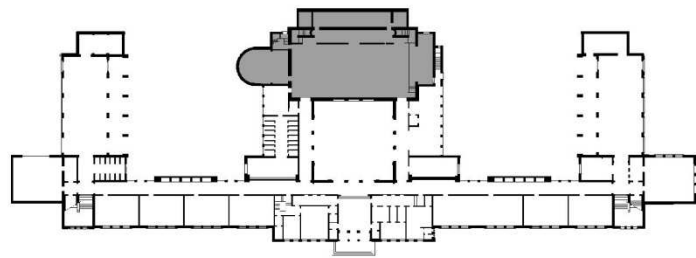


Fig. 54| Planta do rés-do-chão do Liceu Feminino Infanta Dona Maria, 1944
(1. Ginásio) [Escala 1.1500]

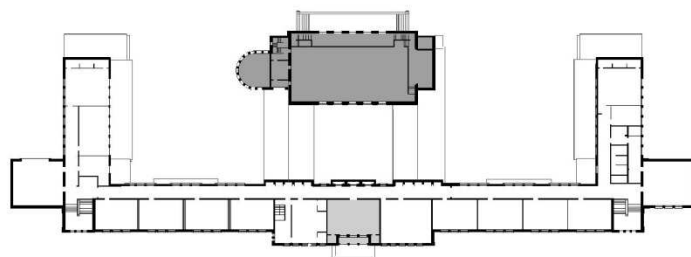


Fig. 55| Planta do 1º piso do Liceu Feminino Infanta Dona Maria, 1944
(1. Biblioteca; 2. Ginásio) [Escala 1.1500]

O PROGRAMA LICEAL NO FEMININO

O liceu Infanta Dona Maria, destinado à instrução da população feminina, compreendia o programa convencional dos espaços liceais, complementados por espaços exclusivos a este tipo de ensino.

O Plano de 38 introduz novos espaços na gramática liceal, surge a sala dos labores, destinada ao ensino dos bordados e costuras, a sala para o ensino da culinária e a sede da Mocidade Portuguesa, um espaço de agregação ideológica, verdadeiro centro de operações, de onde partiriam acções de propaganda nacionalista” (Marques 2003, p.108). No liceu Dona Maria, “enquadrado o edifício d’um e outro lado do jardim de entrada, foram localizados dois édiculos, um destinado à Mocidade Portuguesa e outro de carácter mais decorativo referindo-se às velhas tradições portuguesas e de feição religiosa: umas “Alminhas”” (MOP/JCETS 1944).

A entrada da escola faz-se a partir de uma escadaria que conduz ao corpo central, onde distribuem o átrio de entrada e espaços de recepção aos alunos e seus educadores assim como os programas administrativos e alguns espaços de aprendizagem informal como o arquivo e a biblioteca. O espaço da Biblioteca ocupa o segundo piso do corpo central, sobre o átrio de entrada, e prolonga-se até ao exterior através de uma tribuna de grande expressão na fachada principal [Fig.55].

Neste projecto o ginásio implanta-se num volume paralelo à entrada, no limite Norte do pátio interior, em torno do qual se organizam os espaços comuns do liceu, de um lado o refeitório, respectiva copa e uma sala para o ensino de culinária, do outro lado os vestiários. A localização do ginásio foi “especialmente estudada para o caso de funcionamento como salão de festas e portanto, com a obrigatoriedade de permitir o acesso fácil do público. Com efeito, fechando os dois guarda-ventos de acesso às galerias, ficará o trajecto do público vedado ao restante edifício e limitado exclusivamente ao pátio central (...)” (MOP/JCETS 1944) [Fig.53-54].

Nos corpos que crescem simetricamente a partir do corpo central, encontram-se as salas de aula, orientadas a Sul, e os recreios cobertos. No segundo piso as salas mantêm a estrutura do piso inferior e a área de recreio coberto é ocupada pelas salas de canto coral, de desenho, pelos anfiteatros e pelos laboratórios. Em ambos os pisos, as galerias de distribuição abrem-se para o pátio do respectivo ciclo, permitindo “uma vigilância simples e eficaz” (MOP/JCETS 1944).

Esta distribuição do programa permitia a separação dos dois ciclos de ensino, como indicava o programa base do plano de construções, concentrando no centro da composição os espaços comuns e mais públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia nacionalista do Estado Novo conduziu ao abandono da linguagem modernista que caracterizou as construções liceais da primeira fase do Regime, em prol de um estilo local, sensível às variantes locais que se reflectiu não só nos liceus como também na construção de outros equipamentos públicos.

A construção destes liceus obrigava à construção de estaleiros locais e o recurso a mão-de-obra local, numa altura em que a 2ª Guerra Mundial traria grandes dificuldades ao processo construtivo, na aquisição de materiais, como o ferro, no transporte e até na mão-de-obra em algumas regiões do país. O liceu foi construído com recurso a um tipo de construção tradicional, com técnicas e materiais locais, reservando o betão, símbolo do estilo internacional, para a construção da estrutura. A telha regional em canudo cobre todo o telhado do liceu e a cantaria faz o revestimento das zonas mais nobres da fachada.

Para além das salas de aula que se orientavam a Sul, viradas para a Praça e dos outros espaços que compõem a fachada principal, os outros espaços da escola desenvolvem-se em torno dos pátios, orientados a Norte, afastando a dinâmica escolar do contacto com a rua. O bloco das salas de aula serve de fronteira entre o espaço interior da escola e o espaço público.

Do ponto de vista urbanístico, o liceu integra uma política expansiva da cidade, funcionando como ferramenta no planeamento da área de expansão a Sudeste da cidade. Em conjunto com a Praça e o Estádio este equipamento escolar constitui um núcleo estruturante desta área da cidade que nos anos 40 começava a criar as bases para o seu desenvolvimento.

O Liceu Infanta Dona Maria surge como reflexo das políticas ditatoriais do Estado Novo, de uma arquitectura do monumento, de forte expressão nacionalista que se reflecte na implantação, na fachada e no próprio programa da escola.

A dinâmica da escola funcionava protegida do espaço exterior, não só pelo muro e pelo espaço ajardinado que delimitavam o lote como também pelo corpo das salas de aula e pelos recreios cobertos que delimitavam os pátios a Este e a Oeste. Apesar de isto a escola permitia alguma permeabilidade com a comunidade com a abertura do ginásio/salão de festas à comunidade. O ginásio da escola assume uma posição central, relacionando-se a Norte com os campos exteriores e a Sul com os espaços comuns da escola e com a entrada.

O liceu feminino de Coimbra, projectado para 16 turmas, rapidamente deixou de corresponder às necessidades da população, segundo Seabra (2003, p.207), no ano 1957/58 nas 16 salas funcionavam 28 turmas, foram instaladas posteriormente quatro

salas pré-fabricadas e só em 1963/64 avançaram as obras para o alargamento do liceu, onde foram construídas mais oito salas, um anfiteatro e quatro gabinetes, foram ainda melhoradas algumas instalações como a cantina, esta intervenção resolveu as deficiências que o edifício apresentava, apesar de ter sido construído de raiz.

À semelhança do que aconteceu com o liceu Infanta Dona Maria, os liceus construídos pelo plano por todo o país, rapidamente se tornaram insuficientes devido ao aumento exponencial da população escolar, contrariamente ao que era proclamado pelos agentes da propaganda que afirmavam estar por muito tempo resolvido o problema das instalações para o ensino liceal.

2.3 _ ENSINO TÉCNICO EM COIMBRA

O ensino de carácter profissional em Coimbra foi inicialmente praticado em algumas instituições, à semelhança do que acontecia um pouco por todo o país, que se dedicavam à formação da população para a vida profissional.

Entre 1851 e 1853 a Sociedade de Instrução dos Operários prestou, como o próprio nome indica, instrução básica e secundária aos operários, posteriormente a Associação dos Artistas de Coimbra, dedicava-se ao ensino e aperfeiçoamento das Artes e Ofícios e em 1874 a Escola Livre das Artes do desenho fornecia formação no Desenho e suas aplicações na indústria, segundo refere Marinho (1993 p.381) a esta ultima muito veio a dever a Escola de Desenho Industrial.

Em 1884 António Augusto Aguiar decreta a criação de oito escolas de Desenho Industrial em vários pontos do país, neste grupo se insere a de Coimbra que recebe o nome do patrono passando a designar-se Escola de Desenho Industrial Brotero. Durante muitos anos a escola foi ocupando vários espaços pela cidade até se estabelecer na antiga Hospedaria do Mosteiro de Santa Cruz onde funcionou até à construção das suas instalações próprias no Calhabé. As instalações da antiga Hospedaria do Mosteiro seriam posteriormente ocupadas por outra escola técnica criada pelo Decreto-lei de 28 de Outubro de 1971 que definia no artigo 2º que “Em Almada, Braga, Coimbra e no concelho de Sintra o ensino técnico secundário passa a ser ministrado em duas escolas, que mantêm ou recebem as denominações seguintes: (...) Coimbra - Escola Técnica de Avelar Brotero e Escola Técnica de Sidónio Pais “. Depois do 25 de Abril, a Escola Técnica Sidónio Pais passa a designar-se Escola Técnica de Jaime Cortesão, nome que mantém após a unificação do ensino secundário. Na actualidade a escola continua a funcionar nas suas instalações iniciais.



Fig. 56| Espaços ocupados pela Escola Industrial de Brotero em Coimbra, planta de 1874/75
(1. Colégio da Trindade 2. Casa da Quinta de Santa Cruz 3. Mosteiro de Santa Cruz 4. Casa na R. da Boavista)

2.3.1 _ ESCOLA TÉCNICA AVELAR BROTERO

A escola de Desenho Industrial de Brotero abre portas em 1885 e á semelhança de outras escolas técnicas e do que acontecia no ensino liceal, ocupa durante muitos anos edifícios pré-existentes, mais ou menos adaptados, que partilhava em várias situações com outros serviços [Fig.56]. Aquando da sua criação em 1844 a Câmara Municipal cede o edifício da antiga Igreja da Trindade, onde funcionara anteriormente o Tribunal, para a instalação da escola. Para estas instalações foi solicitada à Repartição das Obras Públicas a elaboração de um projecto para a adaptação do edifício às instalações escolares. Segundo descreve Carvalho (2013 p.57) perante a demora no arranque das obras, a Associação dos Artistas de Coimbra cede à escola uma sala nas suas instalações que foi ocupada provisoriamente até 1887. Não tendo sido iniciadas as obras para a adaptação da Igreja é proposta, novamente pela Câmara, à escola a ocupação de parte do Mosteiro de Santa Cruz cujas obras de adaptação ficariam ao cargo da própria Câmara.

Com a elevação da Escola de Desenho Industrial de Brotero a Escola Industrial “aludindo ao aumento de alunos, à urgência em dotar as indústrias locais de operários qualificados e ao facto de que o propósito da criação das Escolas de Desenho em 1884 seria o de virem a ser Escolas Industriais” (Carvalho 2013, p.59) foi pedida a concessão dum terreno no início da Avenida de Santa Cruz para a construção das instalações da escola. Ainda sem instalações próprias a Escola Industrial começa a funcionar no ano lectivo de 1889/1890. Como consequência da sua elevação, a contratação de novos professores, auxiliares e a aquisição de material e mobiliário para a actividade lectiva, acentuaram a necessidade de novas instalações para a escola que ia ocupando áreas adjacentes às que já habitava no Mosteiro de Santa Cruz.

Vários foram os incidentes que assombraram a Escola Técnica Avelar Brotero durante a sua instalação no Mosteiro. Dois incêndios em 1917 e 1926 foram responsáveis por sucessivas perdas e pelo início da fragmentação da escola, que pela necessidade de manter em funcionamento os espaços perdidos, passa a ocupar espaços em vários edifícios distribuídos pela cidade, para além do Mosteiro de Santa Cruz [Fig. 56]. Em 1923 a Escola ocupava parte do Mosteiro, respectiva hospedaria e ainda o Jardim da Manga.

Dadas as constantes perdas que a escola sofrera, a necessidade de novas instalações era crescente e perante o atrito da construção de um edifício próprio, foram sendo atribuídas, à escola, mais dependências da antiga Hospedaria do Mosteiro de Santa Cruz e permitida a construção de um corpo de oficinas no extremo Nascente do terreno. Porém a situação da escola, que aos poucos se tentava reerguer, foi novamente devastada, no ano de 1935, com a derrocada da Torre de Santa Cruz que provocou o desabamento de

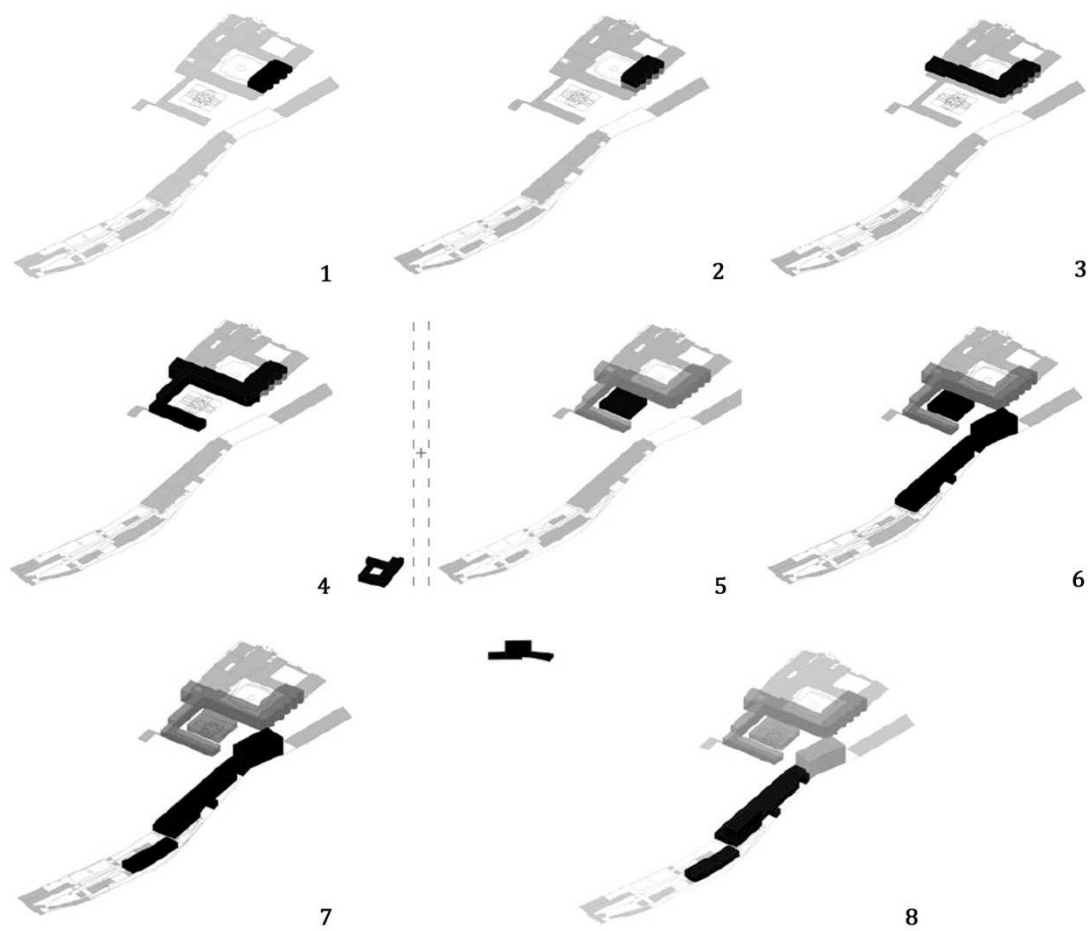


Fig. 57| Esquema de ocupação da Escola Industrial de Brotero em Coimbra (1. 1885 2. 1888 3. 1889 4. 1890 5. 1918 6. 1923 7. 1926 8. 1958 (Carvalho 2013))

múltiplos espaços da escola desde gabinetes a oficinas e lavatórios. A falta de espaços para realojar estes serviços, adicionada à necessidade de retirar, a pedido da Secção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, as oficinas que funcionavam no Jardim da Manga, tornou necessária a construção de novos espaços.

A sucessiva construção de pavilhões na cerca da escola de Brotero não foram suficientes para garantir durante muito tempo o bom funcionamento da escola que em 1940, de forma de permitir a frequência de mais alunos, alarga a suas instalações para um prédio na Rua da Boa Vista. Em 1957 a escola ocupa uma dezena de salas do Museu Universitário e posteriormente três na escola Primária de Almedina. “A degradação das instalações, a perda sucessiva de área, o aglomerar de pavilhões na cerca da Escola, o aumento da população estudantil, e a dispersão das suas instalações pela cidade, são o cenário comum das últimas décadas no quotidiano da Escola Industrial de Brotero” (Carvalho 2013, p.67), que só com o investimento feito para o parque escolar, no âmbito da Reforma do Ensino Técnico e Profissional de 1947, veria as suas instalações próprias serem construídas.

A reforma de 1947 para o ensino técnico surge no contexto ditatorial do Estado Novo, período no qual nasceram os monumentais liceus dos anos 40 construídos sob os valores historicistas e tradicionais, ambos na vanguarda do espírito higienista. No caso do ensino técnico a conjuntura não seria a mesma, “a falta de meios e uma certa desvalorização ideológica e cultural não deixaram que tão soberbos edifícios fossem construídos” (Carvalho 2013 p.69) assentando a construção das instalações na economia da sua construção.

Com o financiamento arrancam as novas edificações para o ensino técnico, seguindo projectos-tipo elaborados pela Junta, em Coimbra a tão ansiada construção das instalações para a Escola Industrial, que funcionava desprovida de condições de espaço e de iluminação, como refere a memória descritiva do anteprojecto (1951, p.4), passou por várias propostas de localização que revelam vários pontos de vista quanto à inserção urbana deste tipo de construções escolares.

Inicialmente, segundo descreve o Plano de Embelezamento e Expansão da Cidade de Coimbra, fora reservado a pedido da Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário, um terreno para a construção da Escola Industrial, na área de expansão a Noroeste da cidade, junto à Zona Industrial definida pelo plano. A implantação era “bastante afastada do centro actual” (Silva 1948 p.65) porém próximo das indústrias que empregariam os alunos, a escola integraria um conjunto que, como refere o Plano, funcionária de forma quase autónoma com um mercado, centros comerciais, escola

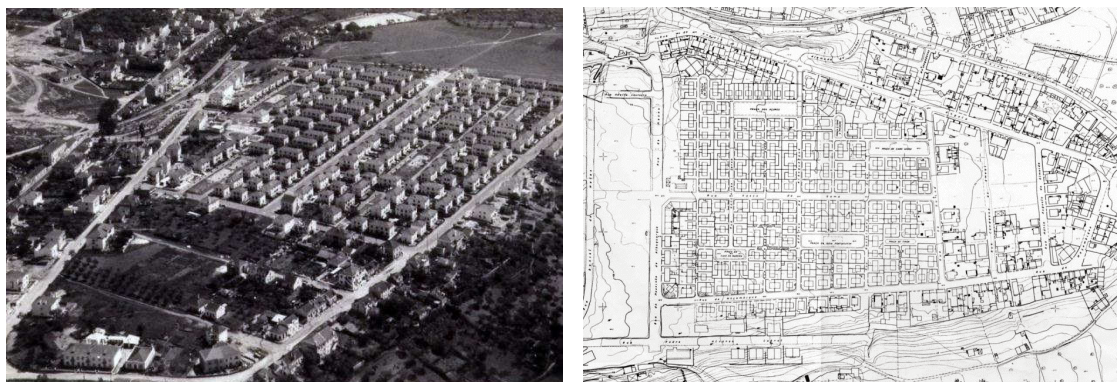


Fig. 58 e 59| Fotografia aérea | Planta Geral, Bairro Norton de Matos

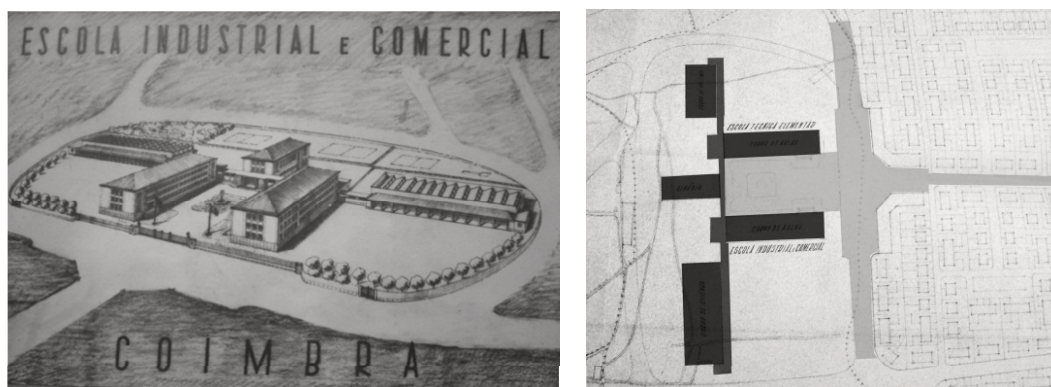


Fig. 60 e 61| Anteprojecto para a Escola Industrial e Comercial de Coimbra 1951

primária, igreja e outros equipamentos que serviriam o bairro operário que seria construído pelo Estado. Como já acontecera anteriormente, apesar de a sua localização já ter sido seleccionada, a escola acaba por não ser construída nesta zona e a sua implantação é deslocada para a zona de expansão a Sudeste da cidade.

A ESCOLA TÉCNICA NA ZONA DE EXPANSÃO SUDESTE

A zona do Calhabé apresentava, desde o Plano de Gröer, um desenvolvimento destacável, reforçado pela construção do Bairro Marechal de Carmona, do Estádio Municipal e do Liceu Feminino. O Bairro, construído para realojar os habitantes desalojados na construção da monumental Alta Universitária, conciliava o programa da habitação com outros equipamentos públicos geradores de vida comunitária, uma igreja e uma escola primária, aos quais se juntaria a Escola Técnica e Comercial [Fig.58 e 59].

“Definitivamente escolhidos os terrenos anexos ao bairro do Calhabé, no Casal das Villas-Boas para a localização da futura escola” (MOP 1951) como refere a memória descritiva, em 1951 é realizado um anteprojecto para a Escola Industrial e Comercial de Coimbra.

O projecto elaborado em 1951, pelo arquitecto António José Pedroso, tem como base o projecto-tipo do Plano de 47. O programa da Escola organiza-se em 5 corpos interligados entre si por galerias exteriores que dão origem aos recreios cobertos, num terreno de proporção rectangular num limite do Bairro.

Trata-se de um projecto muito urbano que se compõe a partir do eixo da Avenida central, estruturadora do bairro. Os corpos lectivos implantam-se transversalmente no terreno, procurando orientações Norte/ Sul para as salas de desenho e de aulas, respectivamente. Em conjunto com estes corpos, o volume do ginásio, implantado a eixo com a rua, cria um pátio de entrada na continuação, que remata o topo da actual Rua Vasco da Gama [Fig.61]. A partir de cada lado do volume do ginásio desenvolvem-se os corpos das oficinas, vastos espaços de cobertura em “shed” que caracterizavam os edifícios escolares técnicos [Fig.60].

Com excepção dos pátios das alunas, que se viram a Oeste, para os campos de jogos e para o arvoredo, os pátios da escola abrem-se para a cidade, numa relação directa com o exterior, quebrada pelo contínuo muro que delimitaria o lote.

Perante a dificuldade de aquisição do terreno por parte da JCTES e após tentativa de expropriação judicial do mesmo, o valor fixado pelo Juiz foi “tão elevado que o Governo acabou por desistir da construção da escola neste local” (MOP/JCETS 1953), assim a construção da escola encontrava-se adiada até a selecção de um novo terreno.

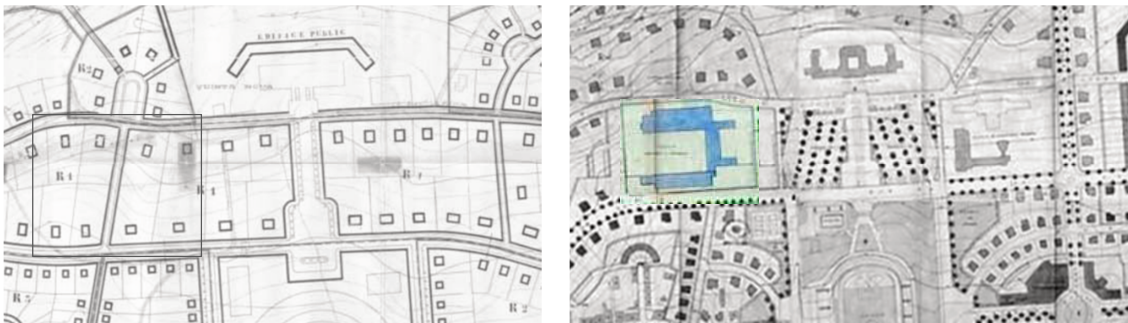


Fig. 62 e 63| Secção da planta de urbanização do Calhabé de Gröer com indicação da implantação da Escola Técnica | Secção da planta da Unidade Residencial do Calhabé de Garrett 1956

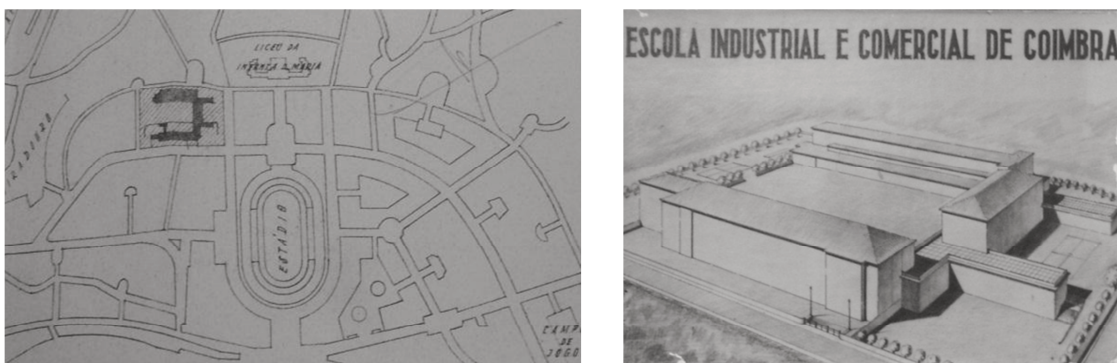


Fig. 64 e 65| Implantação da Escola Industrial e Comercial de Coimbra

Neste contexto, é escolhido um lote, mais a Norte, junto ao conjunto de equipamentos do Calhabé, a Poente da Praça entre o Liceu e o Estádio. Esta implantação tinha a vantagem de o terreno já pertencer, em grande parte, à Câmara Municipal

O lote seleccionado para a construção da Escola Avelar Brotero, inseria-se numa zona definida no Plano de Gröer como R1 uma zona residencial para classes abastadas, onde se prevista a construção de casas individuais, com talhões grandes, cuja altura não deveria passar os dois pisos [Fig. 62]. A construção do edifício ocorre já no contexto do Plano de Almeida Garrett que, com a implantação da Escola Técnica e do Magistério Primário já definidas, traça novas vias de circulação automóvel e pedonal que reestruturam a malha proposta pelo plano anterior e reforça os acessos para esta zona que receberia “alunos de toda a cidade de Coimbra e arredores e que tendo ainda no seu centro territorial o Estádio Municipal onde se fazem as grandes competições desportivas carece de bons acessos de todos os lados e de dispositivos de trânsito apropriados às grandes afluências” (Garrett 1956) [Fig. 63].

Com a mudança de implantação, o projecto já desenvolvido para a Escola Industrial e Comercial precisava de grandes alterações o que leva a António José Pedroso a desenvolver um novo projecto. Apesar de partilharem o mesmo programa e a mesma organização, a morfologia do novo lote não permitia a dispersão do primeiro projecto, obrigando a uma implantação mais compacta.

O lote apresentava uma morfologia rectangular, com o eixo maior no sentido Norte-Sul. De forma a orientar as salas de aula a Sul e a Norte, os corpos lectivos foram implantados transversalmente no terreno e divididos em dois de forma a diminuir a dimensão que este corpo poderia assumir, tendo em conta o elevado número de alunos que frequentaria o ciclo preparatório e profissional. O volume das salas de aula faz o limite da Escola a Sul e o das Oficinas a Norte encontrando-se ambos ligados pelo ginásio, desenhando um pátio aberto para Oeste.

Desta composição em “U” “que é a forma mais simples e conveniente sob o ponto de vista das comunicações como da vigilância” (MOP/JCETS 1954) surgem dois corpos mais pequenos que formam um pátio aberto para a praça, construindo uma planta em forma de “H” assimétrico [Fig. 65].

A vista desde o Penedo da Saudade para esta área de extensão, já enaltecida por Gröer que defendia a baixa densidade de construção no Calhabé para que “seja conservado o seu aspecto verdejante, tal qual é visto do Penedo da Saudade” (Gröer 1949, p.84), condicionou a construção da escola técnica no Calhabé, esta tinha, segundo descreve a memória descritiva, a obrigação de evitar que desde o Penedo da Saudade se vissem instalações com expressão oficial. Perante esta condicionante o volume destinado às

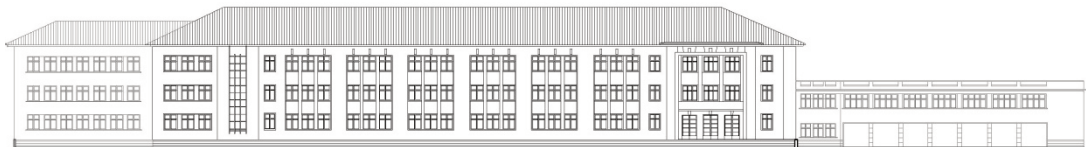


Fig. 66| Alçado principal da Escola Industrial e Comercial de Coimbra



Fig. 67| Fachada principal, Escola Industrial e Comercial de Coimbra

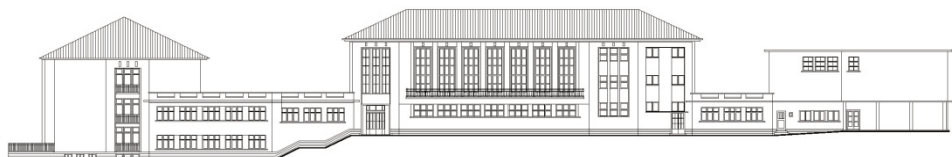


Fig. 68| Alçado Este da Escola Industrial e Comercial de Coimbra



Fig. 69| Alçado Este da Escola Industrial e Comercial de Coimbra

oficinas perde a cobertura “shed”, que caracteriza todas as edificações escolares desta natureza, e a iluminação das oficinas passa a ser feita lateralmente por janelas altas, de ambos os lados.

O lote é delimitado por um gradeamento e por uma franja ajardinada que o acompanha por todo seu o perímetro, onde cresciam árvores de médio-porte e alguma vegetação, que protegiam o recinto escolar e evitavam entradas e saídas indesejadas.

RELAÇÃO COM A RUA

Apesar de definir o limite Oeste da Praça, a implantação e organização da Escola é pensada a partir da Rua Arantes e Oliveira, que lhe dá acesso, desta forma a relação com o espaço público é pouco explorada e desvalorizada. A entrada da Escola era feita na actual Rua General Humberto Delgado, paralela à Rua Infanta Dona Maria, através do bloco lectivo implantado numa cota mais elevada que a cota da rua. Neste volume organizavam-se, para além das salas de aula, os serviços administrativos, a biblioteca e o museu, espaços que pelo seu programa permitiam uma maior relação com o exterior.

A assimetria que caracteriza a composição da planta reflecte-se também no alçado principal, ao contrário do que acontecia no projecto anterior, a fachada não tem uma composição simétrica. Desenvolve-se em três planos que se afastam da rua, que quebram a grande extensão do corpo e lhe conferem algum movimento.

A fachada principal é marcada pelo ritmo dos vãos dos espaços lectivos, que se desenvolvem nos três pisos do volume, interrompidos por um grande envidraçado, correspondente ao acesso vertical, e pelo momento de entrada [Fig. 66]. O corpo de entrada, ligeiramente mais avançado, recebe um pórtico e colunas em pedra que criam uma tribuna para a sala de professores, um nível acima do átrio de entrada e destacam os vãos da biblioteca [Fig.67]. Ao longo de toda a fachada é possível verificar outros pormenores em pedra como a moldura que agrupa os vãos na parte central do alçado e o próprio embasamento do edifício, estes apontamentos adicionam ao alçado tridimensionalidade e expressão.

No alçado Este da Escola, abrem-se duas portas que permitem o acesso a escadarias que conduzem ao ginásio da escola, que funcionaria também como salão de festas [Fig.68 e 69]. Por esta razão faz-se uma entrada em relação com a praça, que permitia o acesso directo da comunidade ao salão de festa, fora do período de aulas, possibilitando a utilização independente deste espaço à semelhança do que acontecia em outros projectos e como visto no Liceu Infanta Dona Maria. Para além desta utilização esporádica, o acesso dos alunos ao ginásio era possível a partir do interior da escola através da mesma escadaria e o pátio que se abre para a praça, que precede o acesso ao

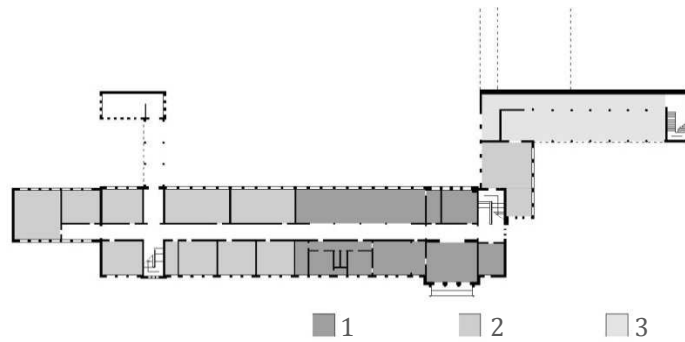


Fig. 70| Programa da Fachada Principal da Escola Técnica Avelar Brotero, 1954
(1. Espaços administrativos; 2. Salas de aula; 3. Recreio coberto das alunas)

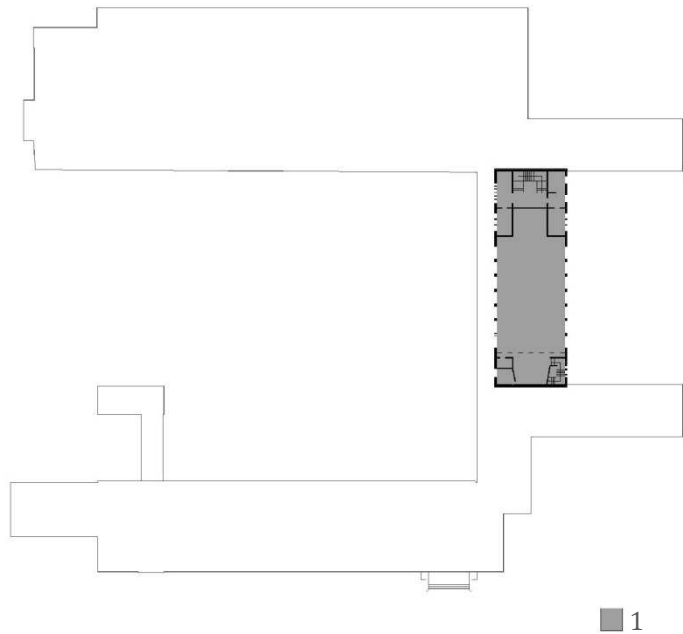


Fig. 71| Planta do 3º piso da Escola Técnica Avelar Brotero
(1.Ginásio) [Escala 1.1500]

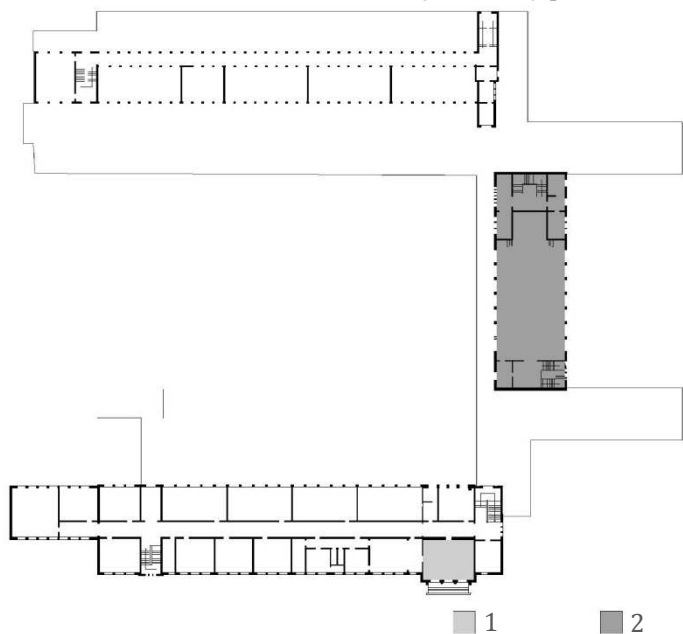


Fig. 72| Planta do 2º piso da Escola Técnica Avelar Brotero
(1. Biblioteca; 2.Ginásio) [Escala 1.1500]

ginásio, funciona como campo de jogos [Fig.69].

O PROGRAMA NO TÉCNICO

O programa da escola técnica, pela sua natureza, é mais complexo que o programa do liceu. Para além de todos os espaços comuns às duas vias de ensino, a escola técnica carece de espaços adequados a uma formação mais prática, as oficinas. No caso da Escola Técnica Avelar Brotero a questão do ensino misto obrigou a uma organização estratégica destes espaços de forma a separar o ensino feminino do ensino masculino.

No corpo de entrada, à semelhança do que se verificou no liceu feminino, concentram-se os espaços de recepção e administração da Escola [Fig.69] aos quais se sobrepõem a sala de professores e a biblioteca. Na continuidade destes espaços, e em direcção a Oeste desenvolvem-se as salas de aula orientadas a Sul e as de desenho viradas a Norte, para o pátio da escola. Em relação directa com este recreio, desenvolvem-se as oficinas, num corpo de grande expressão, junto ao limite Norte do lote.

O volume do ginásio surge transversalmente aos corpos anteriores entre os dois pátios da escola. Composto por três pisos, este corpo recebe, para além do ginásio, os balneários, o pequeno ginásio das alunas, o canto coral e as instalações da mocidade portuguesa. Como já referido, o ginásio tinha acesso a partir do espaço interior da escola, através do pátio e dos balneários, e directamente a partir do exterior, estabelecendo uma relação directa com o campo de jogos e com o espaço público da praça.

Desta composição em “U” dos espaços lectivos e do ginásio, surgem dois corpos mais pequenos, paralelos aos volumes lectivos. No corpo mais a Norte, de apenas um piso, desenvolvia-se o refeitório, e no outro, encontravam-se os espaços dedicados à instrução feminina, e o recreio coberto que por se tratar de uma escola de ensino misto teriam de ficar separados dos espaços destinados à instrução dos rapazes. O desnível do terreno permitiu a este corpo organizar-se em dois pisos e relacionar-se a uma cota com o recreio exterior das raparigas e a uma cota mais alta definir um pátio, com o volume do refeitório e do ginásio, onde funcionava o campo de jogos exterior.

Conforme indicava a legislação para escolas de ensino misto, os espaços destinados à educação feminina ficam separados dos restantes espaços da escola. Estes desenvolvem-se num dos corpos mais pequenos, com acesso a partir da entrada principal, distribuídos por dois pisos.

NOTAS FINAIS

Apesar de ter sido desenvolvido a partir de um projecto-tipo, os projectos para a Escola Industrial e Comercial de Coimbra é reflexo de como diferentes localizações

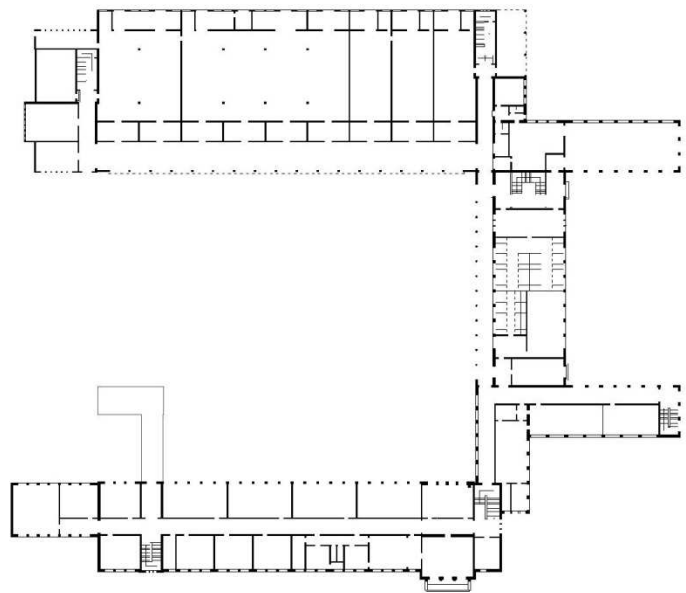


Fig. 73| Planta do rés-do-chão da Escola Técnica Avelar Brotero [Escala 1.1500]

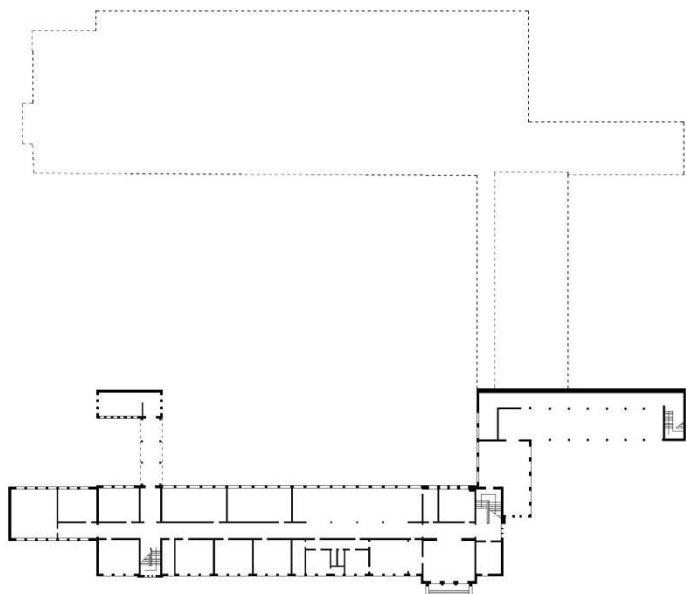


Fig. 74| Planta do 1º piso da Escola Técnica Avelar Brotero [Escala 1.1500]

resultam em propostas diferentes, mesmo quando elaborados pelo mesmo arquitecto. Em termos urbanos, como descreve Carvalho (2013, p.113) a localização do primeiro projecto, em destaque no extremo de um eixo que percorre todo o bairro acaba por transpor uma forte relação urbana quer pelos alinhamentos físicos e visuais quer pela distribuição dos espaços, relacionando-se alguns com o envolvente, já no segundo projecto o espaço escolar fecha-se sobre si mesmo.

O volume de entrada, com três pisos, cria uma barreira entre a escola e as dinâmicas da cidade acentuada pela elevação da cota de entrada, contrariamente ao que acontecia no projecto elaborado para a escola no Bairro Marechal Carmona.

As semelhanças entre ambos os projectos prendem-se com facto de ambos terem como base o projecto-tipo desenvolvido pela JCETS, que pressuponha a organização do programa em três corpos, um de aulas, outro para as oficinas e o do ginásio, de forma a poder adaptar-se melhor aos vários lotes.

A escola acaba por integrar o conjunto de equipamentos do Calhabé que com a sua construção, do Magistério Primário e respectiva escola primária constituem a Zona Escolar do Calhabé. Porém a relação com a Praça e com todo o conjunto de equipamentos é pouco explorada no projecto final da Escola. Apesar de existir uma entrada que permitia o acesso directo ao ginásio/ salão de festas, a partir do lado da praça, a distribuição dos espaços escolares levava a que a escola funcionasse para dentro de si mesma, alienada do seu envolvente. Esta relação será posteriormente explorada no âmbito dos projectos de modernização de 2007.

A condicionante estabelecida desde o início do projecto, que se prendia com a vista sobre esta área desde o Penedo da Saudade, é reflexo das diferenças que existiam entre a forma como era visto o ensino liceal e o técnico. No caso da zona escolar do Calhabé, o Liceu Feminino exhibe-se perante a cidade e constitui um sinal de prestígio, já as instalações técnicas da Escola Avelar Brotero, dada a sua implantação, têm que dissimular a expressão da sua natureza.

O edifício para a instalação da escola é inaugurado em 1958 com capacidade para cerca de 1500 alunos, e rapidamente esta capacidade se tornou insuficiente e obrigou a estratégias de gestão do espaço existente e à construção de estruturas pré-fabricadas para salas de aulas. Nestas instalações funciona ainda hoje a escola que com a unificação do ensino secundário em 1974 passou a designar-se Escola Secundária Avelar Brotero. Apesar de extinto o ensino técnico que deu origem à escola, esta tem tentado manter uma formação mais prática através dos cursos profissionais em várias áreas, ministrados em regime diurno e nocturno, paralelamente ao ensino secundário.

2.4. A ZONA ESCOLAR DO CALHABÉ

Ao longo da história do ensino liceal e técnico em Portugal, é possível identificar várias situações em que a construção de uma escola fez parte de um projecto de maior escala, numa determinada área da cidade, contemplando a construção de outros equipamentos de diferentes graus de ensino e de apoio à vida escolar.

Consideramos uma zona escolar, um núcleo onde se concentram equipamentos associados à dinâmica escolar, caracterizando-se como uma zona associada à actividade lectiva e frequentada por uma população maioritariamente jovem. Em vários casos a zona escolar é resultado de um projecto urbano que antecede a construção dos equipamentos escolares, em outras situações esta acaba por surgir como consequência da instalação de uma escola numa respectiva área da cidade, acabando por tornar-se um ambiente atractivo para a concentração de outros equipamentos semelhantes ou complementares. Na cidade de Lisboa é possível encontrar dois exemplos de zonas escolares, construídas em diferentes contextos políticos, económicos e sociais.

A construção do Liceu Pedro Nunes, no início do século XX, numa zona de expansão de Lisboa é o primeiro exemplo de uma zona escolar. Paralelamente à construção do liceu estavam previstas as edificações de duas escolas primárias, uma escola técnica e a abertura da Avenida Alvares Cabral, proposta por Ressano Garcia. Para esta zona escolar o Governo adquire um terreno de 36000m² onde seriam construídos o Liceu, uma Escola João de Deus, a Escola Industrial Machado de Castro e a Avenida. Posteriormente nos anos 30 o liceu passa a expandir as suas funções com a formação de professores, tornando o liceu num projecto educativo apoiado “nos princípios de autogoverno, baseados nos princípios de autonomia e responsabilidade” (Alegre 2010, p.49) que se estendem também ao conjunto.

Actualmente funcionam nesta zona escolar a Escola Secundária Pedro Nunes, a Escola de Hotelaria e Turismo, uma escola Primária João de Deus e uma Escola Superior de Educação João de Deus [Fig.75].

Em 1974 no contexto do pós-25 de Abril, o arquitecto Hestnes Ferreira elabora um Plano Ordenador para construção de uma zona escolar na Quinta de Marrocos, cujos terrenos haviam sido deixados ao Estado na condição de serem aproveitados para a construção de um equipamento escolar. Tratava-se de uma zona “pouco qualificada tanto em termos urbanísticos quanto arquitectónicos” (Alegre 2009, p.290) marcada pelo programa habitacional e pela construção em altura, numa área de expansão da cidade. Esta zona escolar seria composta pela Escola Secundária de Benfica, cujo projecto seria da autoria do próprio Hestnes, pela Escola do Magistério Primário, duas pequenas escolas



Fig. 75| Vista aérea da Zona Escolar do Liceu Pedro Nunes



Fig. 76| Vista aérea da Zona Escolar da Quinta de Marrocos

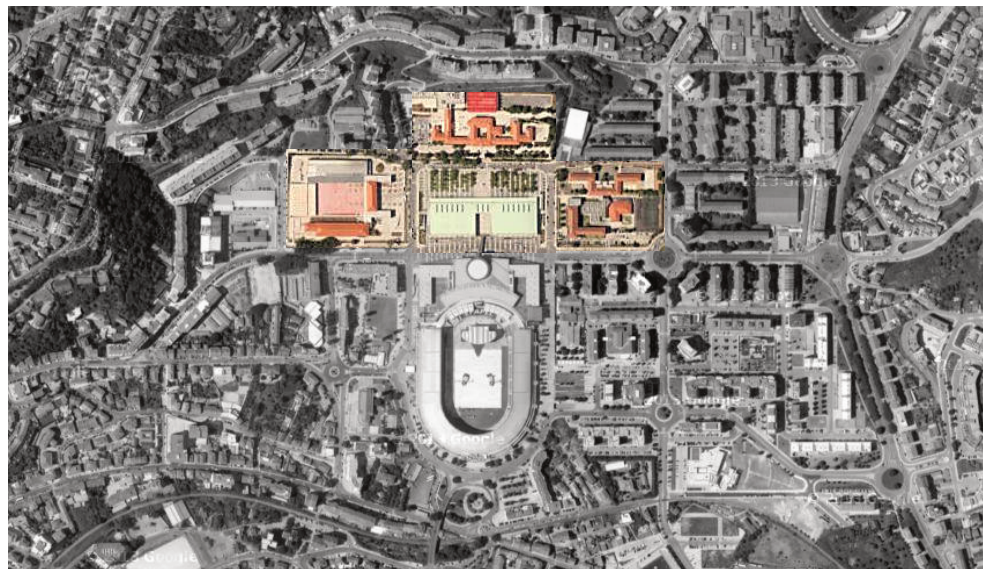


Fig. 77| Vista aérea da Zona Escolar do Calhabé

primárias, e a Escola Superior de Educação. Para além de estes equipamentos o plano considerava a construção de outros pequenos programas de apoio como cantina, oficinas, zonas de recreio comuns assim como um parque público aberto a toda a população de Benfica. Na Quinta de Marrocos coexistem com a Escola Secundária José Gomes de Freitas, uma escola básica, uma escola de ensino primário, a Escola Superior de Comunicação Social e a Escola Superior de Música [Fig.76].

Estes dois exemplos da cidade de Lisboa reflectem um pensamento global na construção escolar, a construção de uma escola secundária integrada num projecto urbano para a cidade. No caso da Quinta de Marrocos esta acção traduz-se na criação de um Plano de Ordenamento que incluía, para além do programa escolar, uma área de lazer para a população desta zona.

A zona escolar do Calhabé, em Coimbra, reúne um conjunto de equipamentos ligados a vários graus de ensino e ao desporto. Dada a sua composição e inserção urbana, este exemplo constitui um interessante caso de estudo. Actualmente esta zona escolar é composta por duas escolas secundárias a Infanta Dona Maria e a Avelar Brotero, sobre as quais se centra o presente trabalho, pela Escola Superior de Educação e pela Escola Básica do Primeiro Ciclo da Solum, a estes equipamentos soma-se um Complexo Olímpico de Piscinas e o Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia. que definem o limite Sul da Praça dos Heróis o Ultramar [Fig.77].

Ao contrário do que acontecera nas zonas escolares de Lisboa, a construção da zona escolar do Calhabé não é o resultado de um plano que precede a construção das escolas, com o objectivo de concentrar numa mesma área um conjunto de equipamentos escolares. Neste caso, o conjunto resulta da construção progressiva de vários equipamentos escolares na mesma zona, desde os anos 40, complementados, ao longo do tempo por equipamentos desportivos e comerciais.

O DESERTO DO SAHARA

A Zona Escolar do Calhabé tem origem com a construção do Liceu Feminino, no subúrbio do Calhabé, numa zona residencial, de extensão a Sudeste da cidade que nos anos 40 recebe importantes estruturas da cidade, como o Bairro Económico do Calhabé, a Igreja de S. José, o Estádio Municipal, respectiva praça e o próprio Liceu que contribuiriam para o desenvolvimento desta área.

O Liceu Infanta Dona Maria ocupa o topo de um eixo, com sentido Norte/Sul, que organiza a implantação do Estádio Municipal e da Praça. O Calhabé, aquando a construção do edifícios liceal e do Estádio, ficara conhecido entre as alunas como o “deserto do Sahara” (Dionysia Camões, citada por Seabra 2003, p.206), nesta fase, os terrenos

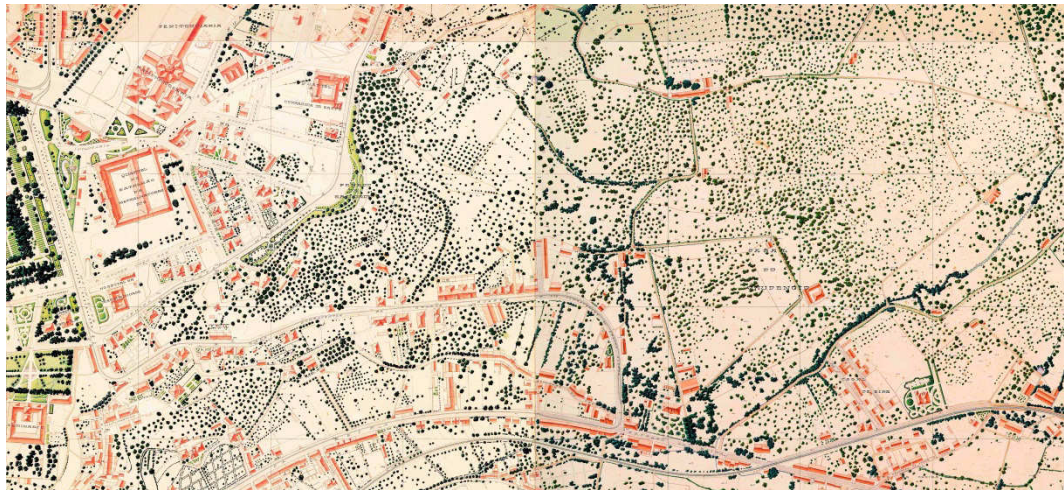


Fig. 78| Área de implantação da Zona Escolar do Calhabé, 1938

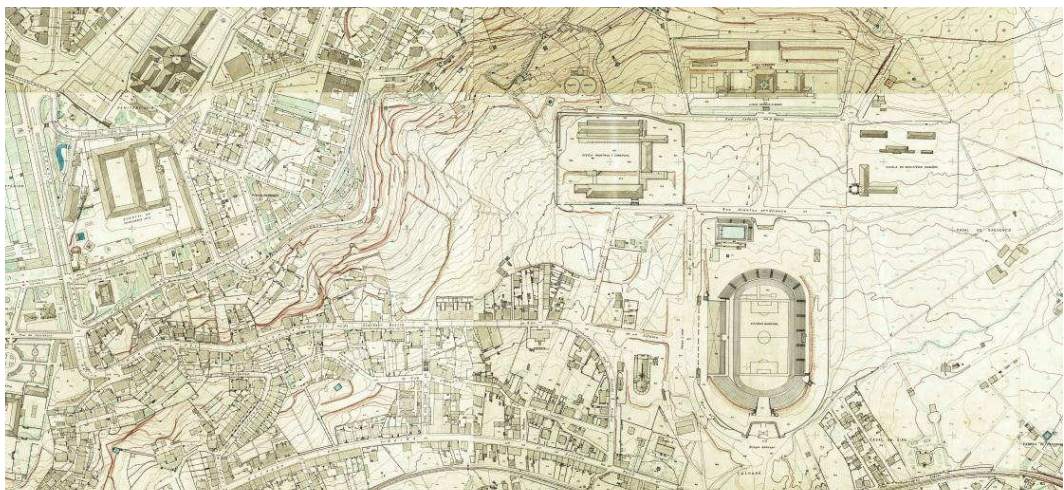


Fig. 79| Inserção urbana da Zona Escolar do Calhabé, 1960

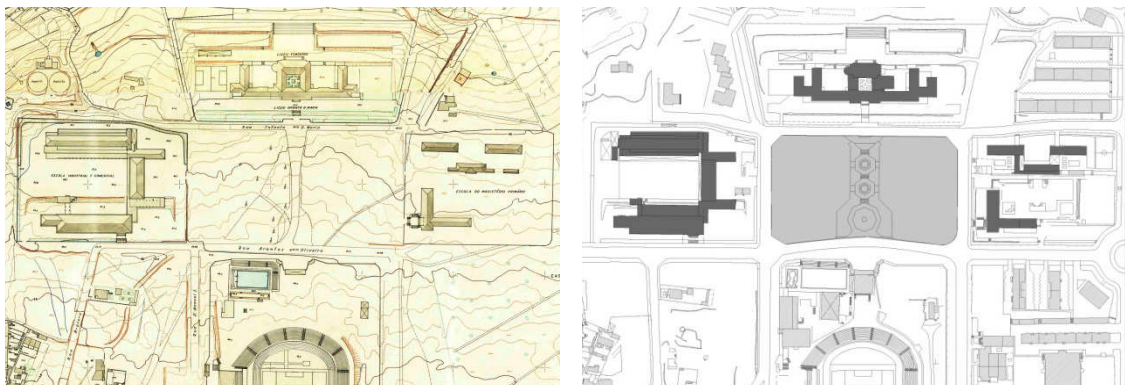


Fig. 80 e 81| Zona Escolar do Calhabé, 1960-1974

circundantes ao conjunto de equipamentos, são grandes áreas arborizadas reservadas pelo Plano de Gröer para a construção de habitações unifamiliares, com excepção da encosta que se desenvolve a Norte do Liceu Feminino. Estas habitações não chegam a concretizar-se e no final da década de 50, as áreas a Este e Oeste da Praça começam a ver crescer novos equipamentos escolares, a Escola Técnica Avelar Brotero, o Magistério Primário e a Escola Primária que completam a Zona Escolar do Calhabé, já nos anos 60.

Apesar do Plano de Garrett redesenhar toda a malha desta Unidade Residencial, a envolvente directa da Zona Escolar continuava expectante. Os novos equipamentos previstos pelo plano não foram construídos e o programa da habitação desenvolvia-se com mais intensidade a Sul do conjunto, junto ao Bairro Norton de Matos. Esta situação manteve-se até o final dos anos 60, altura em que através de uma iniciativa privada se começa a construir o bairro da Solum, a Este da Zona Escolar. [Fig.78-81]

No que toca aos acessos, esta área de extensão era servida por duas importantes vias, a Rua dos Combatentes da Grande Guerra, a partir da qual se relacionava com a Cumeada, e pela Estrada da Beira que permitia o acesso à Baixa e constituía a entrada Sul da cidade. Apesar da sua importância, estas ligações eram “defeituosas” (Gröer 1949, p.62), estreitas e o seu alargamento representava uma difícil operação dada as edificações existentes. Perante esta situação e dada a importância dos equipamentos que se concentravam no Calhabé, que atraíam população de toda a cidade e da região, tornava-se prioritária a criação de novos acessos, capazes de responder às grandes afluências. Neste sentido os planos de urbanização elaborados por Gröer e Garrett desenharam um sistema de novas vias que visavam melhorar a ligação desta área a vários pontos da cidade assim como a circulação dentro da zona de extensão.

A medida que se constroem os equipamentos escolares vão-se concretizando estas ligações, a construção do Liceu e do Estádio dão origem a duas ruas que delimitam a Norte e Sul a Praça. A Sul, a Rua Arantes Oliveira ligava-se à Rua dos Combatentes fazendo, através dela, o acesso aos equipamentos desde a Alta. Com a construção da Escola Técnica, esta rua prolonga-se e cria-se uma perpendicular, a Rua Brotero que na década de 70 ganha uma nova orientação.

Nos anos 60, é visível a fragilidade dos acessos nesta área da cidade, a Zona Escolar era atravessada por dois arruamentos paralelos à fachada principal do Liceu Infanta Dona Maria, nos limites Norte e Sul do espaço central do conjunto, a Rua Infanta Dona Maria e a Rua Arantes e Oliveira. Estes arruamentos permitiam o acesso aos equipamentos de ensino, através da Rua Brotero e da Rua dos Combatentes da Grande Guerra.

Com a construção do Bairro da Solum, nos anos 70, esta área apresenta uma malha urbana mais regrada e consolidada, complementada por um sistema de

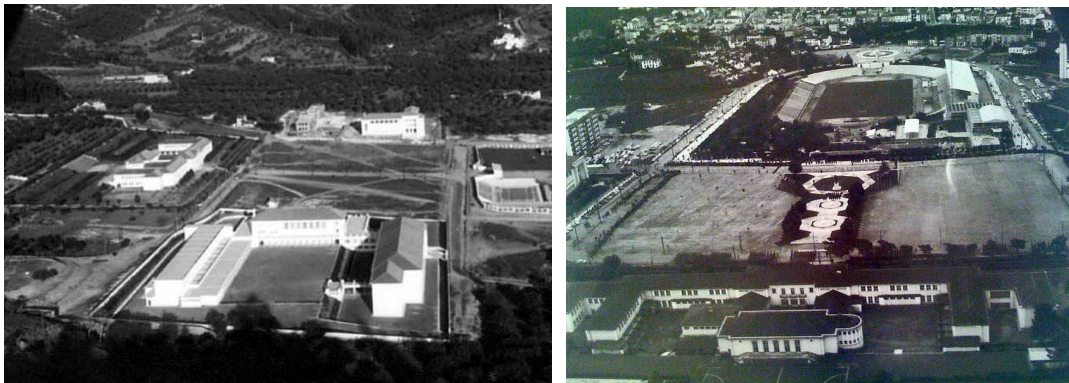


Fig. 82 e 83| Vista aérea da Zona Escolar do Calhabé nos anos 60 e 70

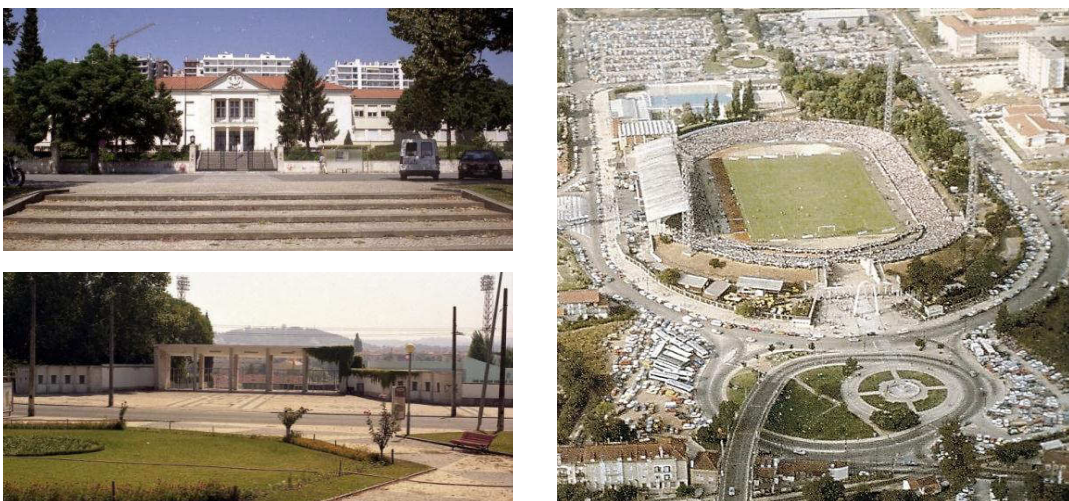


Fig. 84; 85 e 86| Relação da Praça com o Liceu Feminino e com o Estádio
| Estacionamento na Praça em dia de competição

novas vias, que melhorariam o acesso a esta Unidade Residencial. Surgem dois arruamentos perpendiculares à Rua Infanta Dona Maria e a Rua General Humberto Delgado, anterior Arantes e Oliveira, assume uma maior dimensão e extensão permitindo ligações a outras vias de maior escala que faziam o acesso à Zona Escolar desde outros pontos da cidade, como é o caso da Avenida Elísio de Moura e da circular externa que contornava a cidade e ligava-se à Estrada Nacional.

A PRAÇA DO ESTÁDIO

O espaço público, actual Praça dos Heróis do Ultramar, surge no contexto da construção do Estádio Municipal no Calhabé, como uma “ampla e digna entrada” (Gröer 1949, p.62) para o equipamento desportivo.

A construção do Liceu Feminino rematou o topo Norte do conjunto, numa posição de grande protagonismo acentuada pela pendente em direcção a Sul, na qual se desenvolve a Praça, até ao pórtico Norte do Estádio. Os limites Nascente e Poente deste espaço público estavam, nesta altura, reservados pelo Plano de Gröer, para a construção de moradias unifamiliares de classes sociais média e abastada.

No final da década de 50, com a construção da Escola Técnica Avelar Brotero e do Magistério Primário o espaço central do conjunto ganha novos limites e uma presença mais forte. A praça perde o carácter de corredor e assume uma maior dimensão, construindo um vazio à escala dos equipamentos que se desenvolviam em seu torno. O traçado das ruas perpendiculares à Rua Infanta Dona Maria, que surgem na continuidade das laterais do Estádio, permitiu por um lado o acesso ao Magistério Primário e por outro contribuíram para a definição mais clara do espaço central do conjunto.

No seguimento desta operação, e no âmbito do Plano de Garrett são feitas duas propostas para a transformação da Praça num estacionamento ajardinado para o Estádio, destinado a receber o maior número de carros possíveis, para os dias de competição. Nenhuma de estas propostas foi concretizada e este espaço permaneceu em grande parte indefinido, resumido a um corredor central ajardinado, que se desenvolvia em patamares que venciam a diferença de cotas entre o Liceu Feminino e o Estádio [Fig.84-85]. Posteriormente, as áreas adjacentes a este espaço central, a Este e Oeste tornaram-se efectivamente espaços de estacionamento [Fig.86], que assim se mantiveram até à intervenção nesta área no contexto do EuroStadium de Coimbra.

Apesar de constituírem os limites da Praça, a forma como cada equipamento escolar se relaciona com este espaço varia entre cada projecto. O edifício liceu e o Magistério Primário viram a sua fachada mais nobre e as suas entradas para o centro do conjunto já a Escola Primária e a Escola Técnica organizam as suas entradas na Rua Infanta Dona Maria e para a Rua General Humberto Delgado, respectivamente, sem

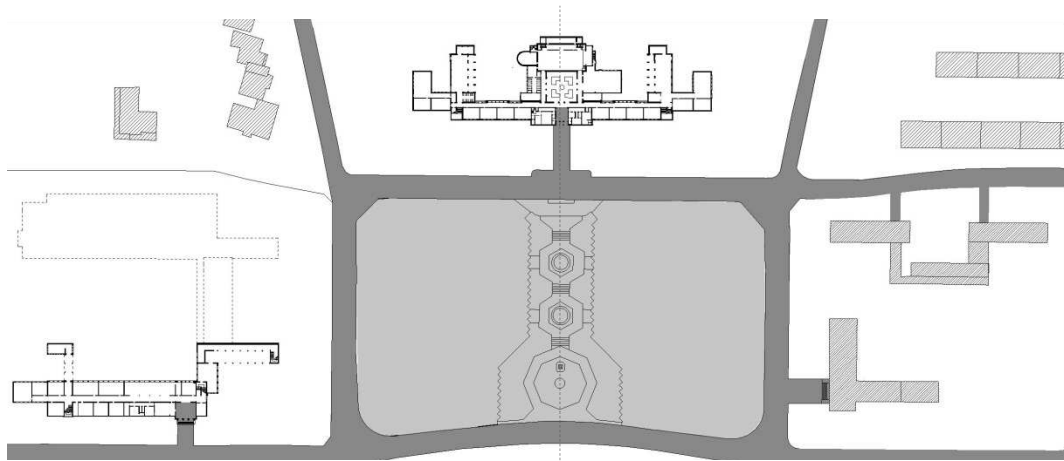


Fig. 87|Relação do Liceu Infanta Dona Maria e da Escola Técnica Avelar Brotero com a Praça Heróis do Ultramar, nos anos 70

qualquer relação com o espaço central do conjunto [Fig.87].

Centrando-nos no Liceu Infanta Dona Maria e na Escola Técnica Avelar Brotero as implantações nos lotes e a organização dos seus programas constroem situações bastante contrastantes pela maneira como se relacionam com o envolvente. O primeiro constrói o alçado Norte da Praça, para a qual orienta o átrio de entrada, os serviços administrativos e a biblioteca, programas que pela sua natureza podem estabelecer maior contacto com o exterior, no seguimentos de estes espaços organizam-se as salas de aula.

Contrariamente, a Escola Avelar Brotero vira a sua fachada principal para fora de esta composição, para a Rua General Humberto Delgado, organizando também a entrada junto aos programas lectivos e administrativos orientados a Sul. Na fachada Este da Escola, em relação com a Praça, existe apenas um acesso, informal ao interior da escola, que permite o acesso da comunidade ao espaço do ginásio/salão de festas em situações ocasionais. Esta situação esporádica é a única relação que a escola estabelece com o espaço público, a distribuição do programa fez com que o normal funcionamento da escola decorresse alheio a este espaço público.

Apesar da organização do programa escolar, na Brotero, não ser propícia a relações com a Praça, a utilização que este espaço central acabou por adquirir não contribuiu favoravelmente para que estas relações se desenvolvessem, principalmente a Este e Oeste, onde se concentrava o estacionamento. Já a Norte, corredor central da Praça, liberto e ajardinado, alinhado com a entrada do Liceu, permitia uma relação mais harmoniosa com este equipamento escolar.

CAPÍTULO III
DA CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE
À MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR

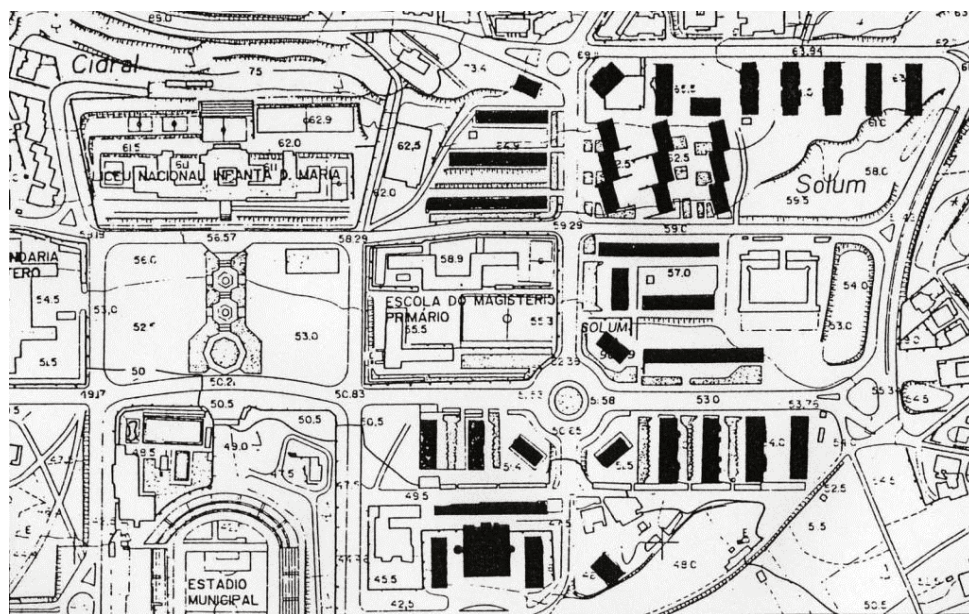


Fig. 88|Plano da Solum 1963

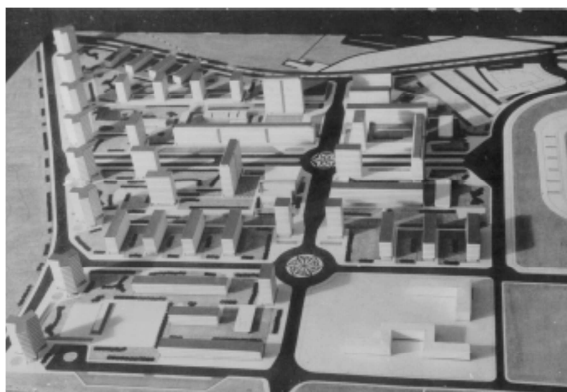


Fig. 89 e 90| Maquete do Plano da Solum | Vista aérea da Solum em construção

3.1 _ CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE, DO CALHABÉ À SOLUM

Na sequência do desenvolvimento da cidade à Sudeste, do Plano de Gröer e paralelamente ao Plano de Urbanização para a Unidade Residencial do Calhabé, surge na década de 60, sob investimento privado, uma proposta para a construção de um bairro, a Nascente da Zona Escolar. O estudo para o Arranjo Urbanístico de uma Zona da Unidade Residencial do Calhabé foi elaborado pelo Arquitecto Rogério Alvarez e pelo Engenheiro Castro Pita e posteriormente desenvolvido pelo Arquitecto Carlos Almeida, autor da proposta final [Fig. 88]. A sua execução fica a cargo da empresa SOLUM-Construções de Coimbra, Lda., que acaba por dar origem ao nome desta zona.

O projecto é apresentado à Câmara Municipal, onde foi submetido ao parecer de Almeida Garrett, e é aprovado em 1964, ano em que Carlos Almeida introduz modificações ao plano inicial. Trata-se do primeiro plano moderno de Coimbra, elaborado sob os conceitos funcionalistas da Carta de Atenas, que segundo Ferreira (2007, p.83) são introduzidos no seio da teoria portuguesa, como atitude de ruptura com o sistema do Estado Novo com ideais e princípios vinculativos no urbanismo português, e experienciados por todo o país, nomeadamente no Bairro das Estacas em Lisboa e na Unidade Residencial de Ramalde no Porto.

A proposta apresentada para o bairro da Solum é composta por conjuntos de edifícios residenciais que se implantam Este do conjunto de equipamentos do Calhabé, complementados por espaços comerciais, de lazer e por um traçado hierarquizado de novas vias. A Solum ocupa a área definida no Plano de Garrett para a implantação do conjunto de equipamentos do centro cívico, que acabaram por não ser construídos e por dar lugar ao bairro.

Numa fase inicial consolidou-se a zona próxima do Magistério Primário, com a construção do complexo habitacional de Carlos de Almeida, constituído por dois edifícios perpendiculares à Rua General Humberto Delgado e pelas três torres. [Fig. 89 e 90]. Os edifícios habitacionais da Solum foram elaborados sob os princípios da arquitectura moderna, dispostos em banda, sob plataformas de nível e envoltos por áreas verdes ajardinadas, que, em alguns casos, partilham com o automóvel.

Em 1970 é elaborado o Plano de Ordenamento do Concelho e o Plano de Urbanização da cidade de Coimbra, resultado de uma parceria da Câmara Municipal com Manuel da Costa Lobo, que substituiria o Plano de Urbanização de Almeida Garrett, que apesar de revisto em 1964 cedo se revelara desactualizado.

O Plano de Ordenamento do Concelho, aplica-se a uma escala mais alargada de



Fig. 91 e 92|Planta de Estudo do Limite Urbano |Planta Síntese do Plano de Ordenamento do Concelho de Coimbra, Costa Lobo 1970

Coimbra, “envolvendo desde o nível local ao regional e nacional” (Santos 1983, p.70), ao contrário dos planos elaborados até então. Ainda que os Planos de Gröer e Garrett já considerassem o nível sub-regional das aldeias satélites e as ligações de Coimbra ao exterior, em nenhum dos casos foi dado o tratamento condigno à inserção da cidade, como destaca o mesmo autor.

O Plano de Urbanização por sua vez actuava numa escala mais pequena, a escala da área urbana para a qual propunha a definição de novos limites [Fig. 91]. A área urbana considerada pelo plano é superior às apresentadas pelos planos anteriores, devido à inclusão de antigas zonas de extensão como Santo António dos Olivais, Santa Clara e São Martinho do Bispo que pelo seu desenvolvimento, eram “freguesias de incluir, indiscutivelmente no perímetro urbano” (Lobo 1974). No que toca à cidade, o seu perímetro urbano fora desagregado em sete espaços, divididos, cada um, em sectores com áreas residencial, industrial, equipamentos, espaços verdes, arruamentos principais e de reserva.

O Plano Costa Lobo de 1974, como ficara conhecido, destaca-se dos outros planos por introduzir um conceito de planeamento baseado no conceito de “Plano – Programa – Gestão” (C.M.C. n.d. p.21). Através da aplicação de matérias de gestão urbanística, de programação, de medidas e de acções, de acompanhamento e monitorização, que complementariam a componente física, o Plano garantia uma eficaz administração do concelho. As propostas desenvolvidas pelo plano tinham como base cartogramas que resultaram uma análise da cidade, de grande profundidade, do seu território, do seu uso, da sua densidade construtiva e verdadeira expansão. Como refere a C.M.C (n.d. p.21) embora os planos nunca tivessem chegado a ser formalmente aprovados, ao longo das décadas de 70 e 80 a gestão urbanística da cidade apoia-se parcialmente nestes estudos produzidos.

No seguimento deste plano inicia-se em 1983 o longo processo de construção do Plano Director Municipal de Coimbra, aprovado pela Assembleia Municipal em 1994. No início dos anos noventa, segundo C.M.C (n.d. p.31) a gestão municipal definiu a intenção de conter e enquadrar as tendências instaladas e reorientar o investimento público e privado, através de orientações urbanísticas para a gestão do território e da definição de um conjunto de objectivos e estratégias a executar através do PDM. Este plano encontra-se ainda em vigor, após quatro revisões, datando a última do ano 2012.

Os planos urbanísticos desenvolvidos para a cidade de Coimbra desde a década de 70, surgem sob uma nova perspectiva de gestão do território da cidade. A urbanização do seu território gerara alguma dispersão que importava compreender e conter.

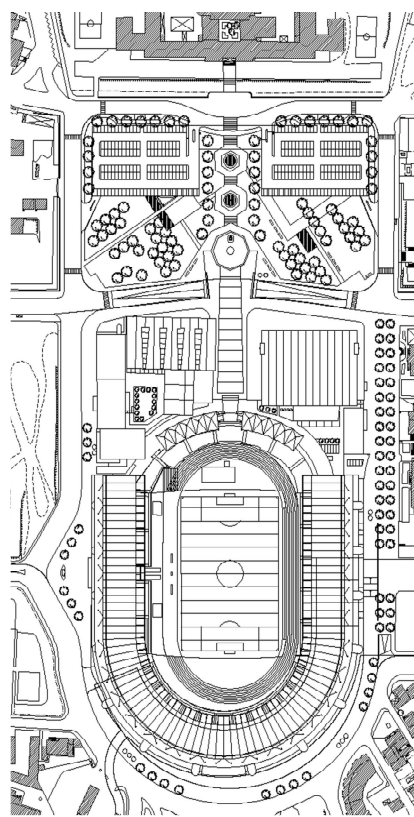


Fig. 93, 94 e 95 | Maquete da proposta | Planta de Implantação, Plarq 2003

Para além dos planos urbanísticos elaborados para a cidade de Coimbra desde os anos 40, que incidiram directa ou indirectamente sobre o Calhabé e a Solum, vários foram os momentos em que projectos de grande escala acabaram por gerar transformações na Zona Escolar do Calhabé.

Em 2003 o programa do Europeu de futebol teve um grande impacto no país e na cidade. O plano de construção de uma rede de dez estádios por todo o país, determinara a construção de um novo estádio na cidade de Coimbra, para receber as competições que se realizariam no ano de 2004. Tal como acontecera na década de 50 com a construção das escolas, “este investimento, público e privado, potenciou a renovação, requalificação e a conclusão urbanística” (Ferreira 2007, p.86) da zona da Solum.

O plano elaborado pela equipa Plarq Arquitectos para a Câmara Municipal de Coimbra, no contexto do Euro 2004, incluía além de todo o programa do Estádio Municipal, um complexo de piscinas e um polidesportivo que substituiriam a piscina exterior pré-existente e o pequeno parque de campismo que se encontravam a Norte do campo de jogos. A proposta mantém o eixo de composição que De Gröer definira no seu plano para o conjunto, materializado no desenho da praça e numa ponte que permitia o acesso ao interior do Estádio através de uma porta à cota da praça e o acesso aos equipamentos desportivos que o complementavam [Fig.93-95].

A praça dos Heróis do Ultramar era nivelada e dividida em duas zonas, a primeira mais a Norte para estacionamento automóvel e a segunda um espaço ajardinado com um espelho de água, uma cafetaria e respectiva esplanada. O projecto previa espaços comerciais, que ocupam o espaço sob as bancadas, em torno do Estádio virados para a rua, intercalados com as bilheteiras e portas de acesso ao interior do equipamento [Fig.94].

A prioridade de construção do equipamento para o Euro 2004 ditou a edificação do estádio e dos programas de apoio ao mesmo adiando a construção das piscinas olímpicas e do pavilhão multidesportivo e a intervenção na praça, ficando o plano incompleto.

A construção do Complexo de Piscinas e do Pavilhão Multidesportos fica adiada até 2005, ano em que a Sua Kay Arquitectos intervém nesta área elaborando um plano, com um programa que surge na continuidade do anterior, com o objectivo de construir naquela zona uma grande superfície comercial e as estruturas desportivas que haviam ficado pendentes.

O plano amarra à fachada Norte do Estádio o programa do centro comercial enfrente ao qual cria um volume que recebe o Complexo Olímpico de Piscinas e o Pavilhão Multidesportivo. Apesar de ocuparem uma implantação semelhante à das piscinas municipais e do parque de campismo, anexados ao antigo estádio, a construção de estes



Fig.96, 97 e 98| Praça Heróis do Ultramar, Conjunto de equipamentos do Calhabé, 2013

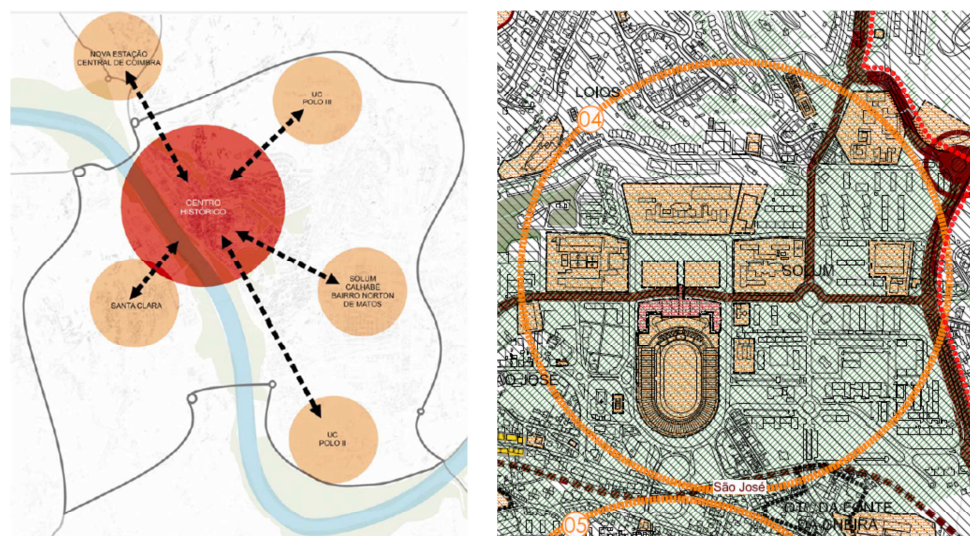


Fig. 99 e 100| Organização policêntrica da cidade de Coimbra | Secção da Planta de Situação existente para o Plano de Urbanização de Coimbra, 2010

equipamentos e a alteração do traçado viário introduziram novas dinâmicas à composição urbana de esta área [Fig.96-98].

O novo equipamento desportivo ocupa uma parte significativa da área da Praça dos Heróis do Ultramar, que acaba por perder a forte relação que tinha com o Estádio. O espaço público sofre grandes alterações a nível de programa e desenho, o estacionamento desaparece e torna-se um espaço de lazer, para os edifícios escolares e desportivos que o cercam. Esta lógica de inovação e de adaptação à realidade urbana presente na renovação da área central da Zona Escolar, será acompanhada posteriormente pelos projectos do Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário.

Entre 2008 e 2009 a intervenção nas Escolas Secundárias Avelar Brotero e Infanta Dona Maria, no âmbito do Plano de Modernização, gerou transformações que acabaram por reforçar as relações entre a Zona Escolar e por disponibilizar á cidade novos serviços sob o objectivo da abertura dos espaços escolares à comunidade.

Actualmente a Solum (como é agora referenciada a área que compreende o Calhabé e o bairro da Solum) constitui um dos centros que compõem a estrutura policêntrica da cidade de Coimbra, um testemunho da expansão da cidade a Sudeste, a partir dos anos 40 [Fig. 99]. Desenvolvida sob princípios modernos, a Solum construiu uma identidade própria que a distingue do resto da cidade.

Este “novo centro” (Ferreira, 2007 p.13), marcadamente residencial, destaca-se pelo “importante e antigo polo de equipamentos de ensino e desporto, recentemente modernizado e por isso mais competitivo” (CMC, 2010 p.10) e pela concentração de serviços e grandes superfícies comerciais que servem, não só esta área mas também todo o município.

O período que se compreende entre os anos 60 e a actualidade corresponde, nesta área da cidade, à transformação do subúrbio do Calhabé no novo centro urbano da Solum. Um processo de consolidação despoletado pela construção dos equipamentos escolares e desportivos. Neste período foi-se concretizando a urbanidade que o Plano Garrett propunha para esta área, uma zona habitacional, complementada por equipamentos e serviços.

A construção do novo Estádio Municipal gera uma onda de intervenções responsáveis pela modernização desta área, num processo que se reflecte posteriormente nas Escola Secundárias.

3.2. A UNIFICAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO E O PLANO DE MODERNIZAÇÃO

É no contexto do pós-25 de Abril, de grandes transformações políticas, sociais e económicas, sob a instabilidade que precedeu a entrada em funções do I Governo

constitucional em 1976, que se introduziram grandes alterações no ensino técnico e liceal. A consolidação do ensino secundário unificado foi o resultado de um processo gradual iniciado em 1975 com a extinção do ensino técnico e posteriormente do liceu que seriam substituídos pelas escolas secundárias.

Segundo Alegre (2009, p.194), através da unificação do curso geral e consequentemente dos cursos complementares, com o objectivo social de igualdade de oportunidades, procurou-se eliminar as duas vias de ensino existentes, com o objectivo de facultar o acesso ao ensino superior e de facilitar a inserção dos jovens na vida activa. Neste contexto o Liceu Infanta Dona Maria e a Escola Técnica Avelar Brotero recebem a designação genérica de Escolas Secundárias, à semelhança do que aconteceu em todas as escolas do ensino secundário do país.

Das 477 escolas que compõem actualmente a rede de ensino secundário em Portugal, segundo os dados da Parque Escolar, E.P.E, 77% foram construídas a partir da década de 70, no período correspondente à expansão da rede escolar e ao alargamento da escolaridade obrigatória, para seis e nove anos.

O crescente número de alunos verificado em vários períodos da história do ensino, liceal e técnico, e os sucessivos aumentos da escolaridade obrigatória, como forma de diminuir o analfabetismo no país, conduziram a “políticas expansionistas muitas vezes indiferentes à qualidade construtiva e pedagógica e, ainda assim, comedidas para as necessidades” (Carvalho 2013, p.133). O ano lectivo de 1995/96, segundo dados da P.E., dá início a uma nova realidade, a diminuição da taxa de natalidade e a ascensão do ensino privado reflectiram-se numa forte redução da procura ao ensino secundário.

Estabilizado o número de alunos tornava-se então prioritária a intervenção nos edifícios escolares que o tempo e a falta de manutenção tornaram obsoletos. Para além do desgaste físico, as instalações escolares existentes não tinham capacidades para responder às novas necessidades da sociedade, a um ensino cada vez mais ligado às tecnologias e de carácter obrigatório alargado aos 18 anos.

Neste contexto surge o Programa de Modernização do Parque Escolar (PMEES), destinado ao Ensino Secundário, e a empresa criada para o planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do programa de modernização, a Parque Escolar, E.P.E, composta por uma equipa multidisciplinar que integrava desde arquitectos à professores.

O programa previa a intervenção em 332 escolas, distribuídas por 5 etapas, seleccionadas pelas direcções regionais de educação em articulação com a Parque Escolar, consoante a prioridade das intervenções, nem sempre correspondente à idade da construção. Segundo Pires (2010, p.27) as escolas construídas a partir da década de 70,

sob os princípios de economia da construção, demonstraram um desgaste mais acelerado, um nível de degradação tão grande ou superior às primeiras escolas construídas, que apesar de apresentarem um maior desgaste físico, próprio de um número significativo de anos de uso contínuo, mantêm um relativo bom estado de conservação fruto da sua robustez tanto arquitectónica como construtiva.

Neste plano de execução do programa, iniciado por uma fase piloto, a Escola Secundária Avelar Brotero insere-se na primeira fase de intervenções, composta por 26 escolas distribuídas por 9 distritos, e a Escola Secundária Infanta Dona Maria integra a segunda fase onde seriam intervencionadas 75 escolas em 16 distritos, a última fase a ser cumprida na totalidade. Como podemos verificar actualmente, as condições económicas que o país tem vindo a atravessar comprometeram a continuidade das intervenções, impossibilitando o cumprimento total do Plano de Modernização que deixou a terceira fase incompleta e a quarta por arrancar.

O PMEES assentava em três princípios fundamentais de actuação, o primeiro, dada a realidade das instalações escolares, tinha como base a recuperação e modernização dos edifícios e previa corrigir problemas construtivos existentes, a melhoria das condições de habitabilidade, conforto ambiental, a segurança e a acessibilidade. O segundo objectivo, de maior interesse para o presente trabalho, ditava a abertura da escola à comunidade, recentrando-a no meio urbano em que se insere e criando condições funcionais e de segurança para que os edifícios pudessem ser utilizados pela comunidade nos períodos extracurriculares. Por último o Plano procurou criar um sistema eficaz de gestão, manutenção e conservação dos edifícios ao longo da sua vida que permitisse a correcta utilização das instalações.

Segundo descreve a Parque Escolar E.P.E. (2009 p.13) a abertura da escola à comunidade exterior, procurava promover a formação ao longo da vida, a certificação de competências. Esta medida reflecte-se na organização espacial da escola, na medida em que define o suporte físico de todas as actividades realizadas e em particular interfere na forma como os diferentes membros da comunidade escolar interagem entre si, se relacionam com a aprendizagem e adquirem conhecimentos e várias competências. Neste sentido a Parque Escolar define a organização do programa escolar a partir de diferentes sectores funcionais articulados através da “learning street” como forma de garantir as condições para o funcionamento integrado dos vários espaços e permitir a abertura à comunidade.

A partir do núcleo de recepção, gestão/ administração e atendimento geral, seguem-se os núcleos cujo programa permite uma maior interacção com o exterior, com a cidade e com a comunidade, como os núcleos dos espaços desportivos, dos espaços sociais

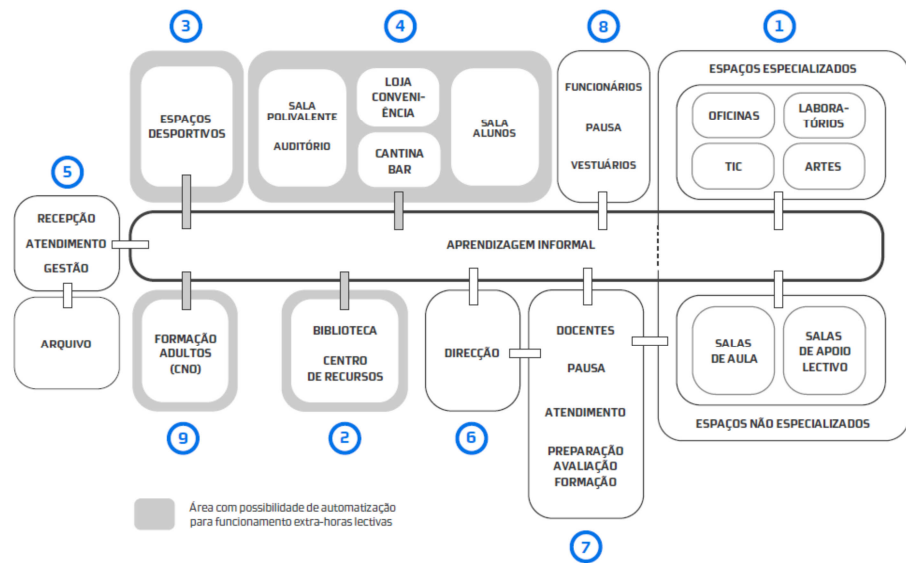


Fig. 101| Articulação e organização dos sectores funcionais do espaço escolar

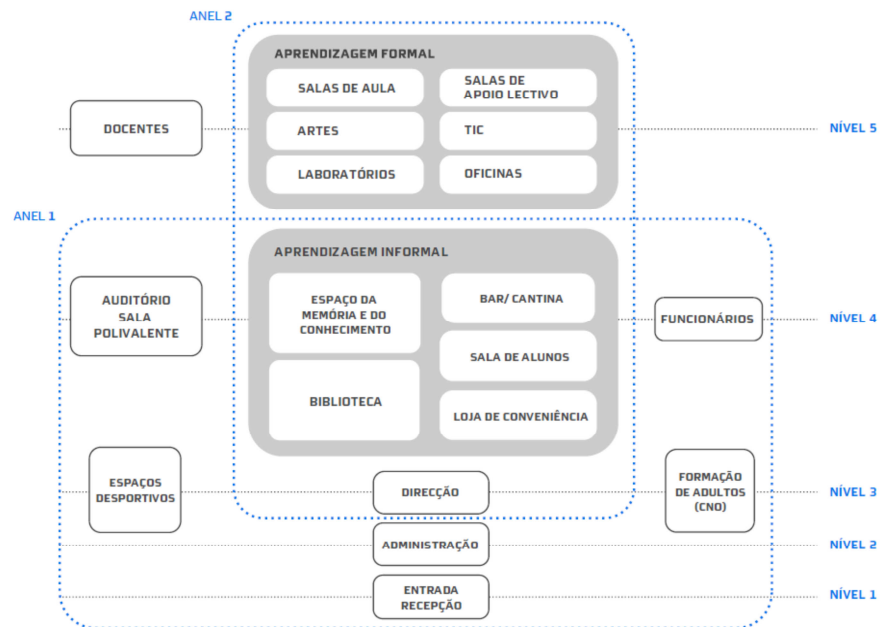


Fig. 102| Organização do espaço escolar



Fig. 103 e 104| Frente urbana da Escola Secundária Quinta das Flores/ Conservatório de Música, Antes e Depois da Intervenção

e de convívio, de formação para adultos e da biblioteca e centro de recursos. Estes espaços devem oferecer a possibilidade de funcionarem autonomamente, num horário extracurricular [Fig.101].

Nesta composição, a biblioteca assume um papel de grande importância, tornando-se “o “coração” da escola: um espaço físico e visualmente acessível à comunidade escolar a partir da entrada”(P.E. 2009, p.16). A zona destinada à biblioteca deveria encontrar-se numa localização privilegiada do conjunto escolar, de grande visibilidade de forma a “fomentar a sua utilização pela comunidade e difundir uma prática de aprendizagem”. Para além disto o espaço da biblioteca deveria ser dotado de uma grande flexibilidade, de modo a possibilitar a utilização variada e alargada.

Os espaços desportivos e os destinados à actividade de formação de adultos devem oferecer a possibilidade de funcionamento no período extracurricular e por isso deveriam estar posicionados em zonas com fácil acesso do exterior e capacidade de autonomização face à restante área da escola. Como se pode verificar no diagrama de organização do espaço escolar [Fig.102], elaborado pela Parque Escolar, os programas circunscritos pelo Anel 1, permitem a utilização pela comunidade exterior em períodos pós-lectivos e por isso devem ser directamente acessíveis pela entrada/ recepção.

Esta questão da abertura do espaço escolar à comunidade, apresentada no Programa de Modernização, havia já sido explorada anteriormente por vários planos de construção do ensino liceal e técnico, a ainda que ela agora apareça alargada a outros programas. Este conceito foi desenvolvido em vários projectos, nomeadamente nos anteriormente estudados, do Liceu Feminino Infanta Dona Maria e da Escola Técnica Avelar Brotero, cujos ginásios funcionavam também como salão de festas, suportados pela possibilidade da sua autonomização dos restantes espaços da escola.

No que toca à inserção urbana dos edifícios escolares, sendo PMEES um plano direccionado para a requalificação dos edifícios escolares pré-existentes, a sua intervenção neste sentido passa por “recentrar a escola nos meios urbanos em que se insere” (P.E. 2009, p.15), pela sua adaptação à nova realidade urbana envolvente. Tomando como exemplo duas escolas em Coimbra é possível identificar duas situações em que esta readaptação à envolvente urbana, é feita através de diferentes soluções. No caso da Escola

Avelar Brotero, que será seguidamente desenvolvido, a intervenção determina a alteração da entrada do edifício que passa a ser feita pela fachada Este, exponenciando a relação do edifício com a Praça, já no caso da Escola Secundária Quinta das Flores/ Conservatório de Musica, a articulação com a actual envolvente urbana, as traseiras de um centro comercial, é feita com recurso a um novo corpo, de grande escala [Fig. 103 e 104].

A intervenção do arquitecto José Paulo dos Santos, em 2008, cria uma nova frente

urbana para a Escola através de um novo volume que funciona ao mesmo tempo como elemento de união de todo o conjunto dos pavilhões que compunham a escola.

3.2.1 _ ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA DONA MARIA

A Escola Secundária Infanta Dona Maria, nome que adquiriu o antigo Liceu Feminino de Coimbra após a unificação do ensino secundário, integra em 2007 o grupo de escolas seleccionadas pela Parque Escolar E.P.E. para intervenção no âmbito do Programa de Modernização.

Desde a sua construção, em 1949, a Escola foi alvo de várias intervenções que procuraram responder às crescentes necessidades de população. Como referido anteriormente, em 1958 funcionavam na escola, quase o dobro de turmas previstas no projecto inicial, esta situação levou à construção de quatro salas pré-fabricadas e posteriormente, em 1964, ao alargamento do liceu. Neste sentido o edifício escolar apresenta-se em 2007 como o resultado de várias transformações ao projecto inicial. Para além das alterações pontuais feitas a alguns dos espaços escolares, surgem nos extremos Este e Oeste do edifício, dois corpos perpendiculares, cuja implantação cria dois pátios mais pequenos que se abrem a Norte.

No âmbito da fase 2 do PMEES, as obras da Escola têm início no ano de 2009, sob o projecto do arquitecto João Paulo Conceição do atelier 9H Arquitecturas Associadas. A proposta procurou, Segundo o arquitecto (2009, p.2), que as alterações e a modernização introduzidas no edifício, principalmente no que dizia respeito a equipamentos, resultantes das normativas e das novas lógicas funcionais, mesmo as mais profundas, fossem o menos intrusivas e visíveis, de forma a preservar as memórias que ao longo dos anos se foram sedimentando e acompanhando a formação de gerações.

A CRISTALIZAÇÃO DO PRÉ-EXISTENTE

Apesar das várias transformações ocorridas na Zona Escolar do Calhabé e da consolidação da área envolvente, com a construção da Solum a partir da década de 60, a Escola manteve o carácter monumental de afirmação na paisagem e o “efeito cenográfico” (Marques 2003, p.116), que o carácter da sua arquitectura e implantação construíram.

A implantação da escola no lote há muito que fora perdendo a simetria da sua composição. As várias alterações realizadas na escola, ao longo do tempo, introduziram novos volumes, prolongaram espaços que quebraram pontualmente a simetria da composição. Com o projecto de modernização, o eixo de simetria que compunha o conjunto do Estádio, Praça e o edifício escolar, passa a existir apenas a nível do alçado principal.

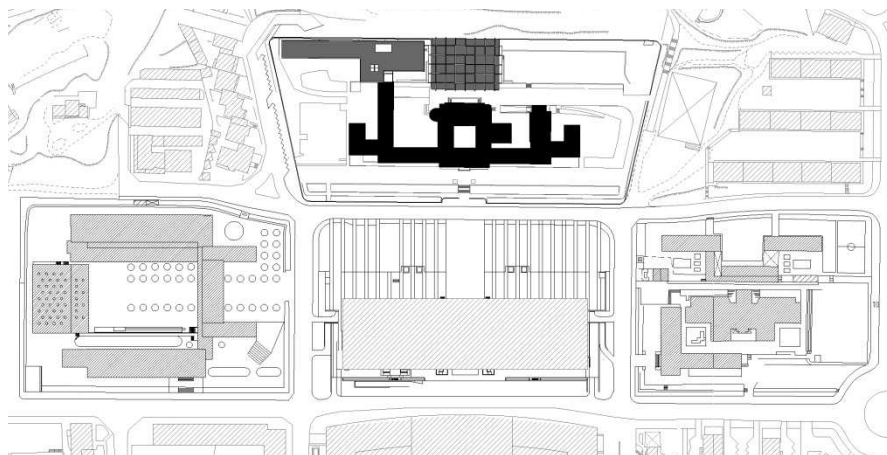


Fig. 105|Inserção Urbana da Escola Secundária Infanta Dona Maria, 2008



Fig. 106|Implantação da Escola Secundária Infanta Dona Maria



Fig. 107|Alçado principal da Escola Secundária Infanta Dona Maria



Fig. 108|Alçado Este da Escola Secundária Infanta Dona Maria



Fig. 109 e 110|Novo Corpo Lectivo e Polidesportivo Coberto da Escola

O projecto elaborado para a Escola, no contexto do Plano de Modernização, compreendeu dois tipos de intervenção, a adaptação do edifício pré-existente e a construção de novos corpos, um novo bloco lectivo, que se liga ao edifício principal através de uma passagem elevada, e um campo de jogos coberto. Estas intervenções visaram preparar o espaço escolar às novas exigências pedagógicas, traduzidas pelo programa, e aumentar a sua capacidade lectiva.

Os novos corpos surgem implantados junto ao limite Norte do lote, no espaço anteriormente ajardinado dos campos de jogos e do anfiteatro exteriores [Fig.105 e 106]. A sua construção leva ao redesenho dos espaços exteriores da escola, que recebem novos equipamentos e espaços de lazer, com a preocupação de alterar “a estrutura vegetal existente o menos possível”(9H Arquitectos 2009, p.2).

A intervenção na Escola Infanta Dona Maria, não introduziu grandes transformações na fachada principal do edifício nem na relação que este estabelece com a rua e com o espaço público, neste sentido consideramos que, apesar da clara intervenção, houve uma cristalização do pré-existente. A escola mantém a posição dominante com a qual remata a Norte a nova Praça dos Heróis do Ultramar, apesar da transformação desta área ter quebrado a sua relação com o Estádio e diminuído significativamente a dimensão do espaço público.

A área verde, que emoldurava a Escola desde a sua construção, mantém-se. Porém no limite Norte a construção dos novos corpos acabou por suprimir a existência deste filtro e a implantação de um estacionamento para docentes junto ao limite Oeste do lote reduziu a área ajardinada a uma fiada junto ao muro da Escola [Fig. 106].

A DICOTOMIA FRENTE / TRASEIRAS

A fachada principal da Escola, virada a Sul, mantém a sua configuração inicial composta pelo corpo principal de entrada e pelos outros quatro planos que se afastam, simetricamente, da rua que lhe dá acesso [Fig. 107]. A intervenção, neste caso, passou por obras de conservação e pela colocação de elementos de sombreamento nos vãos, importantes para o funcionamento dos espaços interiores porem sem grande expressão na fachada. Compõem este alçado, os mesmos espaços que nele se desenvolviam no projecto inicial, os serviços administrativos e de recepção, ainda que dispostos numa nova organização espacial, esta não se reflecte na fachada, a partir dos quais se desenvolvem as salas de aula. Apenas a biblioteca se afasta desta fachada, passando o seu espaço a ser ocupado pela sala de professores que, assim passa a ocupar uma posição central no alçado.

A partir de este alçado, é possível observar, parte do novo corpo lectivo construído nas traseiras do lote, recuado e camuflado por uma barreira arborizada que se conservou



Fig. 111 e 112|Fachada Principal da Escola Secundária Infanta Dona Maria

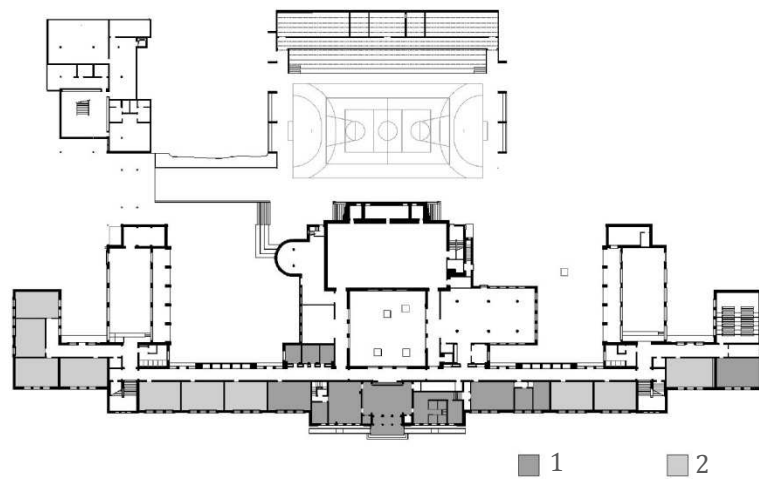


Fig. 113| Programa da Fachada Principal da Escola Secundária Infanta Dona Maria, 2009
(1. Espaços de Recepção/ Administração; 2. Salas de aula)

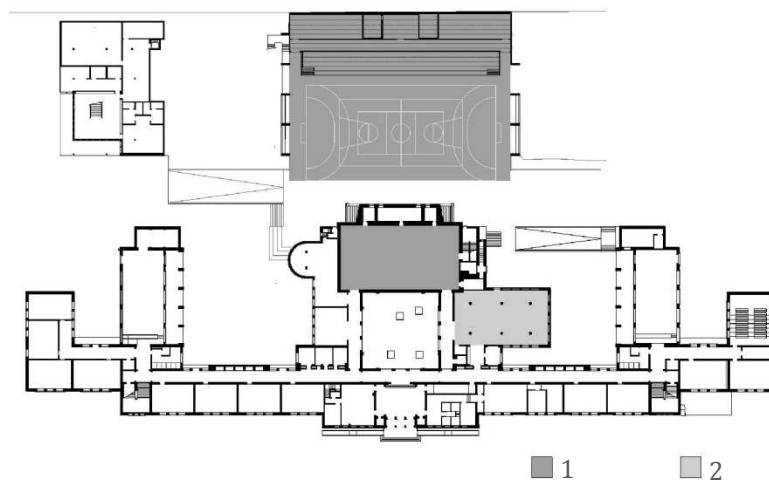


Fig. 114| Planta do rés-do-chão [Escala 1.1500]
(1. Espaços desportivos; 2. Biblioteca)

em torno de todo o lote. Este novo corpo lectivo não tem qualquer relação com a rua, o único acesso para o interior da escola é feito através da fachada Sul do edifício principal, à semelhança do que se verificava anteriormente. Existe apenas a excepção do acesso de viaturas, exclusivo para funcionários e docentes, localizado no limite Este do quarteirão, a partir da Rua Fernão Lopes.

Na transição entre a cota da rua e a cota de entrada na Escola, o projecto introduz, no topo da escadaria, dispostas simetricamente, duas estruturas, de pequena escala, em vidro e ferro que recebem de um lado o programa da portaria e do outro um pequeno espaço coberto para os alunos.

A ABERTURA À COMUNIDADE

De forma a garantir o funcionamento integrado dos vários espaços escolares e a possibilidade de abertura das escolas à comunidade, o PMEES propõe a reorganização do espaço escolar, seguindo um esquema de sectores funcionais, de espaços lectivos e não lectivos, que se articulavam entre si. Com base no modelo desenvolvido, o arquitecto João Paulo Conceição propôs, no projecto para a Escola, a reorganização interna dos espaços e respectivas vocações funcionais, segundo refere a memória descritiva do projecto (2009, p.2).

À semelhança do que acontecia no projecto do Liceu, as áreas directivas e administrativas concentram-se junto à entrada principal. A secretaria, a sala de direcção a sala de professores, assim como diversos gabinetes e espaços de apoio, distribuem-se pelos dois pisos, no espaço central da fachada principal, a partir destes espaços desenvolvem-se as salas de aula, viradas a Sul, servidas pelas antigas galerias de distribuição que por questões de conforto térmico foram fechadas por envidraçados e paredes que permitiam a exibição de trabalhos e conteúdos didácticos, constituindo a learning street [Fig.113].

A eixo, com o átrio de entrada, desenvolve-se a reprografia, a cafetaria, a biblioteca, e o ginásio dispostos em torno do pátio interior da escola, criando um núcleo de serviços e de socialização. A biblioteca abandona a fachada principal e passa a assumir uma posição mais central na composição do espaço escolar, conforme indicava o Programa de Modernização, ocupando o espaço onde anteriormente se desenvolvia o refeitório. O funcionamento autónomo destes espaços fora do período lectivo, segue a solução explorada no projecto inicial da escola. O isolamento deste núcleo é feito através do encerramento de diversos acessos, impossibilitando a passagem para os restantes espaços da escola. No caso do multidesportos cobertos, a autonomia deste volume do resto da escola leva a que o seu acesso seja feito apenas pelo exterior do edifício.

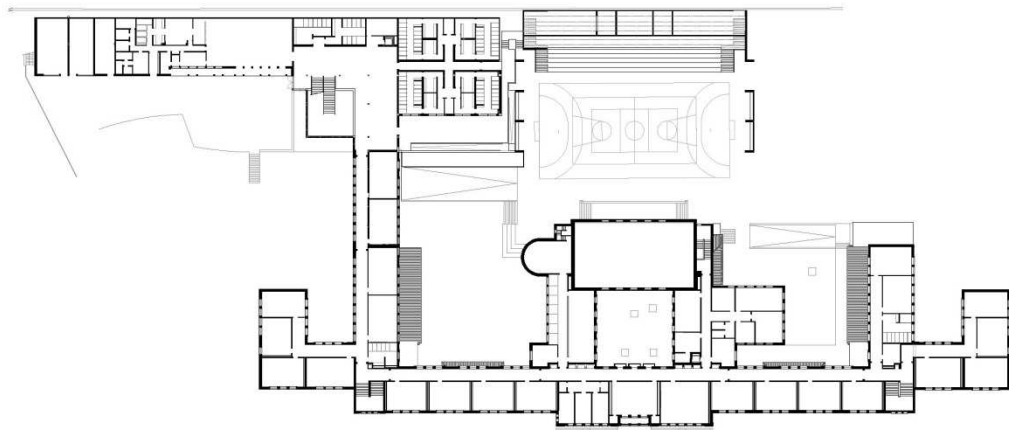


Fig. 115|Planta do 1º piso [Escala 1.1500]

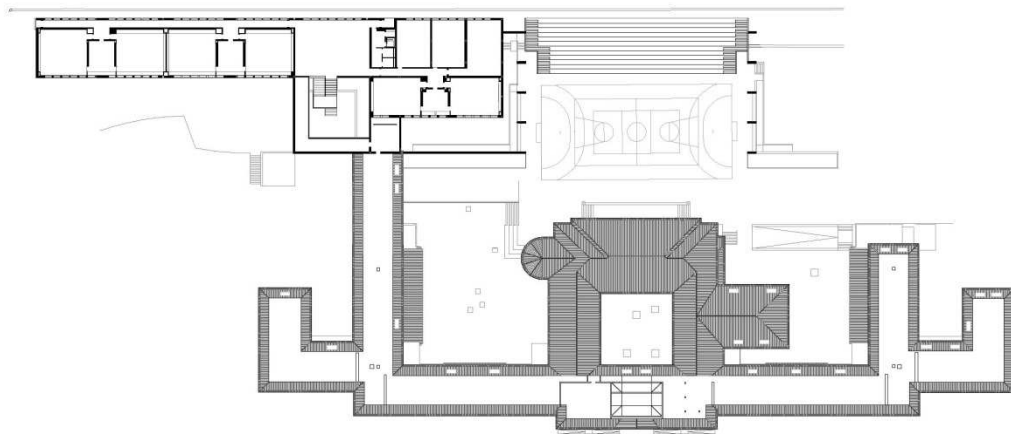


Fig. 116|Planta do 2º piso [Escala 1.1500]

No segundo piso do edifício, funcionam salas de aula seguindo a mesma estruturação do piso inferior, os espaços de exposições e o núcleo dos docentes, com salas de trabalho, de reuniões e gabinetes.

Perpendicularmente à fachada principal, na área dos antigos recreios cobertos, desenvolvem-se num a sala de expressões dramáticas e no outro uma sala polivalente, destinada à realização de assembleias e outros eventos de convívio, iluminadas bilateralmente através dos pátios.

O novo corpo lectivo desenvolve-se em vários níveis relacionando-se ao mesmo tempo com os pátios, com o novo campo coberto e com o edifício pré-existente. O corpo cria um novo patamar, que permite que o refeitório se prolongue até o exterior. Para este novo volume foram destacados os programas do refeitório e dos balneários, que servem o ginásio e o campo de jogos coberto, e a um nível superior funcionam os laboratórios, as salas de desenho e de educação tecnológica, numa relação directa com o segundo piso do edifício pré-existente, onde se desenvolvem outros espaços do núcleo de aprendizagem formal.

Apesar de procurar estabelecer ligações com os vários corpos que compõem a escola, este novo corpo lectivo encontra-se à margem do restante espaço escolar, esta situação verifica-se nomeadamente no refeitório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a intervenção do arquitecto João Paulo Conceição no âmbito do Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário, não introduziu alterações significantes na relação da Escola com o espaço envolvente, nomeadamente com o espaço público da Praça. A construção dos novos corpos junto às traseiras do lote, não tiveram influencias a nível urbano visto não se estabelecer nenhum contacto com a rua pouco movimentada, que define o quarteirão a Norte e serve de acesso quase exclusivo às habitações.

A fronteira entre o peão e o espaço interior da escola continua a ser feita pelo mesmo muro gradeado do projecto inicial e pelo espaço ajardinado que vence a diferença de cotas entre o passeio e a entrada do edifício. A construção da portaria e do espaço coberto junto à entrada, é de tão pequena escala e materialidade que a sua expressão é quase neutra no alçado principal da Escola.

A questão da abertura à comunidade, um dos três grandes objectivos do PMEES, é identificada no Projecto Educativo da Escola, de 2011-2014 (2001, p.22), como uma possibilidade para o desenvolvimento de projectos para o exterior e de actividades com a população, recorrendo aos recursos humanos existentes, e ainda como uma oportunidade

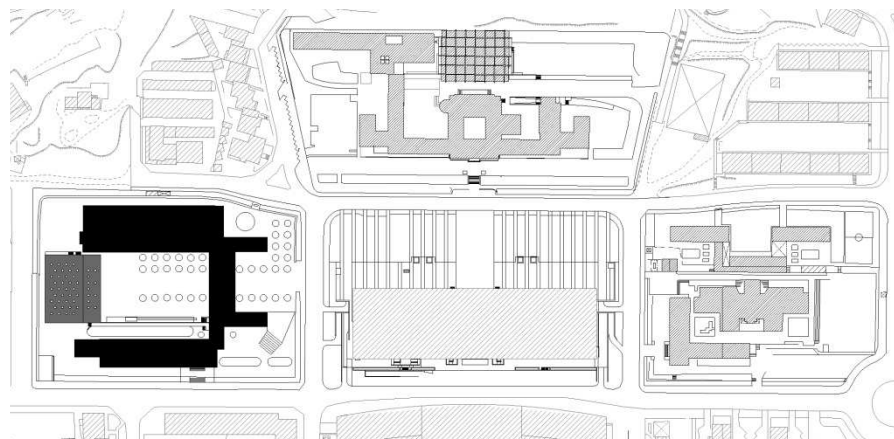
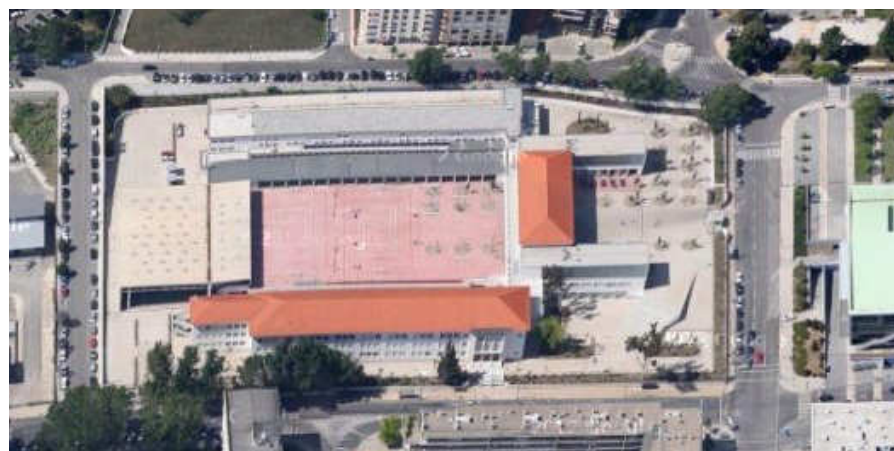


Fig. 117|Inserção Urbana da Escola Secundária Avelar Brotero, 2008



118|Inserção Urbana da Escola Secundária Avelar Brotero

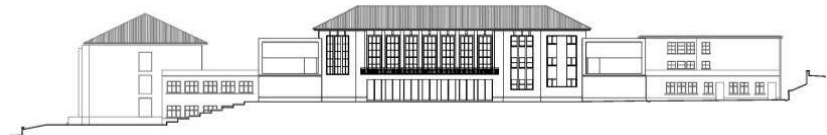


Fig. 119|Alçado principal da Escola Secundária Avelar Brotero



Fig. 120|Alçado Sul da Escola Secundária Avelar Brotero



Fig. 121 e 122|Novos corpos, Refeitório e Polidesportivo coberto da Escola

de se realizarem protocolos com outras instituições para o uso dos espaços físicos disponíveis na Escola. Apesar do projecto criar as condições e da escola possuir os recursos necessários, há factores que ultrapassam a arquitectura e criam dificuldade à concretização do objectivo de abertura à comunidade. A Escola (2011, p.22) aponta como principal inércia o desinteresse dos alunos e respectivos Encarregados de Educação por actividades que não se relacionem com a actividade lectiva.

3.2.2 _ ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO

A Escola Secundária Avelar Brotero, anterior escola técnica, integra a fase 1 de construções do Programa de Modernização das Escolas Destinadas ao Ensino Secundário que contemplou 26 escolas de nove distritos. As obras da Escola têm início em Julho de 2008, sob o projecto da arquitecta Inês Lobo.

Contrariamente ao que se verificou no projecto de modernização da Escola Secundária Infanta Dona Maria, a intervenção realizada na Brotero introduz profundas transformações que se reflectiram não só no edifício escolar e no seu funcionamento, como também ao nível das relações do edifício com o envolvente.

O projecto de modernização da Escola surge como o resultado do confronto de uma análise ao espaço escolar, ao Programa de Modernização e à área envolvente. A estratégia de actuação definia a criação de novas áreas programáticas e a redefinição das acessibilidades, deslocando a entrada da Escola para o limite Este, junto á Praça, o que conduziu a uma redistribuição do programa escolar no edifício e à necessidade de clarificar as circulações. Neste sentido são feitas obras de adaptação no edifício pré-existente e criados novos corpos que recebem polidesportivo coberto, no limite Poente lote, e o núcleo de espaços para docentes, construído sob o talude do pátio central. No corpo das oficinas, as transformações implicaram a sua demolição parcial, com o objectivo de aumentar a sua área para a construção de espaços de apoio às oficinas e de laboratórios vários, que viriam colmatar as deficiências da escola.

A ROTAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR

Desde a construção da Escola Técnica Avelar Brotero, no final da década de 50 várias foram as transformações que ocorreram na Zona Escolar e no seu envolvente. A construção do bairro residencial da Solum, do novo Estádio, do Centro Comercial, do Complexo Olímpico de Piscinas e do Polidesportivo, da nova Praça e o gradual crescimento da cidade, construíram uma nova realidade urbana nesta zona. É neste novo contexto de uma área consolidada e de um espaço público qualificado que a escola se vê inserida em 2008 [Fig.117].



Fig. 123|Fachada Principal da Escola Secundária Avelar Brotero

O novo projecto segue a mesma lógica de evolução e transformação procurando uma nova relação entre a Escola, o conjunto de equipamentos e com o espaço público. Neste sentido a entrada principal é deslocada da Rua General Humberto Delgado para a Rua D. Manuel I, virando-a para a Praça dos Heróis do Ultramar.

Em termos de implantação, este gesto subverte todo a lógica de implantação do projecto inicial, o pátio através do qual se fazia o acesso pontual ao ginásio é agora a ampla entrada da Escola, definida pelos dois corpos perpendiculares ao ginásio que agora ganharam maior expressão [Fig.123].

A implantação o edifício mantém a sua estrutura de “H” assimétrico, porém tanto os pátios como os vários corpos do edifício assumem agora novos papéis. O volume do polidesportivo surge a Poente, definindo o limite do pátio central da escola que, com esta intervenção, passa a ter os seus quatro lados encerrados. Os balneários do polidesportivo, à semelhança do que acontece com o núcleo de espaços para docentes, desenvolvem-se semienterrados no talude do pátio central como forma de criar uma certa “invisibilidade” ou reduzido impacto no conjunto existente” Lobo (2008, p.4) que pudesse ser causado pelo significativo aumento de área.

O corpo das oficinas delimita o edifício escolar a Norte, construindo as suas traseiras. Este volume afasta-se do limite do lote de forma a conseguir introduzir alguma iluminação nas oficinas, porém o espaço entre o bloco e o muro, que vence a diferença de cotas entre a Rua Infanta Dona Maria e o piso-térreo, é residual e apesar da intervenção mantém o carácter de traseiras, onde se acumulam materiais e objectos.

O lote é delimitado por um muro gradeado e por uma estreita margem ajardinada, com árvores de médio-porte e alguma vegetação, protegendo o recinto escolar. A este limite ajardinado juntam-se agora múltiplos canteiros que rompem as grandes áreas impermeabilizadas dos espaços exteriores da escola.

RELAÇÃO COM A PRAÇA

Até a intervenção na Escola, no âmbito do PMEES, a fachada principal do edifício correspondia ao alçado Sul do corpo lectivo, paralelo à Rua General Humberto Delgado, através do qual se fazia a entrada principal. Segundo Lobo (2008, p.5) a rua, por onde se faz a entrada, é bastante movimentada e relativamente estreita e o átrio exíguo para o actual número de alunos, esta localização da entrada acentua a centralidade programática do corpo lectivo, reforçando o carácter periférico e distante dos restantes corpos e nesse sentido propõe a alteração da entrada para o portão Nascente da Escola. Esta alteração permitiu criar espaços de entrada, mais generosos e adequados à escala do equipamento e relacioná-la a programas mais informais da escola.

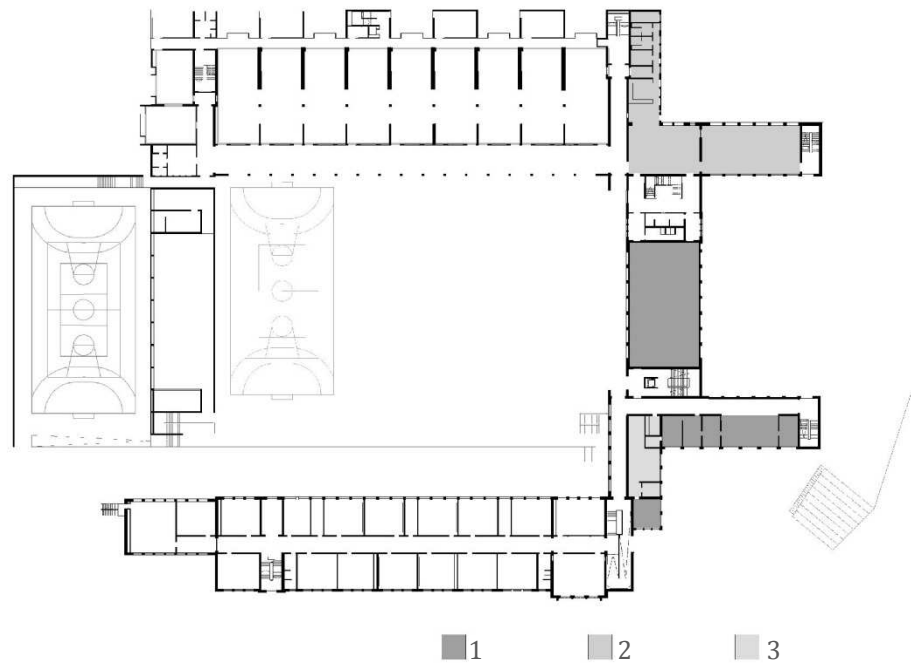


Fig. 124| Programa da Fachada Principal da Escola Secundária Avelar Brotero, 2009
(1. Espaços de Recepção/ Administração; 2. Refeitório; 3. Reprografia/ Papelreira)

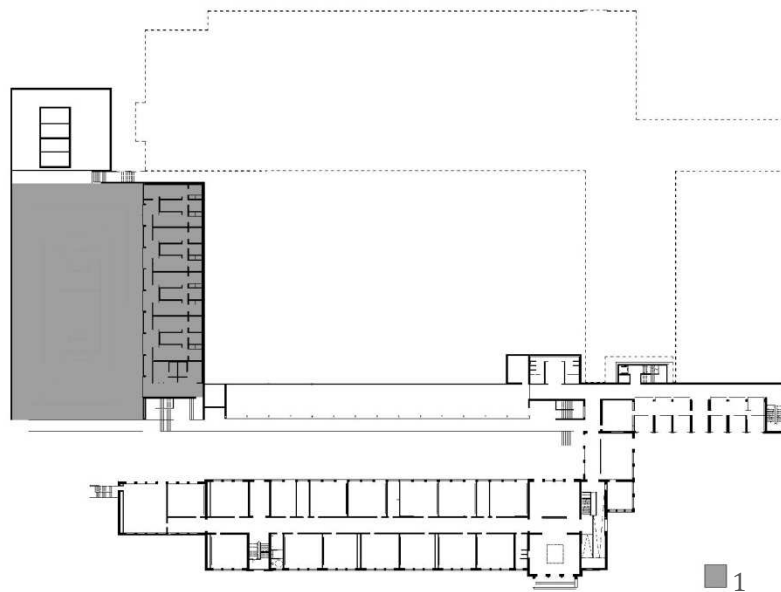


Fig. 125|Planta do piso -1 [Escala 1.1500]
(1. Espaço desportivo)

Assim, a fachada principal da escola encontra-se, actualmente, em relação directa com a Praça, à semelhança do que já acontecia com todos os outros equipamentos. Neste sentido este alçado é redesenhado e os espaços reorganizados, os balneários que se localizavam no rés-do-chão do corpo do ginásio, dão lugar ao átrio de entrada, e o espaço do ginásio é ocupado pela biblioteca que se encontra numa localização de grande destaque, e estabelece relações visuais de um lado com o pátio de entrada e com a Praça e do outro, com o pátio central da escola.

Os corpos, de um piso, que recebiam programa do refeitório e do bar dos alunos, ganham agora maior expressão e delimitam a área de entrada na escola que se encontra bastante recuada da rua, numa solução que se aproxima à desenvolvida no projecto de 1951, para esta escola no Bairro Norton de Matos, onde dois corpos lectivos definiam um pátio que conduzia à entrada na escola. Porém no projecto de modernização estes corpos recebem o programa do refeitório e bar, de um lado, e os serviços administrativos e um auditório, do outro lado [Fig.124]. Com esta alteração o corpo implantado a Sul, deixa de permitir o acesso ao interior da escola, apesar do alçado continuar com a mesma composição e nele permanecer a memória da antiga entrada principal.

A AUTONOMIZAÇÃO DO CORPO DE ENTRADA

A nova localização da entrada, os novos espaços escolares introduzidos e os novos corpos, que vieram complementar a Escola, obrigaram a mudanças na distribuição do programa. O novo átrio de entrada, pretendia ser “um espaço de acolhimento e de distribuição para o interior do recinto, assim como um espaço capaz de receber exposições temporárias e que faça a ligação da escola à comunidade” Lobo (2009, p.10). Em seu redor concentram-se os programas mais públicos da escola assim como o acesso aos espaços de aprendizagem formal e ao polidesportivo. Assim sendo, desenvolve-se em torno do pátio de entrada, o refeitório, com a possibilidade de se prolongar para o exterior, respectivas áreas de apoio, e os espaços relativos à administração e direcção da Escola. A um nível superior, e nos mesmos corpos, situa-se o bar, a sala de estudantes e o espaço polivalente. Numa cota superior à do átrio de entrada, no espaço onde funcionava anteriormente o ginásio, desenvolve-se a biblioteca, com iluminação bilateral e pé direito duplo.

A concentração dos espaços sociais e de convívio, assim como os espaços referentes ao Centro de Novas Oportunidade, no corpo de entrada e nos espaços anexos a este, permite autonomizar esta ala para o seu funcionamento no período extracurricular, segundo indicava o PMEES. No caso do polidesportivo, a sua configuração permite-lhe uma utilização autónoma do resto da escola, o acesso aos balneários e outros espaços de apoio,

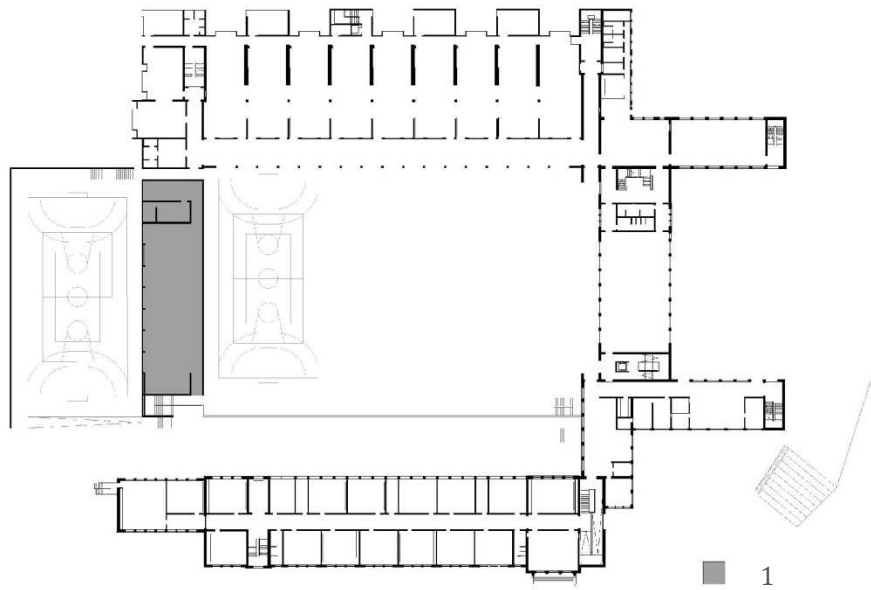


Fig. 126|Planta do rés-do-chão [Escala 1.1500] (1. Espaço desportivo)

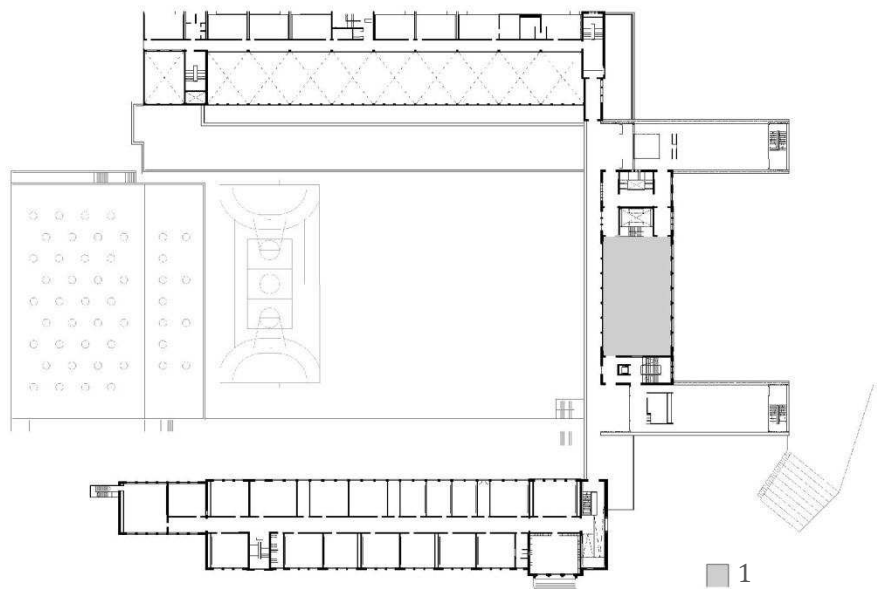


Fig. 127|Planta do piso 1 [Escala 1.1500] (1. Biblioteca)

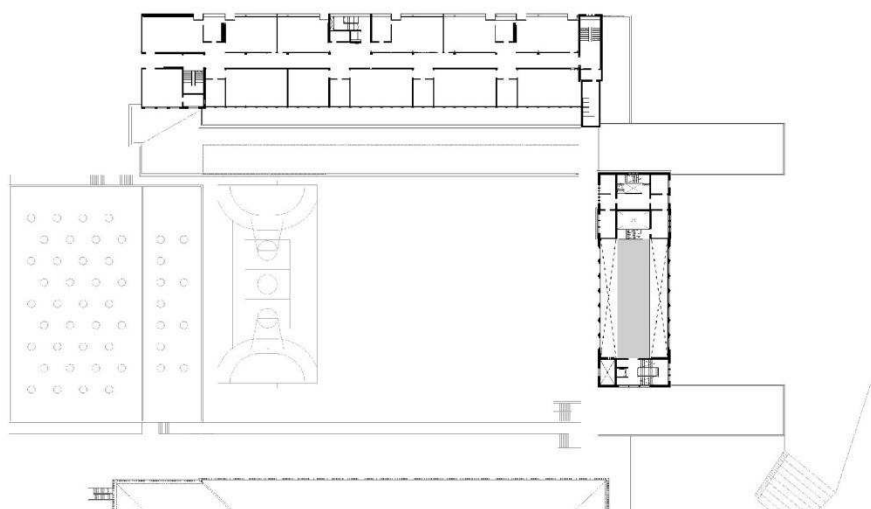


Fig. 128|Planta do piso 2 [Escala 1.1500] (1. Espaço desportivo)

pode ser feito a partir do pátio central da escola, no período lectivo, e à cota do campo de jogos para sua utilização num período não lectivo. No último caso, o acesso é feito através do portão no limite Sul do lote, junto à Rua António Leitão.

Através do átrio de entrada, e passando pela reprografia, acede-se ao corpo lectivo, que constrói a fachada da Rua General Humberto Delgado, desenvolve-se exclusivamente o programa das salas de aula, que compreendem também salas de informática e salas de desenho. Como excepção, na área onde anteriormente funcionava o átrio de entrada foi construído o “espaço memória” (Lobo 2008, p.8) um espaço de exposição de objectos relevantes na história da escola.

Paralelamente ao corpo lectivo, e junto ao limite Norte do lote, desenvolve-se o corpo das oficinas, que com a intervenção viu a sua área aumentada de forma a poder receber novos espaços de apoio ao programa das oficinas que persiste adaptado a nova realidade e às novas necessidades. Para além dos espaços oficiais, funcionam neste volume salas de apoio e a uma cota superior, os novos laboratórios científicos da escola, agrupados por grupos temáticos, servidos por uma sala comum de preparação.

Os novos volumes introduzidos pela intervenção juntam-se ao pátio central da composição, o polidesportivo, como já descrito, ocupa o limite poente do pátio a uma cota mais baixa, esta diferença de alturas é resolvida através dos balneários que, dada a sua localização, servem não só o polidesportivo como também o campo de jogos do pátio. O programa do núcleo de docentes, desenvolve-se em um piso, ao longo de todo o comprimento do talude formado pelo pátio central. Esta localização permite liga-lo no extremo à zona administrativa da escola e ao Centro de Novas Oportunidades, e relacioná-lo com o corpo lectivo. O conjunto de espaços compreende, uma grande área de trabalho em open space, uma sala de convívio e copa de professores e espaços de reunião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a construção do projecto de modernização, a Escola Secundária Avelar Brotero, fica dotada de “60 salas e com uma capacidade de acolher, cerca de 1500 alunos” (Vinhai 2010 p.4) sob uma nova organização funcional que cria a oportunidade de fortalecer as relações do espaço escolar com a cidade. No ano de 2011 encontravam-se inscritos na Escola em regime diurno e nocturno 1630 alunos, residentes em Coimbra e de vários concelhos limítrofes, acompanhados por um total de 242 professores, segundo descreve Saraiva (em entrevista ao Diário das Beiras, 2011).

É o carácter profissional da Escola, que perdura ao longo dos anos, que distingue a sua oferta formativa de outras escolas como a vizinha, Escola Secundária Infanta Dona Segundo Saraiva (em entrevista ao Diário das Beiras, 2011) é também esta a razão, correspondente a 55% da oferta, além do CNO, que torna a Escola numa referência na



Fig. 129| Zona Escolar da Solum

região Centro. A abertura do espaço escolar à comunidade, além do horário lectivo, era já explorada na Brotero antes do projecto de modernização, a formação em regime pós-laboral, sempre esteve bastante presente na escola, que foi a “Escola da cidade que primeiro os recebeu e a única durante largos anos” (Vinhall 2010, p.4).

A nível dos espaços desportivos, da biblioteca e auditórios o projecto de modernização vem exponenciar as relações de estes espaços com a comunidade. No projecto inicial já o ginásio, permitia esta abertura, porém mais esporádica e para outro tipo de utilização, actualmente a escola convida a comunidade a usufruir de outros espaços escolares, e os clubes desportivos a recorrem as suas instalações desportivas como sede de treinos.

3.3. A ZONA ESCOLAR DA SOLUM

A construção dos equipamentos que compõem a Zona Escolar do Calhabé fica completa nos anos 60, porém os planos e projectos que ao longo do tempo incidiram sobre esta área desencadearam sucessivas transformações que alteraram a morfologia do conjunto e as relações que se estabelecem entre si e com a cidade/sociedade. A zona escolar do Calhabé dá origem à Zona Escolar da Solum, que surge como resultado do processo de consolidação, transformação e modernização desta área da cidade.

Apesar da grande magnitude que a construção do novo Estádio, no contexto do Euro 2004, teve na Solum e na cidade de Coimbra, foi a intervenção de 2005, dos Sua Kay arquitectos, que teve mais repercussões para a área escolar. Toda a área a Norte do Estádio, até à Escola Infanta Dona Maria, é redesenhada e nessa área de intervenção foi construído o Complexo de Piscinas Olímpicas e o Pavilhão Polidesportivo, cuja construção tinha sido adiada em 2003, um grande centro comercial, estacionamento, habitações colectivas e ainda tratado o espaço central da Zona Escolar que sofre, nesta altura, uma grande transformação.

Renovados o Estádio e a Praça e consolidada a área envolvente à Zona Escolar, apenas os equipamentos de ensino secundário mantinham a sua composição original, ainda que complementada por pequenas intervenções pontuais que tentavam responder às novas necessidades. Desta maneira, os edifícios viram-se inseridos numa nova envolvente, mais consolidada e moderna, muito contrastante com a realidade na qual foram construídos.

Em 2007, o Programa de Modernização da Parque Escolar dá às escolas secundárias a oportunidade de acompanharem a transformação da sua envolvente e no caso do Calhabé, as intervenções potenciaram a reinserção das escolas no seu meio urbano envolvente e reforçaram a ideia de zona escolar.

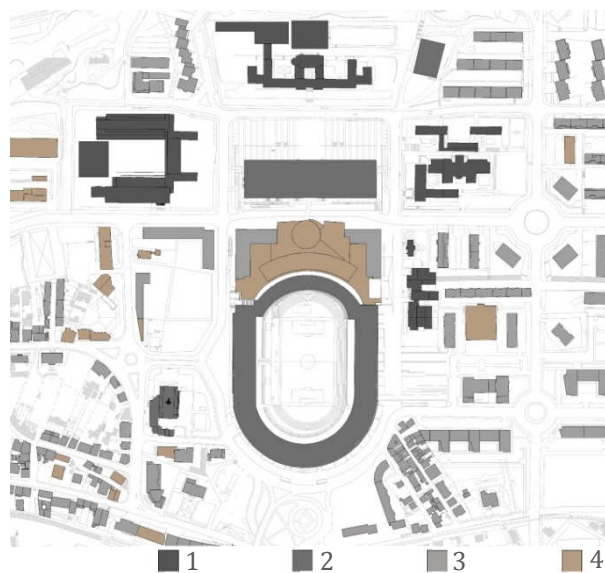


Fig. 130|Planta de usos dominantes
(1. Escolas; 2. Equipamentos; 3.Habitação; 4.Comércio/ Serviços)

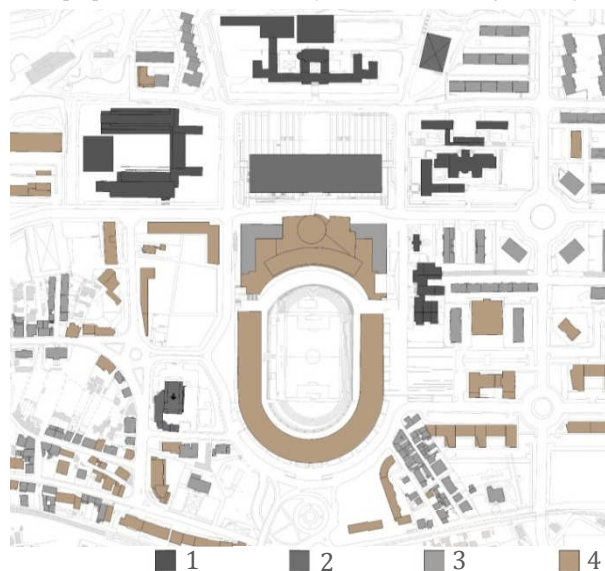


Fig. 131|Planta de usos do rés-do-chão
(1. Escolas; 2. Equipamentos; 3.Habitação; 4.Comércio/ Serviços)



Fig. 132|Planta de acessos

Actualmente a Zona Escolar é composta pelas duas escolas secundárias, a Infanta Dona Maria e a Avelar Brotero, pela Escola Superior de Educação de Coimbra e pela Escola Básica do Primeiro Ciclo da Solum, complementadas pela Praça dos Heróis do Ultramar que partilham com o Complexo Olímpico de Piscinas e o Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia.

O BAIRRO DA SOLUM

O processo de construção e consolidação da Solum desenvolve-se em dois grandes momentos, o primeiro a partir dos anos 40, sob influência dos princípios urbanísticos do Estado Novo, com a construção de programas institucionais do Estado Novo, do Estádio Municipal, da Praça, da Igreja de S. José, do Liceu Infanta Dona Maria, da Escola Técnica Avelar Brotero, do Magistério Primário e da respectiva escola primária, seguido de um momento proporcionado por um investimento privado, que dá origem ao projecto habitacional da Solum, nos anos 60/70, construído com base nas teorias modernistas da Carta de Atenas.

Com a construção do bairro da Solum começa-se a consolidar a envolvente Este do conjunto escolar, que com o crescimento da cidade acaba por ser envolvido pela malha urbana. Na sequência deste investimento constroem-se os blocos habitacionais a Norte e Sul do Magistério Primário e consolidam-se os quarteirões em torno da zona escolar.

O “deserto do Sahara” (Dionysia Camões, citada por Seabra 2003, p.206) torna-se um novo centro da cidade, uma zona desenvolvida e atractiva, onde o programa da habitação e do ensino convive com espaços comerciais e com outros equipamentos colectivos essenciais para a vida da população. Na área em torno da Zona Escolar e do Estádio concentram-se, actualmente, equipamentos desportivos, espaços comerciais e de serviços que complementam os programas de educação e de habitação que caracterizam a Solum [Fig.130].

As escolas relacionam-se de diferentes formas com estes programas envolventes, por exemplo, no caso do Pavilhão Multidesportos e do Complexo Olímpico de Piscinas, segundo descreve o Projecto Educativo da Escola Infanta Dona Maria, existem protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal de Coimbra para a utilização destes espaços/recursos em aulas de educação física. Já no caso dos centros comerciais, restaurantes, cafés, papelarias, centros de explicação e ginásios, que se desenvolvem, na maior parte dos casos, no rés-do-chão dos edifícios habitacionais envolventes, a sua utilização ocorre de uma forma mais informal [Fig.131].

No que toca aos arruamentos, é notável o contraste entre o traçado viário actual e o da década de 60, [Fig.132] a construção dos equipamentos escolares foi responsável pela

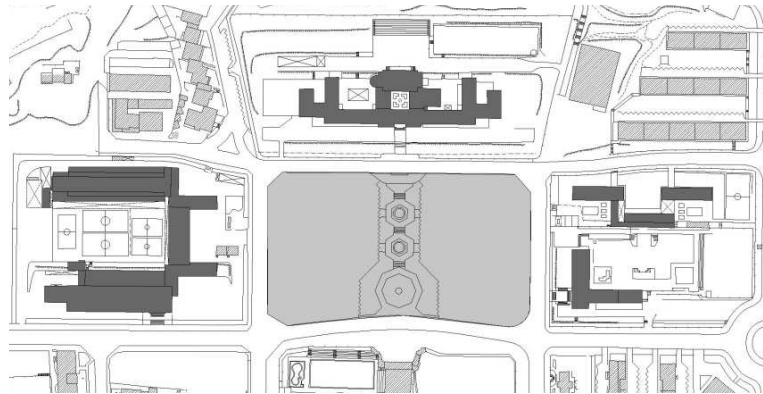


Fig. 133|Zona Escolar 1993



Fig. 134 e 135|Relação do espaço público com a escola, antes da intervenção de 2005

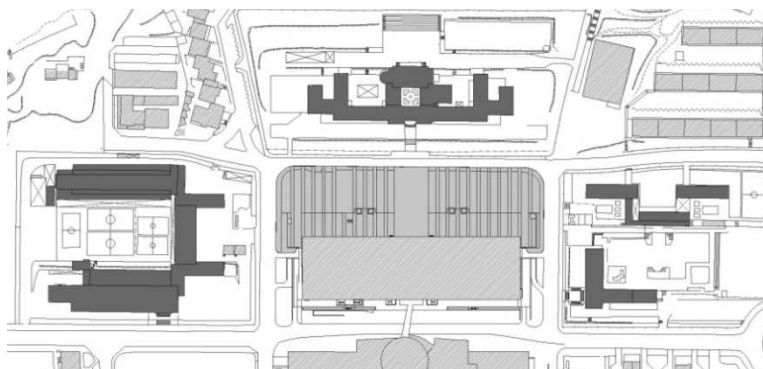


Fig. 136|Zona Escolar 2007



Fig. 137 e 138|Praça dos Heróis do Ultramar

abertura de importantes vias que se tornaram a base da estruturação e desenvolvimento desta zona. Persistem os acessos desenhados na década de 50 complementados por novas vias que possibilitam novas ligações a outros pontos da cidade. A Rua Infanta Dona Maria e a Rua D. João III fazem o acesso às escolas, e são maioritariamente percorridas por transportes públicos, alunos, encarregados de educação e docentes, enquanto a Rua Humberto General Humberto Delgado se mantém como uma importante via de ligação à alta da cidade, através da Rua dos Combatentes da Grande Guerra

A PRAÇA DAS ESCOLAS

A Praça dos Heróis do Ultramar foi, na sua génese um espaço público associado ao equipamento desportivo do Estádio Municipal, porém com a concentração de novos equipamentos e com as sucessivas intervenções que construíram e transformaram esta zona da cidade, esta relação foi-se tornando cada vez mais frágil.

Com a projecto da Plarq para o Estádio Municipal a ser construído apenas parcialmente, a área da praça atravessa uma fase de indefinição entre o que era o desenho de Almeida Garrett e o que seria o seu desenho nesta nova composição. Em 2005 com a construção do Complexo de Piscinas, do Pavilhão Multidesportos e do centro comercial, a área central do conjunto foi alvo de transformações profundas, a nível morfológico e programático, que resultaram na actual composição deste espaço.

Com esta intervenção, a Praça desenvolve-se num declive menos acentuado, quase de nível, e perde uma parte significativa da sua área para a construção do Complexo de Piscinas e do Pavilhão Polidesportivo que definem o seu limite Sul [Fig.136-138]. Estes equipamentos fazem a relação entre a cota do espaço público e a cota da Rua General Humberto Delgado que se encontra a um nível mais baixo do anterior.

O programa de estacionamento passa a ser feito ao nível do subsolo libertando a Praça do estacionamento que a caracterizou durante muitos anos. O novo espaço da Praça apresenta-se agora como uma área ajardinada, com árvores de médio porte, equipada com mobiliário urbano, construindo um espaço público mais apetecível para os alunos das escolas e para a população que frequenta as Piscinas e o Polidesportivo.

No âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar, as escolas secundárias Avelar Brotero e Infanta Dona Maria, foram em 2007 e 2008, respectivamente, alvo de uma grande intervenção que lhes permitiu adaptarem-se a um novo contexto educativo, social e também urbano. Os projectos desenvolvidos exponenciaram as relações destes espaços com a Praça e com a comunidade e contribuíram para a consolidação de uma ideia de conjunto, de Zona Escolar.

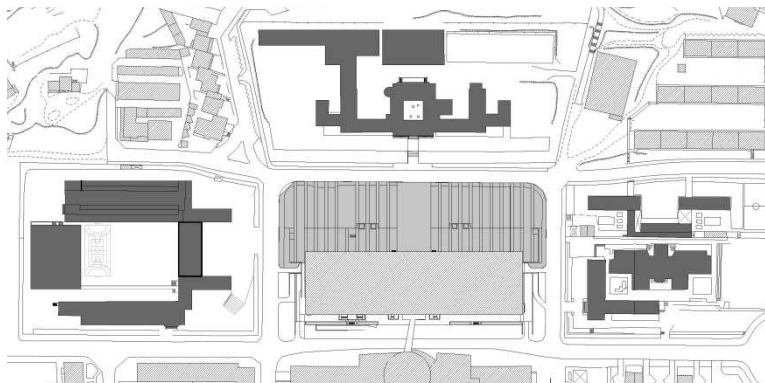


Fig. 139|Zona Escolar 2013



Fig. 140 e 141|Relação dos equipamentos escolares com o espaço público, 2013

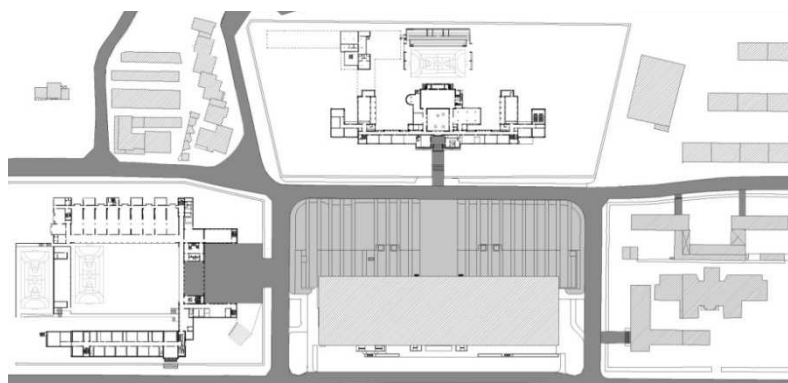


Fig. 142|Relação das Escolas Secundárias Dona Maria e da Escola Técnica Avelar Brotero com a Praça Heróis do Ultramar, 2013



Fig. 143 e 144|Actividades na Praça dos Heróis do Ultramar

No caso da Escola Secundária Infanta Dona Maria a intervenção não introduziu grandes alterações no edifício que preserva o carácter monumental e o efeito cenográfico com que remata o topo da Praça. Apesar de a sua implantação estabelecer uma forte ligação com o espaço público, o normal funcionamento da escola, decorre em torno dos pátios interiores, sem qualquer tipo de relação com o exterior.

No caso da Escola Secundária Avelar Brotero, o projecto de modernização introduziu transformações mais profundas ao funcionamento da escola e à sua relação com a cidade e com o espaço público. A rotação do momento de entrada para a fachada Este, numa relação directa com o conjunto de equipamentos, permite à escola usufruir de uma nova relação com a Praça e com os outros equipamentos escolares, esbatendo as barreiras físicas existentes [Fig.142].

Contrariamente ao que se verifica na Escola Infanta Dona Maria, esta escola abre-se para o espaço público. O novo átrio de entrada, envidraçado, permitiu estabelecer continuidades entre o pátio interior da escola, o pátio de entrada e a Praça, que se vão tornando mais privados à medida que se afastam do espaço público.

Em ambas as escolas a abertura de espaços escolares, como o polidesportivo e a biblioteca, para a possível utilização pela comunidade, acabou por introduzir uma maior permeabilidade entre a Zona Escolar e a cidade/sociedade.

Com a construção do novo estádio e como resultado das várias transformações que no século XXI, se desenvolveram nesta área da cidade, perdeu-se a forte ligação entre o Estádio Municipal e a Praça que para ele fora desenhada nos anos 40 e fortaleceu-se a relação deste espaço com as escolas Secundárias. A Praça dos Heróis do Ultramar funciona, actualmente, como uma extensão do espaço escolar, nela se reúnem os alunos antes e depois dos períodos lectivos e se realizam diversas actividades interescolares. Este espaço público tem servido também como palco de manifestações realizadas não só pelos alunos como também pelos professores [Fig.143-144].

CONCLUSÕES

O processo de construção do parque escolar em Portugal surge como resultado de diferentes vontades políticas, contextos sociais e económicos, influenciado também por novas tendências arquitectónicas, novos programas e exigências pedagógicas e higienistas, que se reflectem no seu modelo e na relação em que cada edifício escolar estabelece com a cidade.

O trabalho procurou abordar estas influências e relações nos liceus e nas escolas técnicas, porém apesar do percurso da construção liceal se cruzar com a do ensino técnico, ao longo da sua história, as relações que ambas estabelecem com a construção das cidades é distinta, como fomos concluindo na primeira parte do trabalho. Os liceus, desde cedo, fizeram parte dos planos de construção pública constituindo importantes pólos de afirmação regional com grandes consequências sociais e económicas que levavam a disputas regionais, segundo refere Nóvoa (2003, p.62). Nas escolas técnicas não se verificou tal valorização, apesar de a nível urbano os seus projectos demonstrarem “uma preocupação urbanística em função da valorização do quarteirão em que se inseriam” Carvalho (2013, p.161).

A consolidada malha dos centros urbanos tornava difícil a construção de um equipamento desta escala, desta forma, e incentivados também pelas preocupações higienistas, os edifícios passaram a ocupar lotes nas novas áreas de expansão das cidades. Os liceus acompanharam o processo de expansão da cidade oitocentista, funcionando como geradores do desenvolvimento urbano associados a grandes operações urbanísticas, de abertura de novas avenidas, criação de espaços públicos e de novos bairros habitacionais. Constituíram exemplos destas operações, as construções do Liceu Alexandre Herculano no Porto e dos Liceus de Camões e Pedro Nunes em Lisboa associados às das Avenidas Novas de Ressano Garcia. Este processo paralelo de construção de escola e cidade, assume especial importância com os planos urbanísticos do Estado Novo que se articularam com os planos de construção dos liceus.

A década de 60 trouxe outras prioridades, não compatíveis com o que até então tinha sido a construção liceal. Por questões de economia estes liceus ocuparam terrenos nas periferias, mais amplos e compatíveis com a dispersão da tipologia pavilhonar.

No caso do Liceu Feminino Infanta Dona Maria, a sua construção compreendeu-se num período caracterizado pelo regime ditatorial do Estado Novo, que viu na arquitectura e no edifício escolar um meio de propaganda. O Liceu, integra o Plano de Urbanização, Embelezamento e Extensão da cidade de Coimbra de Etienne De Groer e ocupa o topo da composição formada pela Praça dos Heróis do Ultramar e pelo Estádio Municipal, construídos no contexto do mesmo Plano.

A implantação do liceu cria um “efeito cenográfico” Marques (2003, p.106) representativo da importância dada pelo Regime à inserção urbana dos equipamentos públicos, projectando-se como um pólo dominante de desenvolvimento urbano e um lugar privilegiado para o investimento social e cultural. A este conjunto monumental juntou-se a Escola Técnica Avelar Brotero que ali concretizava a ansiada construção de instalações próprias. Na sequência de um projecto muito urbano não concretizado, elaborado para a sua inicial implantação no Bairro Norton de Matos, a Escola acaba por ocupar um lote, a Oeste da Praça, com diferentes características do anterior que acabou por levar a um novo projecto, mais contido e mais fechado na sua relação com o envolvente.

Estas construções escolares acontecem num período em que os planos procuravam estruturar o desenvolvimento da cidade, neste sentido, observou-se como na área de extensão Sudeste, no Calhabé, as Escolas funcionaram como motores de desenvolvimento desta área que aquando a construção do liceu feminino, na década de 40, fora considerada pelas alunas um “deserto do Sahara” (Diónysia Camões, citada por Seabra 2003, p.206). À construção de estes equipamentos, de forma a facilitar o seu acesso e complementar a “defeituosa ligação” (Groer, 1949, p.41) que esta zona tinha com a cidade, associaram-se a abertura de arruamentos, que acabaram por estruturar o desenvolvimento desta área.

A construção deste subúrbio é reflexo de várias influências e maneiras de pensar a cidade e a arquitectura, o Plano de Gröer responsável pelo traçado inicial do conjunto escolar, definira para esta área uma estratégia de baixa densidade, de moradias unifamiliares inspirada nas teorias das cidades jardim horizontais, com a revisão deste plano Garrett propõe a construção de uma zona residencial de maior densidade, complementada por equipamentos essenciais para a vida da população.

Potenciada pela concentração destas importantes infra-estruturas, a consolidação da área envolvente teve um grande impulso com a construção do Bairro da Solum que se desenvolveu a Este do conjunto. Actualmente esta envolvente marcadamente residencial, combina o programa da habitação com espaços de serviços e comércio que se desenvolvem na maior parte dos casos no piso térreo. Em torno das escolas encontram-se centros de explicação, institutos de línguas, cafés, restauração e espaços comerciais que servem a comunidade escolar e a população da Solum, esta actividade foi exponenciada posteriormente com a construção da grande superfície comercial.

Ao longo do século XXI esta área foi alvo de intervenções que transformaram a sua imagem e contribuíram para sua afirmação enquanto um dos principais centros da cidade de Coimbra.

O que definimos como Zona Escolar do Calhabé, encontra outros exemplos e bases na construção escolar em Lisboa, a zona escolar do Liceu Pedro Nunes (1911) contemplou

a construção de outros equipamentos escolares para além do liceu, a Escola Técnica Machado de Castro e a Escola Primária João de Deus, e com uma construção posterior ao caso de Coimbra, o Plano de Hestnes Ferreira para Zona Escolar da Quinta de Marrocos.

A Zona Escolar do Calhabé, constituída pelo Liceu, pela Escola Técnica, pelo Magistério Primário e respectiva Escola Primária, organizava-se inicialmente, em conjunto com o Estádio Municipal, numa disposição em cruz onde o ponto de intersecção correspondia à Praça dos Heróis do Ultramar, um importante elo de ligação entre os edifícios escolares. Porém, apesar da disposição sob a qual se implantavam os edifícios escolares do Calhabé transmitir uma ideia de forte relação com o espaço central, verificamos que na realidade existiam vários factores que fragilizavam esta relação ao longo do tempo.

No final da década de 50, a Escola Avelar Brotero, inserida num contexto bem diferente do que o Plano previa para esta área, organiza-se virada para a Rua Arantes e Gouveia (actual Rua General Humberto Delgado) que lhe dá acesso, fazendo a sua entrada principal a Sul desvalorizando qualquer relação com o espaço público.

A Praça, um grande vazio indefinido até aos anos 60, passa a receber o programa de estacionamento exterior para o Estádio, que ocupa durante muitos anos a maior parte da sua área, construindo um espaço pouco convidativo ao lazer e a relações com os equipamentos escolares. Nesta fase o espaço público resumia-se a um espaço central ajardinado que fazia a relação entre a cota da entrada Norte do Estádio e o Liceu Feminino.

O espaço da Praça sofre em 2005 uma grande transformação com a construção de uma grande superfície comercial anexa ao novo Estádio Cidade de Coimbra e de novos equipamentos desportivos que ocuparam parte da área deste espaço. Com uma nova dimensão, a Praça perde a pendente e a ligação ao Estádio e ganha outra identidade e tornou-se um espaço de estar e lazer, agora mais relacionado com as Escolas Secundárias.

É neste ponto, com um envolvente consolidado, de grande actividade e de um espaço público requalificado liberto do programa de estacionamento, que surgem os projectos de modernização para as Escolas Secundárias Avelar Brotero (2008) e Infanta Dona Maria (2009).

O projecto de modernização da Brotero redesenha a relação deste equipamento com a praça e com a Zona Escolar, com a rotação do momento de entrada que abandona a rua e se vira para a o espaço central da composição. Esta rotação permitiu criar uma nova entrada em relação directa com a Praça, mais adequada à escala do programa numa solução que consideramos muito próxima à que foi desenvolvida em 1951, no projecto, não construído, para a mesma escola num terreno no Bairro Norton de Matos.

Já o projecto para a Escola Secundária Infanta Dona Maria, não introduziu grandes alterações na relação que este edifício estabelece com a envolvente e com o espaço público, mantendo uma ligação semelhante à que o projecto inicial estabelecia com o espaço público, no entanto a monumentalidade que a caracterizou ficou fragilizada pela nivelção da Praça na intervenção realizada em 2005.

O conceito de abertura à comunidade presente no PMEES era já explorado nos projectos iniciais das escolas cujos ginásios, por funcionarem também como salões de festas, permitiam a abertura e a autonomização destes espaços do resto do edifício, no entanto esta situação é agora levada a outro nível. Os projectos de modernização criam condições para que também a biblioteca, os auditórios e algumas salas, destinadas à formação em regime pós-laboral, possam receber a comunidade, criando uma maior permeabilidade entre o edifício escolar e a (so)cidade.

Com as intervenções nas Escolas Secundárias, a Zona Escolar ganha mais força enquanto conjunto. Como se pode verificar os edifícios escolares organizam-se agora em torno do espaço central da composição que funciona como ponto de encontro, como um recreio fora portas, e estabelecem-se relações entre os equipamentos escolares e os desportivos que cedem as suas instalações às escolas.

Em suma, o processo inverteu-se. Se no século XX as Escolas foram o elemento gerador do espaço urbano, hoje, foi esta nova realidade urbana da Solum que influenciou o processo de modernização das escolas.

BIBLIOGRAFIA

- Alegre, A. (2009). *Arquitectura escolar: o edifício liceu em Portugal (1882-1978)*. Prova de Doutoramento, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Alegre, A. & Heitor, T. (2010). *Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias*. Lisboa: Parque Escolar.
- Alegre, A. & Heitor, T. (2012). *Schools-place as a collective urban entity*. Porto: Eura'12.
- Alfarela, A. C. (2007). *A Integração das Escolas Secundárias no Espaço Urbano: o caso dos liceus construídos na transição da Monarquia para a I República na cidade de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Bandeirinha, J. A. & Jorge, F. (2004). *Coimbra vista do céu*. (2ª edição). Lisboa: Argumentum.
- Barroso, J. (1995). *Organização Pedagógica e Administrativa (1836-1960)*. (1º vol). Lisboa: F.C.G./J.N.I.C.T.
- Batista, C. M. (2013). *O carácter público: a renovação das escolas secundárias (Dr. Joaquim de Carvalho, Marques de Castilho e Quinta das Flores)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Câmara Municipal de Coimbra. *Plano estratégico e plano de urbanização de Coimbra*. Acedido a 13 Dezembro 2013, em http://www.cm-coimbra.pt/pe_pu/downloads/PE_PU.pdf
- Câmara Municipal de Coimbra. *Plano de urbanização de Coimbra 1ª Fase: relatório sectorial 05*. Acedido a 28 de Dezembro 2013, em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1036&Itemid=567
- Câmara Municipal de Coimbra. *Plano director municipal de 1994, em vigor*. Acedido a 28 de Dezembro 2013, em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=178
- Câmara Municipal de Lisboa (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia*. Lisboa: C. M. Lisboa.
- Carvalho, A. F. (2013). *A (Re)construção da Escola Técnica: sociedade, política e arquitectura*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- De Groer, E. (1949). *Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*. (Trad. David Moreira da Silva). Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra
- Escola Secundária Infanta Dona Maria (2011). *Projecto Educativo*. Acedido a 17 de Janeiro de 2014 em http://esidm.ccems.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=54

- Faria, S. (coord.) (2006). *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Fernandes, J. (2008). *Requalificação da periferia urbana: expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação na periferia de Coimbra*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Ferreira, C. (2007). *Coimbra aos pedaços: uma abordagem ao espaço urbano da cidade*. Prova final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- França, J. A. (1997). *Lisboa: urbanismo e arquitectura* (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Heitor, T. (coord.) (2011). *Parque Escolar 2007-2011: intervenção em 106 escolas*. Lisboa: Parque Escolar, EPE.
- Macário, E. (2011, 16 de Abril). *A Brotero continua a ser uma referencia na região Centro aos 124 anos de idade*. Diário das Beiras. Acedido a 19 de Janeiro de 2014, em <http://blog.brotero.com/2011/04/27/entrevista-ao-director/>
- Marques, F. M. (2003). *Os Liceus do Estado Novo: arquitectura, currículo e poder*. Lisboa: Educa.
- Moniz, G. C. (2007). *Arquitectura e instrução: o projecto moderno do liceu, 1836-1936*. Coimbra: e|d|arq.
- Moniz, G. C. (2008). *O Liceu de Coimbra: do Liceu Dr. Julio Henriques à Escola Secundária José Falcão*. Rua Larga, 19, Acedido em 3 de Janeiro de 2014, em <http://www.uc.pt/rualarga/anteriores/19/11>.
- Moniz, G. C. (2011). *A Cidade dos Equipamentos de Ensino*. em Rui Ramos (org.), *Leituras de Marques da Silva*. Porto: Fundação Instituto José Marques da Silva, 122-131.
- Moniz, G. C. (2012). *Intervenção Sobre o Espaço Liceal Moderno. Problemas, Estratégias e Respostas*. Anuário do Património, 1, 172-179.
- Nóvoa, A. (coord.) & Santa Clara, A. T. (2003). *Liceus de Portugal: histórias arquivos memórias*. Porto: Asa Editores.
- Ó, J. R. (2009). *Ensino Liceal*. Lisboa: Secretaria-geral da Educação.
- Oliveira, J. M. (1973). *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos Coimbra.
- Oliveira, S. (2010). *Escolas-Tipo: o processo de produção escolar de 1958 a 1968*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Palhoto, M. (2013). *Do Vazio ao Cheio, Proposta de um projecto para um limite do Bairro Norton de Matos*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Parque Escolar (2009). *Manual de Projecto de Arquitectura*. Lisboa: Parque Escolar, EPE.

- Pedro, I. M. H. (2010). *A Mocidade portuguesa feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria De Coimbra (1948 -1974): contributo para o estudo da educação em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Didáctica da História, Universidade de Lisboa, Lisboa
- Providência, P. (2001). *Liceus da República*, in Alves, A. C. (comp.), *Porto 1901-2001: guia de arquitectura moderna*. Porto: Civilização e Porto.
- Romano, J. (dir.). *Arquitectura 21*. Rio Mouro. N.4. Maio 2009.
- Santos, L. (1983). *Planos de urbanização para a cidade de Coimbra*. Coimbra: Museu de Machado de Castro.
- Santos, N. (2013). *Coimbra: a organização da cidade e o centro histórico urbano*. in Fernandes, J. A. & Sposito, M. E. (coord.), *A nova vida do velhor centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: CEGOT, 189-209.
- Silva, M. G. (2012). *O Espaço Público na Relação com Equipamentos Culturais: os casos de Lisboa e Barcelona*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Simões, L. (2001). *Cidade Jardim em Coimbra: Bairro Norton de Matos e Solum*. Prova final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Teyssot, G. (1977). *Città-servizi: La produzione dei bâtiments civils in France (1795-1848)*. Cassabella. Milão. N.424, p.56-65.
- Vinhal, L. (dir.). *Brotero comemorações [125 anos]. Conhecer o passado, realizar o presente, construir o futuro*. Acedido a 10 Janeiro 2014 em http://issuu.com/campeodasprovincias/docs/revista_avelar_brotero/1

PROJECTOS

- 9H Arquitecturas Associadas (2009). *Escola Secundária Infanta Dona Maria: memória descritiva*. Cedido pela Parque Escolar, EPE.
- 9H Arquitecturas Associadas (2009). *Escola Secundária Infanta Dona Maria: projecto de arquitectura*. Cedido pela Parque Escolar, EPE.
- Lobo, I. (2008). *Escola Secundária Avelar Brotero: memória descritiva*. Cedido pela Parque Escolar, EPE.
- Lobo, I. (2008). *Escola Secundária Avelar Brotero: 1 projecto de arquitectura*. Cedido pela Parque Escolar, EPE.
- Ministério das Obras Públicas (1944). *Liceu da Infanta Dona Maria (Coimbra): memória descritiva e justificativa (n.208)*. Acessível no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.
- Ministério das Obras Públicas (1944). *Liceu da Infanta Dona Maria (Coimbra): projecto de arquitectura (n.211)*. Acessível no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.

- Ministério das Obras Públicas (1951). *Escola Industrial e Comercial* (Coimbra): memória descritiva e justificativa (n.217). Acessível no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.
- Ministério das Obras Públicas (1951). *Escola Industrial e Comercial* (Coimbra): projecto de arquitectura (n.218). Acessível no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.
- Ministério das Obras Públicas (1954). *Escola Industrial e Comercial de Coimbra*: memória descritiva e justificativa (n.222). Acessível no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.
- Ministério das Obras Públicas (1954). *Escola Industrial e Comercial de Coimbra*: projecto de arquitectura (n.223). Acessível no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.

FONTE DAS FIGURAS

- 1| <http://paveiroempostalpintomonteiro.blogspot.pt>
- 2| Alegre,A. Arquitectura escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978), 2009 P.240
- 3| Moniz, G. Arquitectura e Instrução, O projecto do liceu 1836-1936, 2003 p.173
- 4| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
- 5| <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=16>
- 6| Parque Escolar (2009). Manual de Projecto de Arquitectura, p.91
- 7| idem p.93
- 8| Alegre,A. Arquitectura escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978), 2009 P.281
- 9| Oliveira, S. (2010). Escolas-Tipo: o processo de produção escolar de 1958 a 1968, p.58
- 10| <http://sapoencia.blogs.sapo.pt/477890.html>
- 11| <http://preto-marfim.blogspot.pt/2011/12/escola-de-hotelaria-e-turismo-de-lisboa.html>
- 12| Alegre,A. Arquitectura escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978), 2009 P.293
- 13| <http://www.bnportugal.pt/>
- 14| Imagem da autora (original <http://www.bnportugal.pt/>)
- 15-16| Alfarela, A. A Integração Das Escolas Secundárias No Espaço Urbano. O Caso Dos Liceus Construídos Na Transição Da Monarquia Para A I República Na Cidade De Lisboa 2007 p.22
- 17| Alegre, A. Arquitectura escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978), 2009 P.200
- 18| Alfarela, A. A Integração Das Escolas Secundárias No Espaço Urbano. O Caso Dos Liceus Construídos Na Transição Da Monarquia Para A I República Na Cidade De Lisboa 2007 p.82
- 19- 20| idem p.71
- 21| Alfarela, A. A Integração Das Escolas Secundárias No Espaço Urbano. O Caso Dos Liceus Construídos Na Transição Da Monarquia Para A I República Na Cidade De Lisboa 2007 p.55
- 22| Alegre,A. Arquitectura escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978), 2009 P.210
- 23-24| Alfarela, A. A Integração Das Escolas Secundárias No Espaço Urbano. O Caso Dos Liceus Construídos Na Transição Da Monarquia Para A I República Na Cidade De Lisboa 2007 p.70
- 25| idem p.56
- 26| <http://projectos-arquitectos.blogspot.pt/2012/02/arquitecto-ventura-terra.html>
- 27| <http://www.bnportugal.pt/>

- 28| Imagem da autora
 29- 30| Moniz, G Artigo A cidade dos equipamentos de ensino 200? P.127
 31- 32| Alegre,A. Arquitectura escolar. O edifício Liceu em Portugal (1882-1978), 2009 P.227

CAPÍTULO II

- 33| Palhoto, M. Do Vazio ao Cheio, Proposta de um projecto para um limite do Bairro Norton de Matos, 2013 P.60
 34- 38| www.DGOTDU.pt
 39-40| Moniz, G. Arquitectura e Instrução, O projecto do liceu 1836-1936, 2003 p.173
 41| Pedro, I. A Mocidade Portuguesa Feminina No Liceu Nacional Infanta D. Maria De Coimbra (1948/1974). Contributo para o estudo da Educação em Portugal 2010 p.108
 42- 43|- idem p.112
 44| Moniz, G. Arquitectura e Instrução, O projecto do liceu 1836-1936, 2003 p.179
 45| Planta cedidas pela Câmara Municipal de Coimbra
 46| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
 47| <http://www.sscrapercity.com/showthread.php?p=29320486>
 48| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
 49| Imagem da autora
 50| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
 51- 53| HEITOR, Teresa (coor.) – Liceus, escolas técnicas e secundárias. Lisboa : Parque Escolar, EPE, 2010 p.176
 54-55| Imagens da autora
 56| Carvalho, Ana Filomena – A (re)construção da escola técnica. 2013 p.54
 57| Carvalho, Ana Filomena – A (re)construção da escola técnica. 2013
 58- 59|<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=29320486>
 60| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
 61| Imagem da autora (original Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência)
 62| Imagem da autora (original www.DGOTDU.pt)
 63| Original www.DGOTDU.pt
 64- 65| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
 66| Imagem da autora (original Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência)
 67| <http://www.panoramio.com/photo/51159471>
 68| Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência
 69| Googlemaps
 70-74| Imagem da autora (original Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência)

- 75-77| Imagem da autora (original Googlemaps)
 78-80| Plantas cedidas pela Câmara Municipal de Coimbra
 81| Imagem da autora (original cedido pela Câmara Municipal de Coimbra)
 82-85| <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764624>
 87| Varela Pérculo, Coimbra Vista do Céu, 2003 p.66
 87| Imagem da autora

CAPÍTULO III

- 88-90| <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=436497>
 91| Palhoto, M. Do Vazio ao Cheio, Proposta de um projecto para um limite do Bairro Norton de Matos, 2013 P.97
 92| idem p.102
 93| Planta cedida pelos Plarq Arquitectos
 94-95| <http://www.plarq.com/projeto-load.php?id=6&cat=destaque>
 96-97| <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=436497>
 98| Imagem da autora (Planta original cedida por Mariana Travassos Valdez de Pamplona Palhoto)
 99| Fernandes, J. e Sposito, M. A nova vida do velho Centro nas cidades portuguesas e brasileiras p.204
 100| http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1036&Itemid=567
 101| Parque Escolar - Manual de Projecto de Arquitectura. Lisboa: Parque Escolar, 2009; P.18
 102| idem p.22
 103-104| <http://www.parque-escolar.pt/pt/escola/067>
 105| Imagem da autora (Planta original cedida por Mariana Travassos Valdez de Pamplona Palhoto)
 106| <http://www.panoramio.com/>
 107-108| Imagem da autora (Planta original cedida pela Parque Escolar EPE.)
 109-112| <http://www.parque-escolar.pt/pt/escola/068>
 113-117| Imagem da autora (Planta original cedida pela Parque Escolar EPE.)
 118| <http://www.panoramio.com/>
 119-120| Imagem da autora (Planta original cedida pela Parque Escolar EPE.)
 121-122| <http://www.parque-escolar.pt/pt/escola/068>
 123| <http://www.parque-escolar.pt/pt/escola/015>
 124-128| Imagem da autora (Planta original cedida pela Parque Escolar EPE.)

129| <http://www.panoramio.com/>

130-133| Imagem da autora (Planta original cedida pela Câmara Municipal de Coimbra.)

134-135| <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=436497>

136| Imagem da autora (Planta original cedida pela Câmara Municipal de Coimbra.)

137-138| <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=436497>

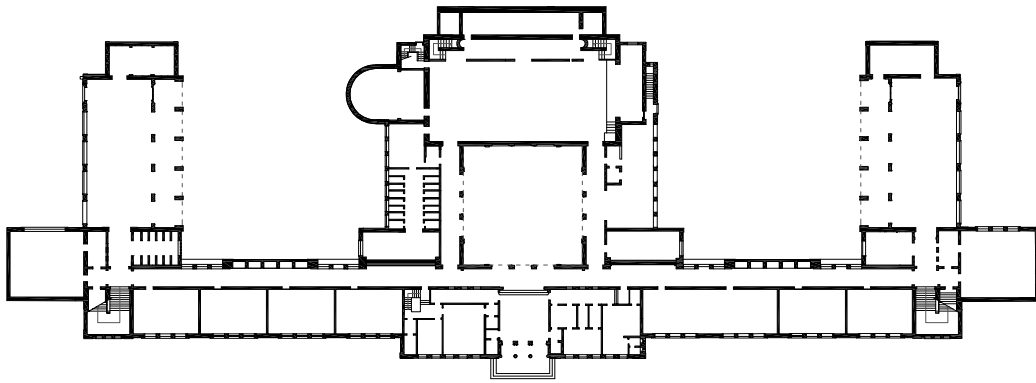
139| Imagem da autora (Planta original cedida pela Câmara Municipal de Coimbra.)

140-141| http://www.ilobo.pt/ines_lobo_arquitectos_lda/01048_Escola_Secundaria_Avelar_Brotero.html

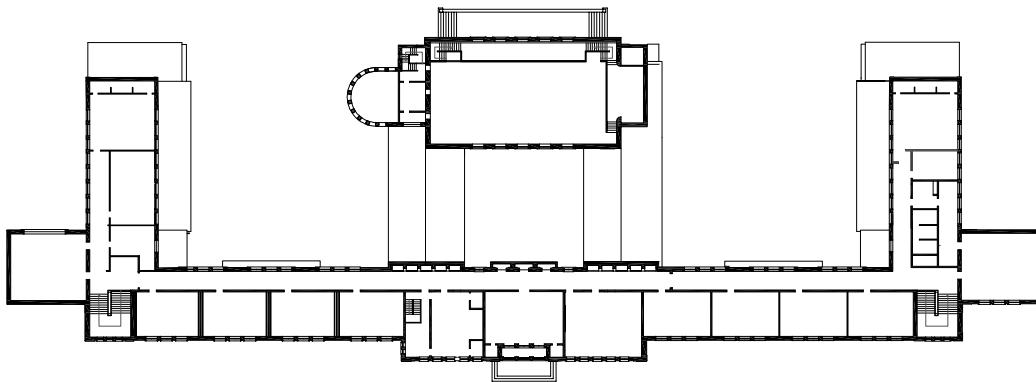
142| Imagem da autora (Plantas originais cedidas pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Parque Escolar EPE.)

143| <http://m.tsf.pt/m/newsArticle?contentId=3593525&page=1>

144| <http://basquetebolcoimbra.blogspot.pt/2011/02/3x3-compal-air-1-encontro-em-coimbra.html>



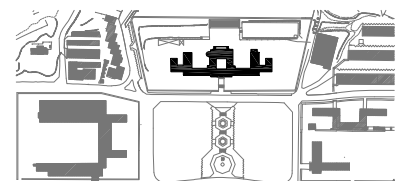
Planta Piso 0



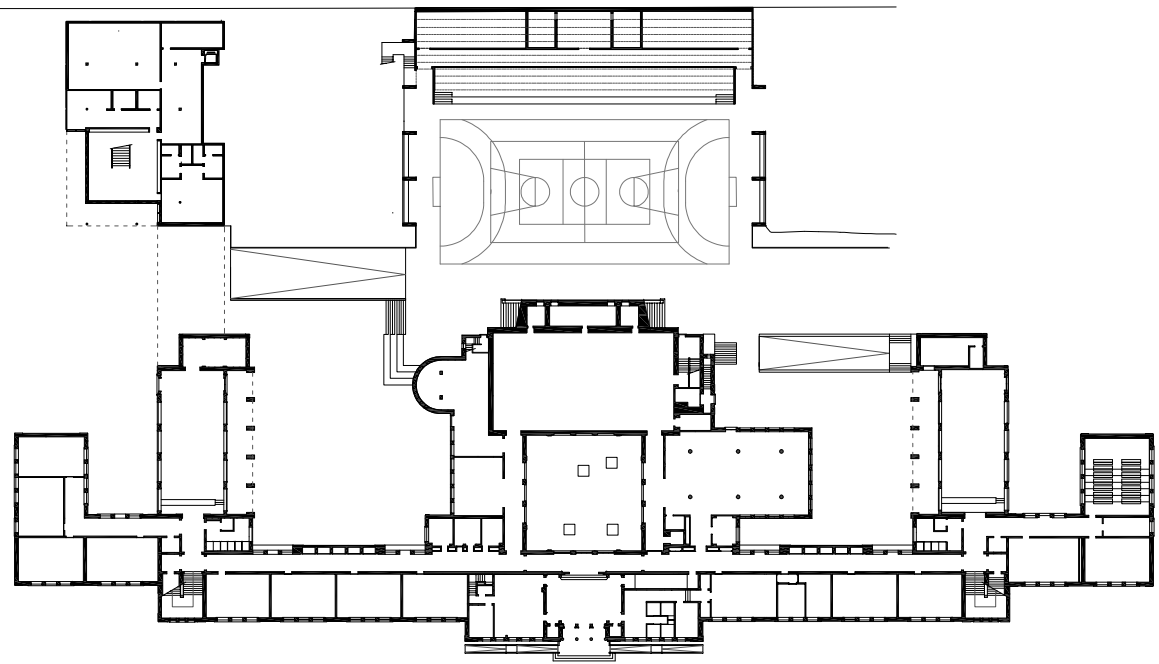
Planta Piso 1



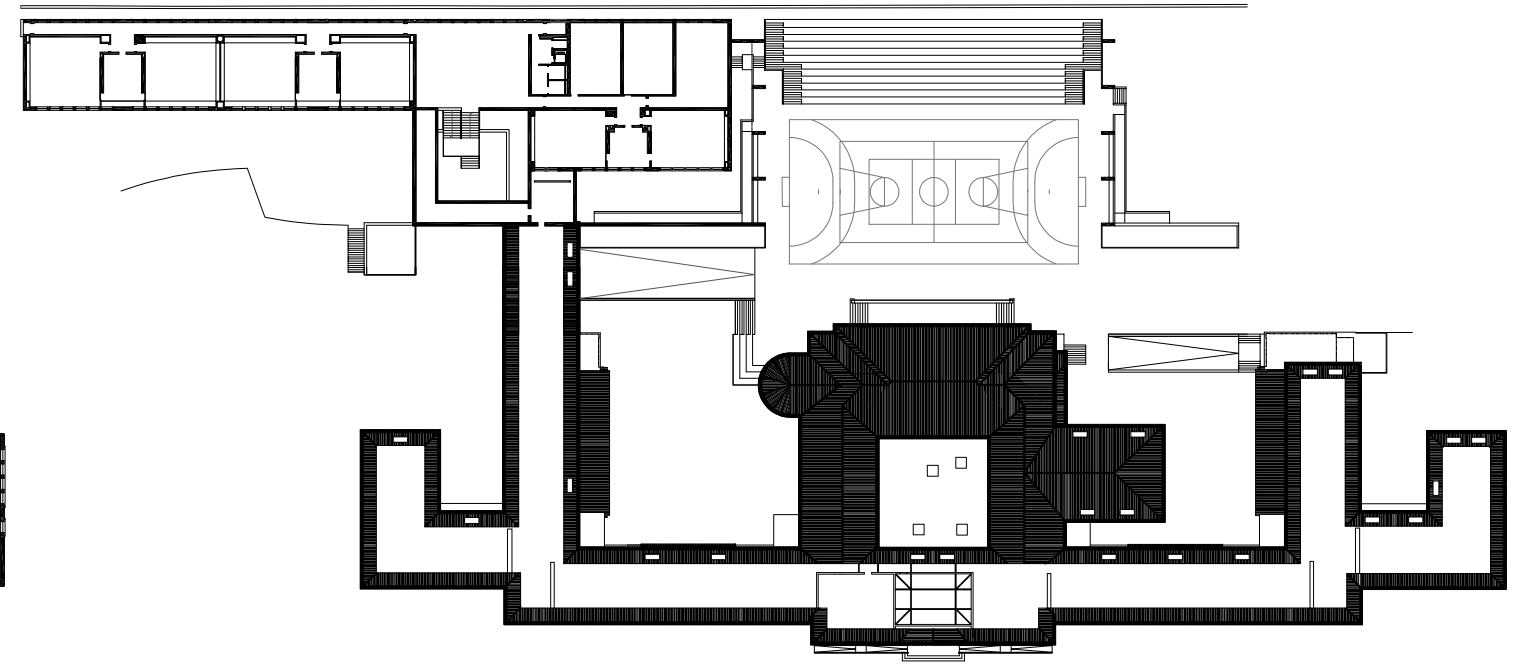
Alçado Principal



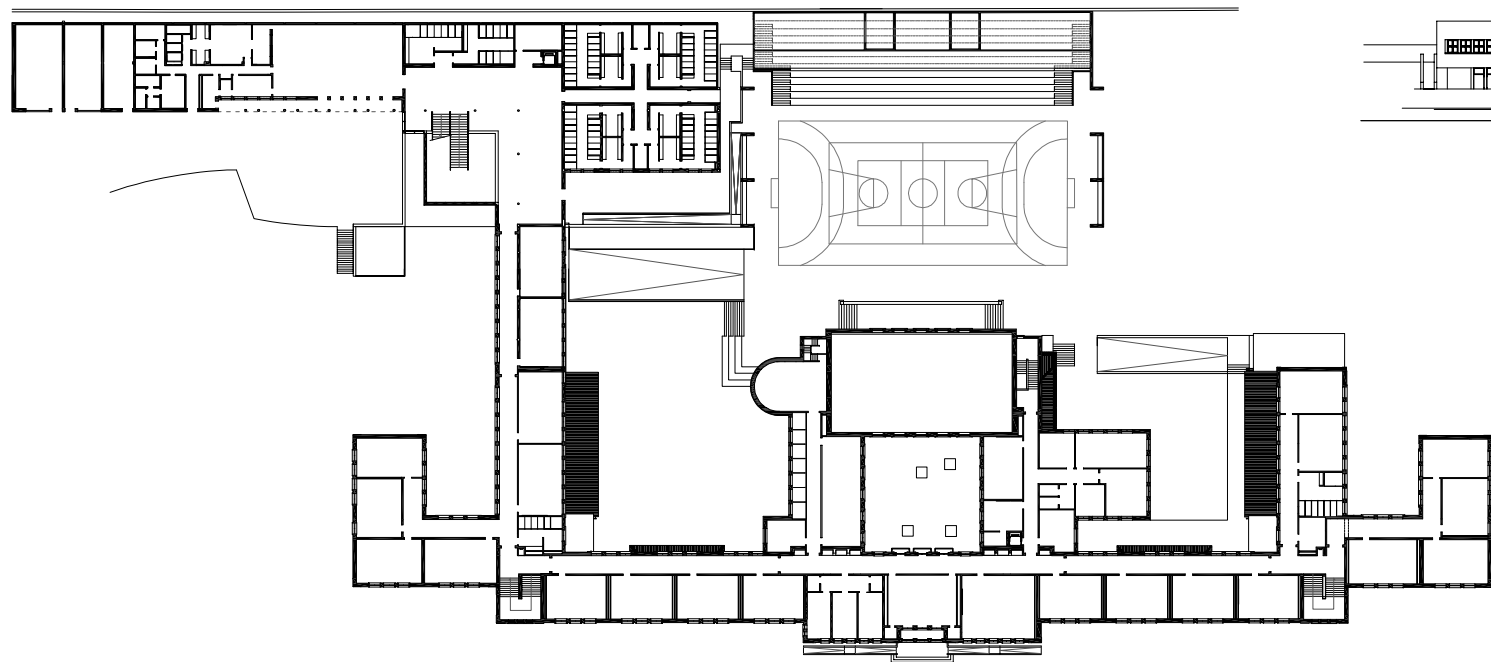
LICEU FEMININO INFANTA DONA MARIA
PROJECTO JCETS
FRANSISCO DE ASSIS, 1944
⌚ ESCALA 1/1000



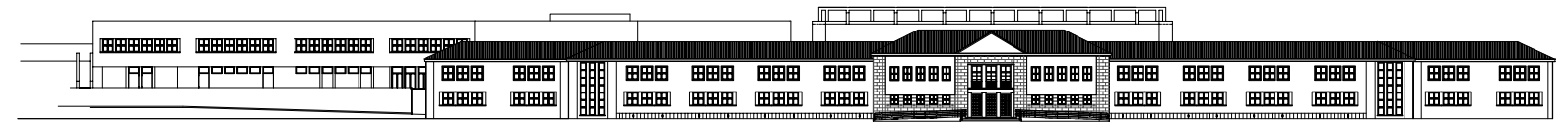
PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 2



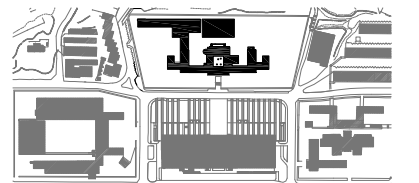
PLANTA PISO 1

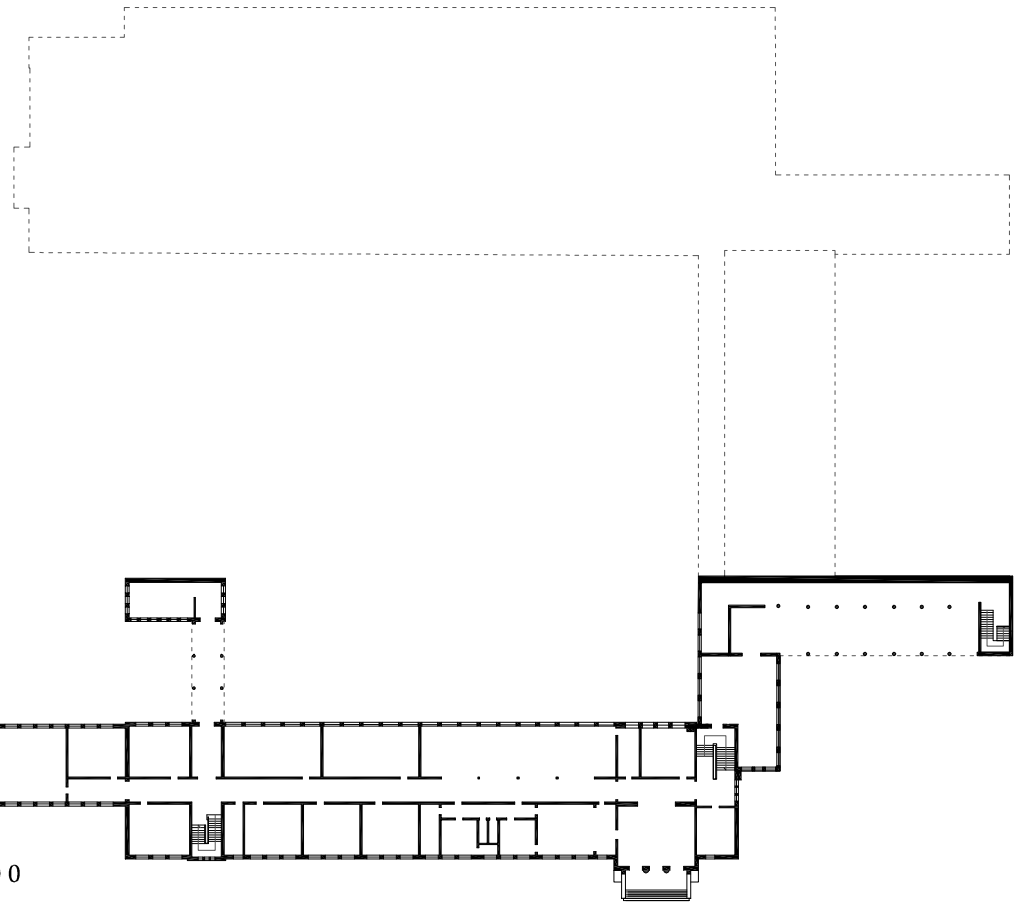


ALÇADO PRINCIPAL

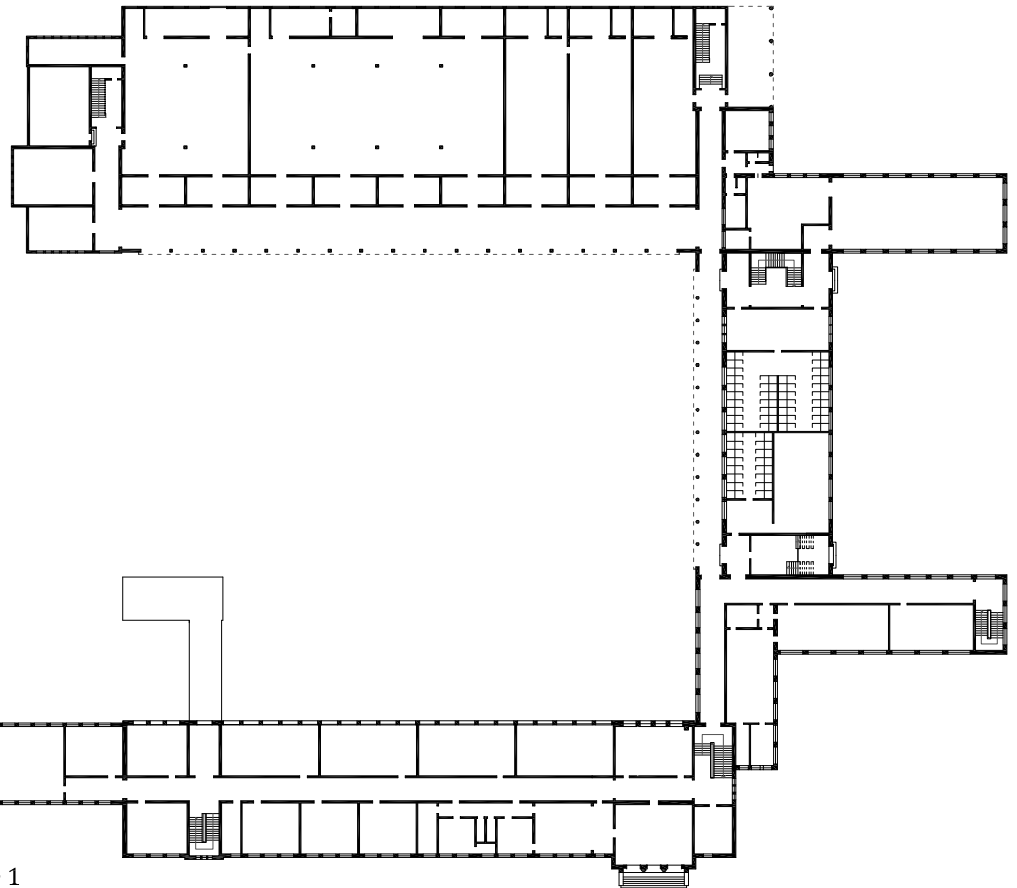


ALÇADO OESTE

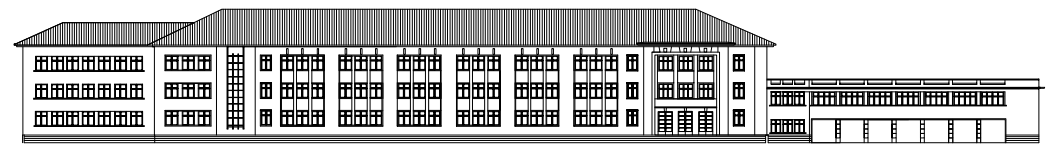




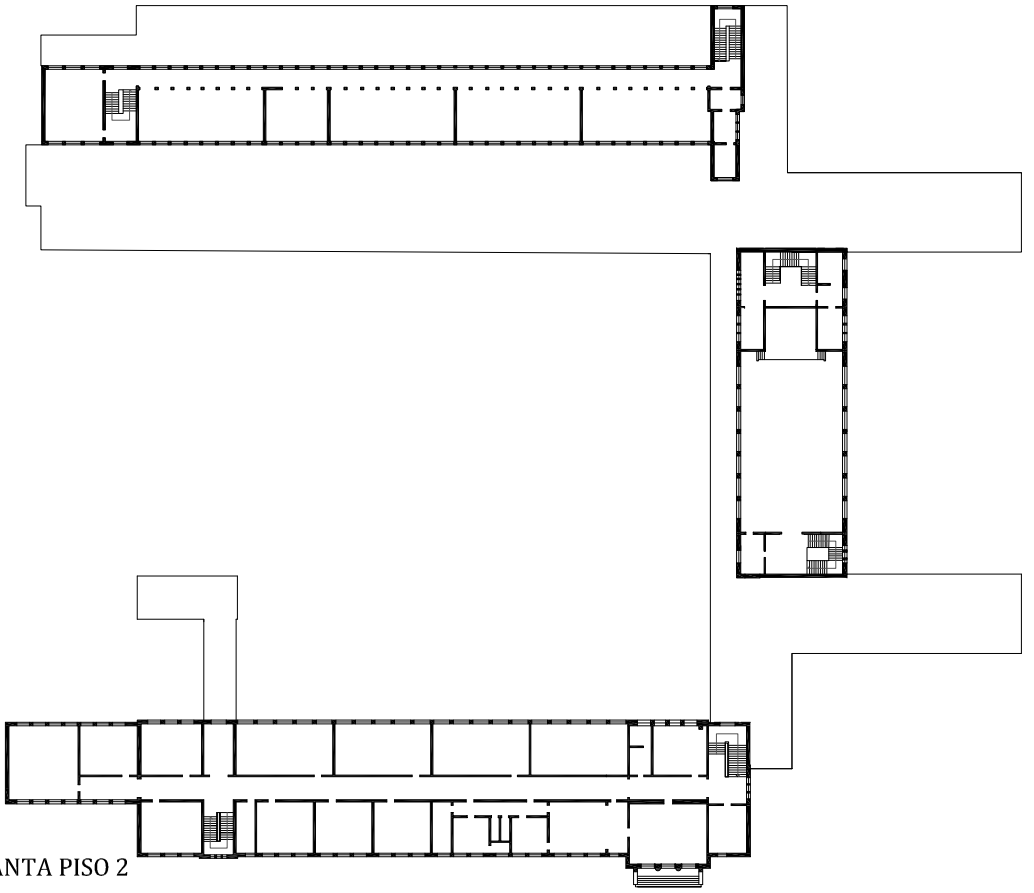
PLANTA PISO 0



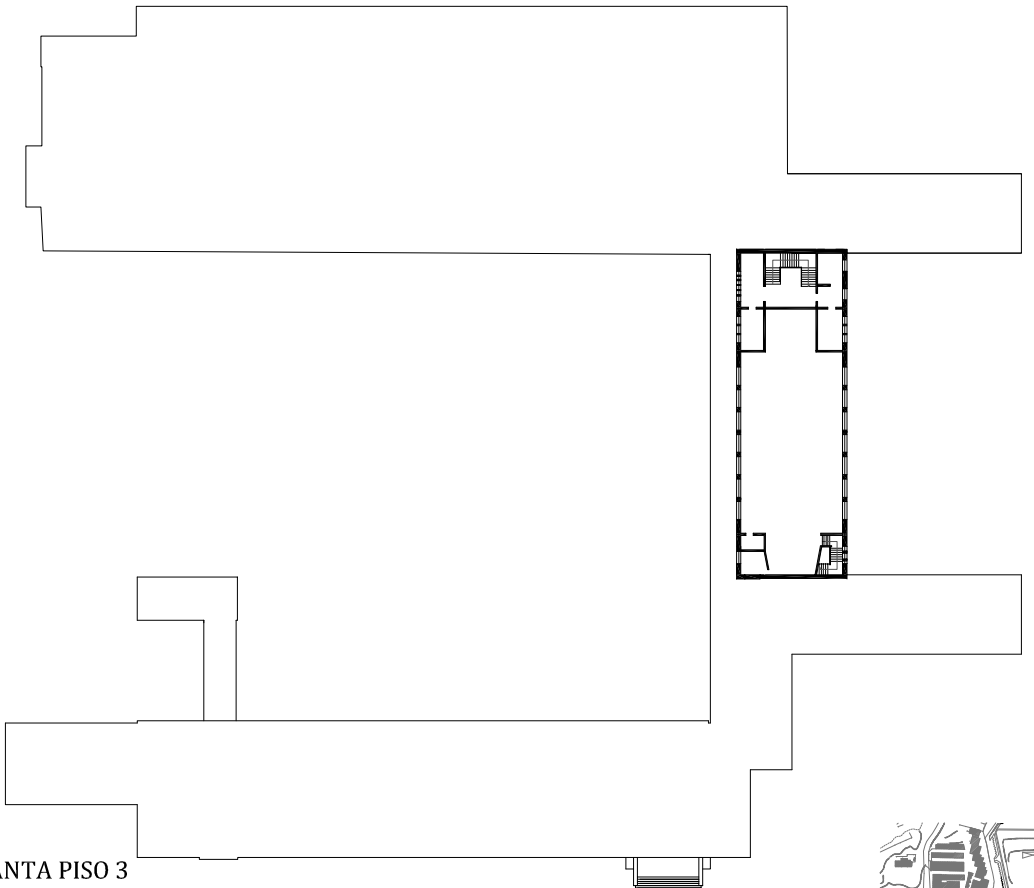
PLANTA PISO 1



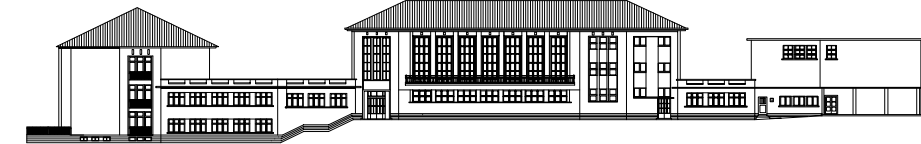
ALÇADO PRINCIPAL



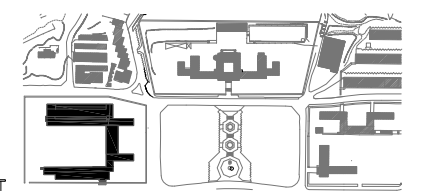
PLANTA PISO 2



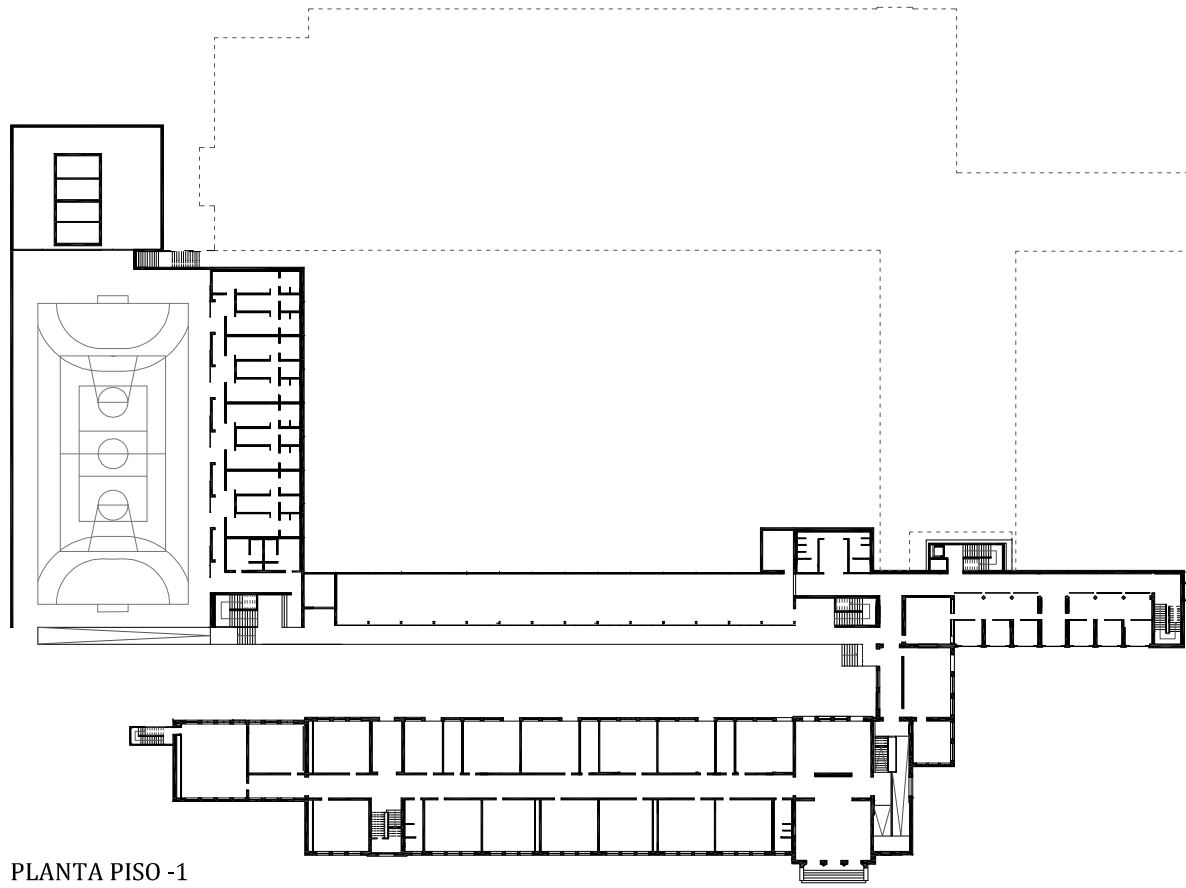
PLANTA PISO 3



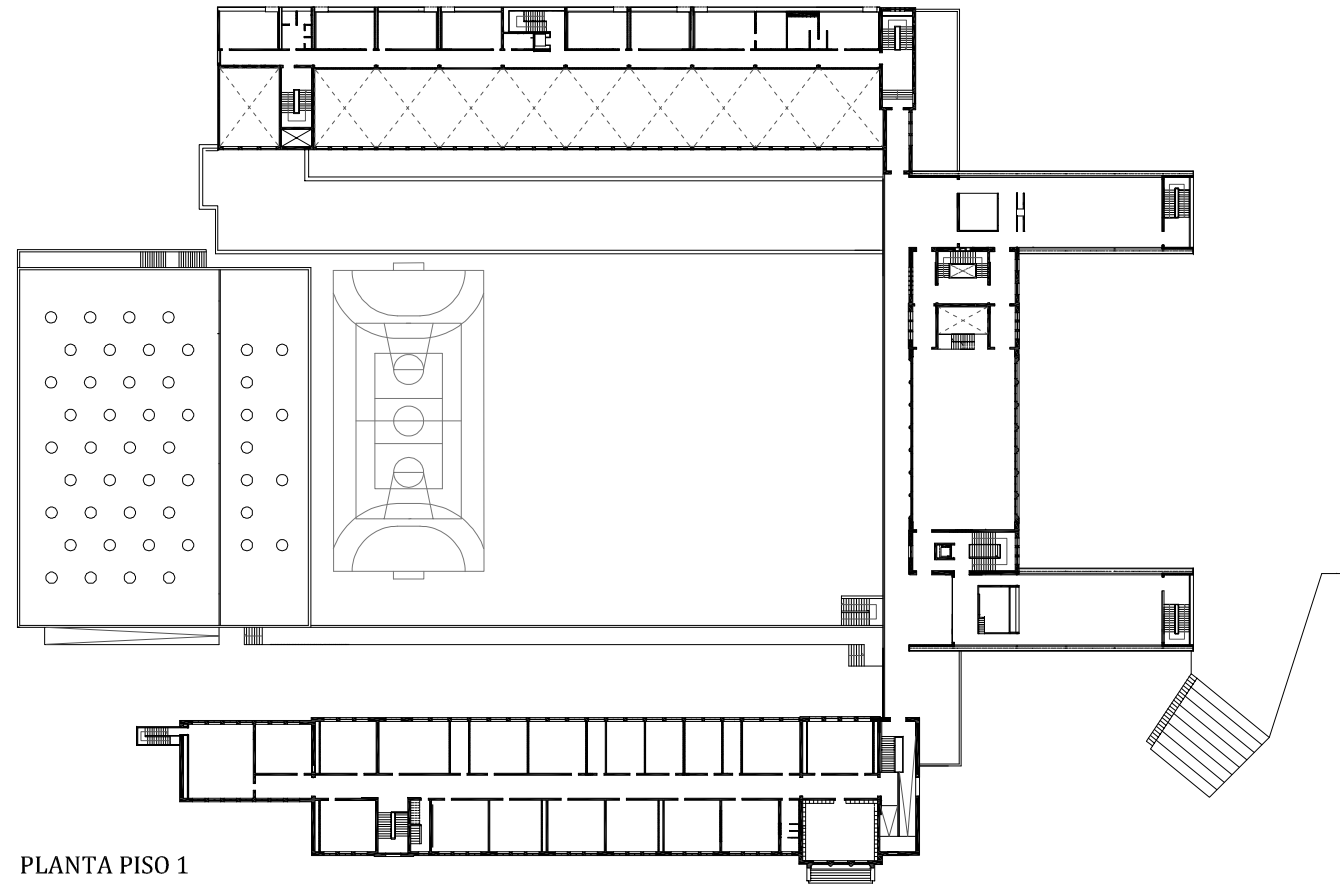
ALÇADO ESTE



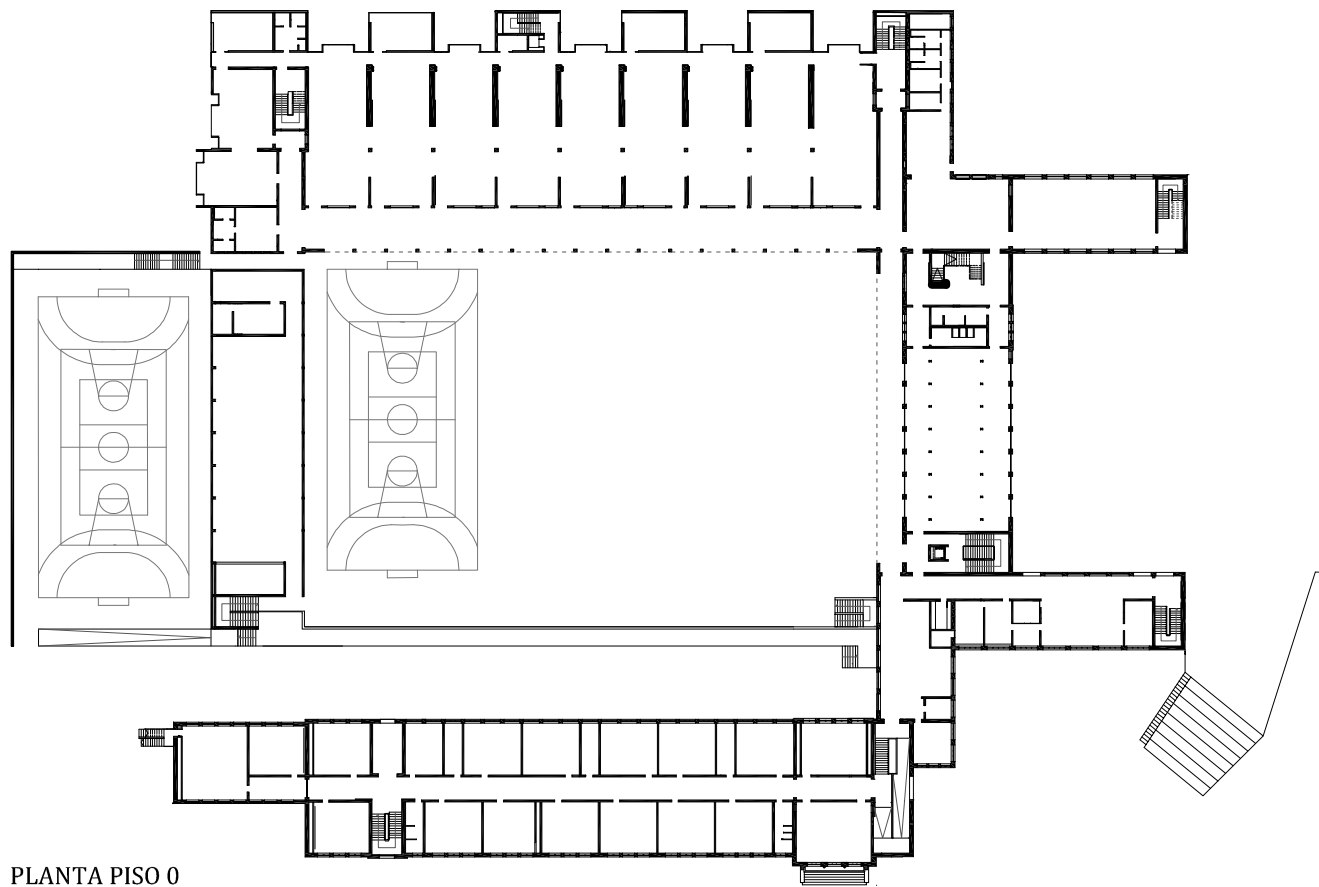
ESCOLA TÉCNICA AVELAR BROTERO
 PROJECTO JCETS
 ANTÓNIO JOSÉ PEDROSO, 1951
 ESCALA 1/1000



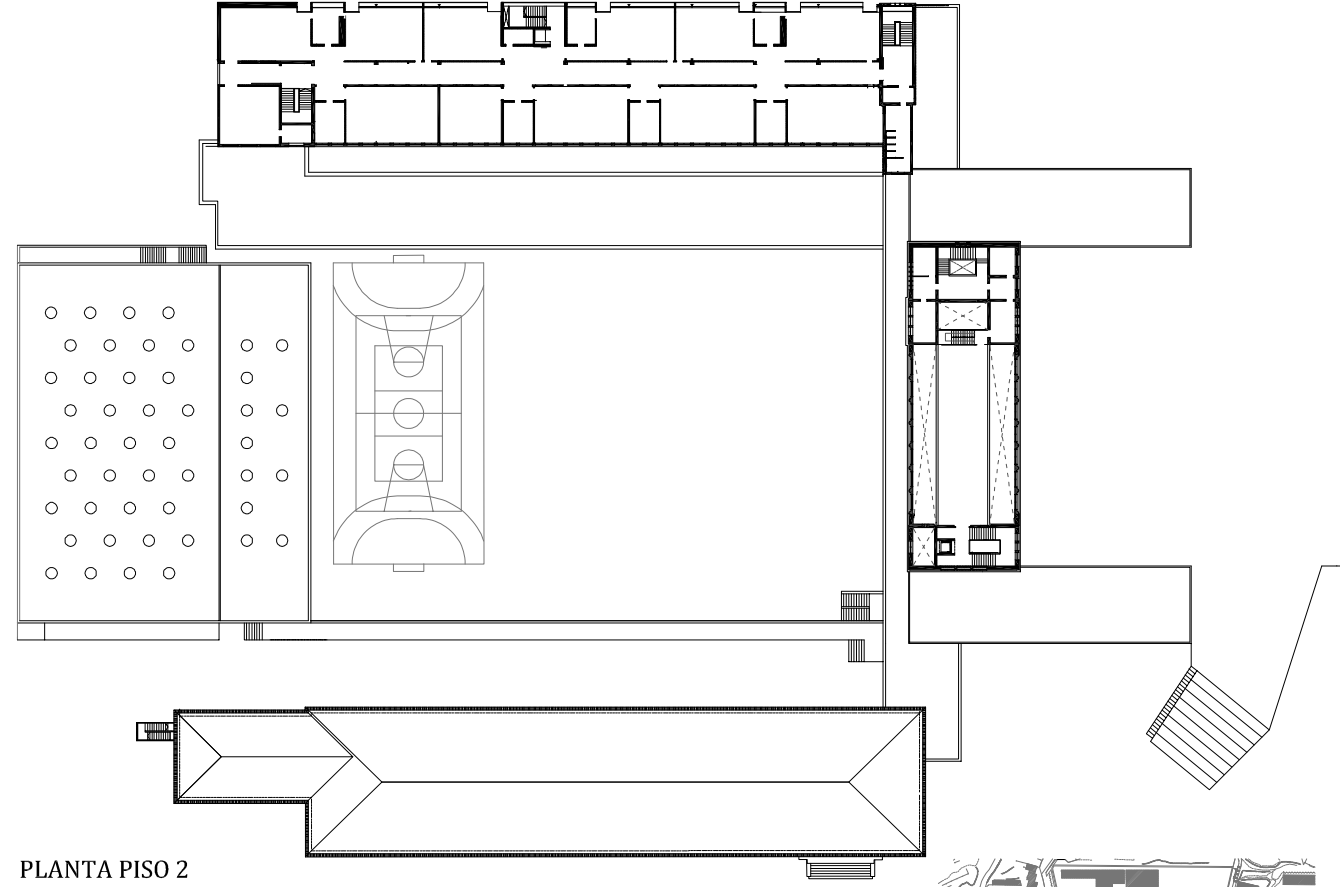
PLANTA PISO -1



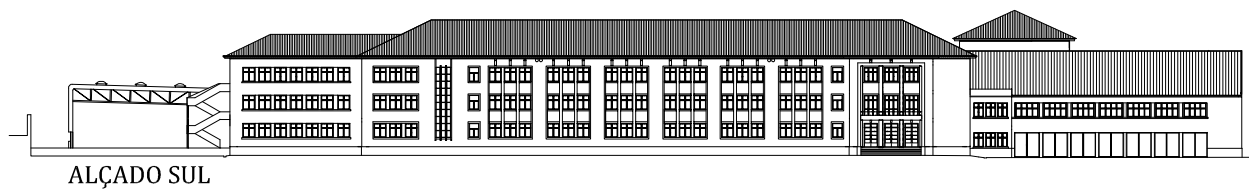
PLANTA PISO 1



PLANTA PISO 0



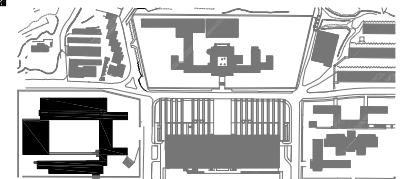
PLANTA PISO 2



ALÇADO SUL



ALÇADO PRINCIPAL



ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO
 PROJECTO PARQUE ESCOLAR, E.P.E.
 INÊS LOBO ARQUITECTOS 2008
 ESCALA 1/1000

